



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS -
LÍNGUA PORTUGUESA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

São Bernardo - MA

2023



Prof. Dr. NATALINO SALGADO FILHO
Reitor

Prof. Dr. MARCOS FÁBIO BELO MATOS
Vice-Reitor

Prof. Dr. ROMILDO MARTINS SAMPAIO
Pró-Reitor de Ensino

Prof. Dr. JEFFERSON ALMEIDA ROCHA
Diretor do Centro de Ciências de São Bernardo

Prof.^a Dra. MARIA FRANCISCA DA SILVA
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa

Equipe Técnica:

Prof.^a Dra. Maria Francisca da Silva

Revisão e Editoração:

Prof. Dr. Alex Alves Egido

Prof.^a Dra. Eliane Pereira dos Santos

Prof. Dr. José Marcelo Costa dos Santos

Prof.^a Dra. Maria Francisca da Silva

Prof. Dr. Jefferson Tiago de Souza Mendes da Silva

Créditos da capa:

José Mateus de Souza

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Prof. Dr. Alex Alves Egido

Prof.^a Dra. Claudia Leticia G. Moraes

Prof.^a Dra. Eliane Pereira dos Santos

Prof. Dr. Fabricio Tavares Moraes

Prof.^a Dra. Janine Alessandra Perini

Prof. Dr. José Marcelo Costa dos Santos

Prof.^a Dra. Maria Francisca da Silva

Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Presidente Prof.^a Dra. Maria Francisca da Silva

Membros:

Prof. Dr. Alex Alves Egido

Prof.^a Dra. Claudia Leticia G. Moraes

Prof.^a Dra. Eliane Pereira dos Santos

Prof. Dr. Edmilson Moreira Rodrigues

Prof. Dr. Fabricio Tavares Moraes

Prof.^a Dra. Janine Alessandra Perini

Prof. Dr. José Marcelo Costa dos Santos

Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.1 Identificação do Curso	5
1.2 Breve Contextualização da Instituição.....	6
1.3 Apresentação, Histórico e Justificativa para Implantação do Curso.....	10
2 BASES LEGAIS.....	22
2.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	22
2.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996):	22
2.3 Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.....	23
2.4. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.....	24
2.5. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	25
2.6. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	25
2.7. Decreto n.º 9.325, de 15 de dezembro de 2017, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.....	25
2.8. Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.....	26
2.9. Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica (BNC-Formação).....	26
2.10. Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com fundamento no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.....	28
2.11. Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.....	29
2.12. Resolução CNE/CP Nº 2, 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.....	30
2.13. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.....	30
2.14. Resolução n.º 1892-CONSEPE, 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).....	31

2.15. Resolução CONSEPE nº 856, de 30 de agosto de 2011, que institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de graduação – bacharelado e licenciatura – da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências	31
2.16. Resolução CONSEPE nº 803, de 23 de novembro de 2010, que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão.....	31
2.17. Resolução CONSEPE nº 1.111, de 31 de março de 2014, que altera o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 803 – CONSEPE, de 23.11.2010 que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação desta Universidade	31
2.18. Resolução nº 1.191 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, que altera a Resolução nº 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos.....	31
2.19. Resolução CONSEPE nº 1.674, de 20 de dezembro de 2017, que altera a Resolução CONSEPE nº 1.191/2014, que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao §4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21; §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§1º e 2º ao art. 5º;	32
2.20. PORTARIA MEC Nº 96, DE 22 DE JANEIRO DE 2020, que recria a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - Saeg.	32
2.21. Portaria MEC nº 488, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - Saeg.	32
2.22. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES, Outubro de 2017, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.....	32
2.23. PORTARIA NORMATIVA Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.	33
2.24. Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.....	33
2.25. Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos	34
2.26. RESOLUÇÃO Nº 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, que dispõe sobre as normas que regulamentam a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão.....	34
2.27. Decreto Nº 6.755, 29 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de	

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.....	35
2.28. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, com fundamento no Parecer CNE/CEB Nº 7/2010.	36
2.29. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, com fundamento no Parecer CNE/CEB Nº 11/2010...	36
2.30. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, com fundamento no Parecer CNE/CEB Nº 5/2011.	36
2.31. Diretrizes Curriculares Nacionais específicas dos cursos de graduação que compõem a área de Linguagens e Códigos:	37
2.32. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....	37
2.33. Resolução Nº 104-CONSUN, de 30 de novembro de 2007, que aprova a adesão da Universidade Federal do Maranhão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira (REUNI).....	38
2.34. RESOLUÇÃO Nº 421-CONSUN, 19 de julho de 2022. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2022-2026, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).....	38

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA 40

3.1. Objetivos do Curso.....	46
3.2 Perfil do Egresso.....	47
3.3 Competências e Habilidades.....	48
3.4 Campo de Atuação Profissional.....	51
3.5 Apoio ao Discente.....	59
3.6 Gestão do Curso a partir das Avaliações Internas e Externas	63
3.7 Política de Inclusão.....	67

4 METODOLOGIA DE ENSINO..... 70

4.1 Interdisciplinaridade.....	72
4.2 Práticas Inovadoras	74
4.3 Acessibilidade Metodológica	75
4.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino e Aprendizagem	76

5 ESTRUTURA CURRICULAR 78

5.1 Componentes Curriculares.....	79
5.2 Fluxograma curricular	83
5.3 Sequência Aconselhada através de Quadros da Estrutura Curricular	85
5.4 Quadro de Implantação Progressiva do Novo Currículo.....	89
5.5 Equivalência Curricular.....	89
5.6 Estágio Obrigatórios e Não-Obrigatórios	91
5.7 Extensão	93

5.8 Atividades Acadêmicas Complementares	96
5.9 Prática como Componente Curricular	99
5.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	100
6 REGISTROS REFERENTES À HORA-AULA E HORA-RELÓGIO	102
6.1 Tabela de Horários	103
7 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO	103
8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	106
8.1 Avaliação do Curso	106
8.2 Avaliação da Aprendizagem	110
9 CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	111
9.1 Recursos Humanos	111
9.2 Coordenação do Curso	112
9.3 Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso	113
9.4 Colegiado do Curso	114
9.5 Corpo Docente	115
9.6 Infraestrutura do Centro de Ciências de São Bernardo	118
9.7 Salas de Aula e Espaços de Trabalho	119
9.8 Laboratório didático de uso específico pelo curso	120
9.9 Biblioteca Setorial	120
9.10 Outros Espaços Físicos	124
10. EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS	124
10.1 Núcleo de Formação	124
10.2 Núcleo de Formação Específica e Interdisciplinar	135
10.3 Núcleo de Formação Pedagógica	141
10.4 Núcleo de Prática como Componente Curricular	151
10.5 Núcleo de Optativas	155
10.6 Núcleo de Eletivas de Outras Licenciaturas Interdisciplinares do Centro de Ciências de São Bernardo	162
REFERÊNCIAS DE DOCUMENTOS OFICIAIS	164
REFERÊNCIAS CITADAS NO DOCUMENTO	169
APÊNDICES	171
APÊNDICE A REGIMENTO DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171
APÊNDICE B REGIMENTO DO NDE DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171
APÊNDICE C REGIMENTO DE AAC DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171

APÊNDICE D REGIMENTO DE TCC DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171
APÊNDICE E REGIMENTO DE EXTENSÃO DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171
APÊNDICE F REGIMENTO DO ESTÁGIO DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171
APÊNDICE G REGIMENTO USO DOS NÚCLEOS/LABORATÓRIOS DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA	171

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Universidade Federal do Maranhão

Sigla: UFMA

Base legal de Criação e Funcionamento: Lei n.º 5.152, de 21 de outubro 1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10 de outubro de 1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29 de outubro de 1973).

Normas Regulamentadoras:

Estatuto da Universidade Federal do Maranhão - Atualizado pela Resolução CONSUN n.º 361/2021, de 8 de novembro de 2021.

Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão - Atualizado pela Resolução CONSUN n.º 416/2022, de 9 de maio de 2022.

Regimento Interno da Reitoria - Aprovado pela Resolução nº 325-CONSUN/2020;

Demais normas emanadas dos Colegiados Superiores.

Nome do Centro: Centro de Ciências de São Bernardo.

Base legal de Criação e Funcionamento: Resolução nº 139/2010 - CONSUN, o Centro de Ciências de São Bernardo e Resolução CONSUN n.º 413/2022, 16 de março de 2022 - Cria e renomeia Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Maranhão.

1.1 Identificação do Curso

Nome: Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa

Titulação conferida aos egressos: Licenciado em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa

Endereço, Cep e Fone:

Rua Projetada, S/N - Perímetro Urbano – Cep.: 65550-000, São Bernardo, Maranhão – (98) 32729662 / 32721410 / 32729765

E-mail linguaportuguesa.saobernardo@ufma.br

Página web https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=85765

Instagram @linguagenslpufma

Atos legais de autorização: O Campus foi instituído pela Resolução n.º 139-CONSUN, de 25 de maio de 2010. O Curso de Linguagens e Códigos foi criado pela

Resolução N.º 138-CONSEPE, de 24 de maio de 2010. Portaria de reconhecimento – Portaria n.º 674 – MEC, de 31 de outubro de 2016.

Modalidade: Presencial

Grau: Licenciatura

CÓDIGO E-MEC: 1117823

Conceito de Curso: 3 (2015)

Vagas Anuais: 50 (entrada única anual)

Forma de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada - SISU ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário.

Turno de Funcionamento: Vespertino

Município de Oferta: São Bernardo

Regime Letivo: Semestral

Período Mínimo para a Integralização do Curso: 8 semestres letivos

Período Máximo para a Integralização do Curso: 12 semestres letivos

Carga Horária Prevista:

- a) Carga horária de estágio obrigatório: 400 horas
- b) Carga horária de prática como componente curricular (PCC): 420 horas
- c) Carga horária de extensão curricular: 360 horas
- d) Carga horária das atividades complementares: 60 horas
- e) Carga horária dos outros componentes curriculares: 2310 horas
- f) Carga horária total: 3550 horas

1.2 Breve Contextualização da Instituição

A Universidade Federal do Maranhão, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026, tem sua origem na Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, que foi fundada em 1953 através da iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos, que era a sua mantenedora à luz da Lei Estadual n.º 1.976 de 31.12.1959, e ainda, pela Arquidiocese de São Luís do Maranhão. Posteriormente, passou a compor a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, que foi criada em 19.01.1956, voltada para fomentar o desenvolvimento da cultura do Estado, e inclusive, criar uma Universidade Católica.

Segundo o PDI 2022-2026, em cinco décadas, a UFMA tem contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento do estado do Maranhão, formando

profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de graduação e pós-graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do estado e da Região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura. E em seu processo de expansão da educação superior, a UFMA passou a ter espaço no Continente com *Campis* em diversos municípios, tais como em Bacabal (1981), em Pinheiro (1981), em Codó (1987), em Chapadinha (2005), em Imperatriz (2005), e após a adesão ao Programa de Reestruturação das Universidades - REUNI, desde o ano de 2007, também está presente atuando nos municípios de São Bernardo (2010), em Grajaú (2010), e em Balsas (2013).

A missão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) é gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções visando ao desenvolvimento intelectual, humano e sociocultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral, e situar-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026, tal missão só é alcançada com a articulação entre todos que compõe a instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

Tais fundamentos constantes desde o PDI 2017-2021 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2017), implicam a responsabilidade de cada Centro a colocá-lo em prática. Assim como, de acordo com o PDI 2022-2026, possui como princípios políticos pedagógicos que são:

Assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos processos educativos de todas as modalidades de ensino ofertadas. Conceber a educação superior como prática sociocultural necessária para a construção da subjetividade, da cidadania e da ética na produção e na disseminação do conhecimento para a inserção concreta dos nossos egressos nos mundos do trabalho. Proporcionar a formação integral do educando, articulando teoria e prática, aspectos profissionais e acadêmicos, diversidade de culturas e linguagens. Possibilitar o acesso a esferas mais elevadas de conhecimento, múltiplas e inclusivas, preservando a diversidade, fortalecendo a democracia e estimulando o compartilhamento de saberes. Incentivar a construção gradativa do estudante como sujeito autônomo em seu processo formativo, como exercício permanente e dialético de conhecer e transformar sua realidade. Viabilizar o aprendizado embasado em temáticas contemporâneas nas suas dimensões políticas, históricas, culturais, tecnológicas e ambientais. Refletir sobre o lugar do ser humano no

mundo em face da crise ecológica e mudança climática, produzindo conhecimentos que auxiliem a viver de forma respeitosa e responsável no planeta que é nossa casa comum. Estimular a literacia científica, digital e humanista como instrumentos para a distinção rigorosa entre informação, desinformação e fakenews. Promover programas, projetos e ações que trabalhem a integração de conhecimentos, saberes, experiências e interdisciplinaridade. Valorizar a inovação pedagógica, sem abdicar da nossa responsabilidade enquanto educadores, cientes de que nossos conhecimentos, experiências e vivências acumuladas são fundamentais para o aprendizado das novas gerações e a construção de educação superior consistente, autônoma, crível e inovadora. Estimular o diálogo com a sociedade para conhecer suas demandas e seus saberes, em particular com os grupos mais vulnerabilizados, na garantia de direitos e políticas públicas que direcionem ao bem-estar comum. Priorizar as avaliações processuais e cumulativas dentro do processo de ensino aprendizagem (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021, p. 72).

De acordo com o PDI (2022-2026), a UFMA tem como primeiro princípio o compromisso com a Universidade Pública e de Qualidade Social, que preze pela promoção da dignidade humana em geral, no empreendimento de lutas pelos direitos civis, políticos e sociais ligados ao exercício da cidadania plena. A natureza pública da UFMA também se refere à transparência das intencionalidades dos projetos pedagógicos, materializadas na sua produção científica e nas suas práticas de extensão social e na organização do trabalho acadêmico, nos critérios subjacentes às decisões político-administrativas, no uso da sua estrutura institucional e de seus recursos públicos.

O segundo princípio que fundamenta as práticas acadêmicas refere-se à Gestão Democrática e Autonomia Universitária, no qual a UFMA posiciona-se em defesa de um projeto de inclusão social e de democratização das instituições políticas e sociais brasileiras, objetivando ampliar a participação de toda a sociedade nas decisões políticas.

O terceiro fundamento de suas práticas acadêmicas diz respeito ao princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão para efetivar melhores relações entre a teoria e a prática e entre universidade e sociedade.

Por fim, tem como quarto princípio a Formação Continuada e Permanente e Valorização Profissional: a formação continuada dos/as servidores/as é condição imprescindível para o alcance da excelência e da qualidade social, o que ocorre por meio da busca permanente de acesso e atualização de referenciais teórico-metodológicos. O compromisso com a formação permanente destaca o pensar e o agir autônomos e busca integrar o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional.

Para desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFMA dispunha em 31/12/2021, de 1.949 docentes, sendo 1.367 doutores (70,14 % do total) e 436 mestres (22,37 % do total). Em relação ao regime de trabalho, 1.790 docentes (91,84% do total) desenvolvem regime integral. Para desempenhar atividades técnicas e administrativas, há 1.666 servidores técnicos contratados. O acervo atual das bibliotecas da UFMA é composto por materiais informacionais em suporte físico/digital/virtual, abrangendo livros, folhetos, dissertações, monografias, periódicos, totalizando 327.102 exemplares.

A UFMA oferece, atualmente em São Luís, 55 cursos de graduação em todas as grandes áreas do conhecimento; 6 cursos em Bacabal; 3 em Codó; 2 em Grajaú; 4 em Chapadinha; 9 em Imperatriz; 7 em Pinheiro; 5 em São Bernardo e 4 em Balsas. Na Pós-graduação *stricto sensu*, são oferecidos 31 mestrados acadêmicos, 10 mestrados profissionais, 14 doutorados acadêmicos e 1 doutorado profissional. Os cursos oferecidos pela Instituição estão inseridos na modalidade presencial, semipresencial e à distância, ofertados no âmbito do Ensino da Graduação e Pós-Graduação, Educação Básica, Técnica e Tecnológica e Programas Especiais de Formação de Docentes.

Orientada pela missão e pelos objetivos institucionais da UFMA, conforme o PDI (2022-2026), e pelos fundamentos da prática acadêmica expressos em suas ações formativas dos *campis* do Continente, dentre eles o Centro de Ciências de São Bernardo.

O Campus de São Bernardo foi formalizado pela Resolução nº 139/2010 - CONSUN, está localizado na cidade de São Bernardo – MA e com as mudanças na Resolução CONSUN n.º 413/2022, 16 de março de 2022 - cria o Centro de Ciências de São Bernardo. O Centro atende discentes da cidade de São Bernardo, região e outros estados, advindos via SISU. Oferece 230 vagas, distribuídas conforme demanda entre os cursos de licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Ciências Naturais/Química, Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Linguagens e Códigos/Música e o Bacharelado em Turismo.

Conforme disposto, no âmbito do seu PDI 2022-2026 tem como um dos seus principais objetivos a oferta de formação de docentes da Educação Básica e profissionais do Turismo, com qualidade social que possa atender as demandas regionais e locais em tempo hábil, contribuindo para a inserção relevante da

Universidade no âmbito da sociedade que a sustenta e desafia com seus problemas de diversas ordens e naturezas.

As atividades de ensino de Graduação são comuns a todos os docentes, pois estes são de regime de dedicação exclusiva, com carga horária semanal de 8 a 16 horas em disciplinas, incluindo aqueles que ocupam funções administrativas, e as demais horas no desenvolvimento de atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, Gestão, Programas e projetos desenvolvidos no Curso ou em parceria com outros cursos e instituições.

Essas ações são acompanhadas pelas Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização (AGEUFMA), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e pelas unidades/subunidades acadêmicas por meio do Planejamento Acadêmico, elaborado a cada início de semestre letivo, que compreende eletronicamente o Plano Individual Docente - PID: Perfil Profissional atualizado; Plano de Capacitação e Formação Continuada Docente; Lista de Atividades de Ensino; Lista de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão; Lista de outras atividades previstas pela legislação pertinente e aprovadas pelo CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. O atendimento da demanda para as disciplinas é de competência de cada subunidade acadêmica, que cadastram via Sistema SIGAA as demandas, semestralmente, e vincula aos docentes em atuação. O ensino de graduação contempla diferentes áreas do conhecimento e uma política de expansão que foi desenvolvida para que a área geográfica de atuação fosse progressivamente ampliada.

1.3 Apresentação, Histórico e Justificativa para Implantação do Curso

O curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa (LCSB) da UFMA é uma proposta de formação interdisciplinar de docentes da área de Linguagens e Códigos (tendo a Língua Portuguesa como grande área e as áreas de Língua Espanhola, Língua Inglesa e Artes Visuais como integradoras, em uma perspectiva interdisciplinar) para atuarem como docentes de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio.

O acordo de adesão da Universidade ao REUNI, na gestão do Reitor, Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, implicou na criação do campus e do curso, cuja ideia básica era expandir o raio de atuação e inserção da Universidade no âmbito do estado do Maranhão, constituindo projetos inovadores de formação de docentes com o objetivo de contribuir para a elevação da qualidade do ensino da Educação Básica.

A Comissão de Trabalho que elaborou o projeto original, instituída pela Portaria Nº 140/2009-PROEN. O primeiro processo de reformulação do projeto, com vistas a sua consolidação, foi iniciado por uma Comissão de Organização Curricular instituída pela Portaria GR Nº 134- MR, em março de 2012 e complementada em agosto de 2012, por Comissão instituída pela Portaria GR Nº 394-MR em 2012.

Esse projeto foi construído no âmbito dos seminários das licenciaturas interdisciplinares realizados pela PROEN nos *campis* de Codó (março/2012), Bacabal (maio/2012), São Luís (junho/2012), Imperatriz (agosto/2012) e Pinheiro (outubro/2012), refinado pelos trabalhos técnicos encetados no âmbito da Comissão de Reformulação dos PPCs, instituída pela Portaria GR 50-MR/2013; e Comissão de Organização Curricular/Subcomissão de Linguagens e Códigos, instituída pela Portaria GR 51-MR/2013. Assim, o projeto acima citado baseou-se numa matriz curricular disciplinar sem perder de vista a interdisciplinaridade, ampliando a área de atuação profissional do egresso para o Ensino Médio, adotando o regime acadêmico existente na Universidade e se constituindo em uma formação interdisciplinar conexa a uma formação específica, fortalecendo o perfil profissional do egresso do curso.

Em paralelo, foram desenvolvidos trabalhos no âmbito da Comissão de Estágio, instituída pela Portaria GR Nº 135-MR em 2012; e no âmbito da Comissão de Registro Acadêmico, instituída pela Portaria GR Nº 133-MR em 2012.

O segundo processo de reformulação teve seu início no ano de 2016, a partir do mês de abril, balizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de CLLCLP, composto pelos docentes Bergson Pereira Uta, Claudia Leticia Gonçalves Moraes, Eliane Pereira dos Santos, Maira Teresa Gonçalves Rocha e Edmilson Moreira Rodrigues, como a colaboração dos docentes Maria Francisca da Silva e Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho, segundo Ordens de Serviço nº 011/2014 e 024/2016 e ainda contribuindo com os trabalhos desta comissão as docentes Ana Stela de Almeida Cunha e Janine Alessandra Perini.

Passados seis anos de existência do Curso, e da experiência entre docentes e discentes, viu-se a necessidade de reformulá-lo, o que culminou na segunda

proposta. Inicialmente, este curso se baseava na matriz por competências, restringindo a área de atuação profissional do egresso nos anos finais do Ensino Fundamental, e previa uma segunda licenciatura e a criação de um regime acadêmico próprio, em paralelo ao vigente para os demais cursos da Universidade. Na reformulação proposta em 2012, esta matriz foi reelaborada, ponderando os seguintes aspectos: a matriz de competências criava grandes dificuldades para sua efetivação, tendo em vista não haver conteúdo ou componente curricular, apenas indicativo de competências e temas, bem como uma sistemática de avaliação que não previa aprovação/reprovação; a previsão de segunda licenciatura existe apenas em caráter emergencial, nos termos da Resolução CNE/CP Nº 1, de 11 de fevereiro de 2009; que institui um regime acadêmico específico acrescentaria em complexidade os procedimentos de matrícula, trancamento, avaliação e outras situações acadêmicas destes estudantes.

No âmbito do já historicizado, é importante destacar que havia uma área de atuação também em música para que os discentes pudessem atuar no Ensino Fundamental - anos finais, o que não mais faz parte desta nova matriz, pois o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos/Música tem seu próprio projeto e passa a licenciar discentes na referida área, conforme Resolução n.º 182-CONSUN, de 15 de maio de 2013. Nesta nova conjuntura, as áreas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais se tornam integradoras, deixando de ser habilitação e os egressos do curso não mais irão atuar como docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo consolidada apenas a habilitação para o Ensino Fundamental (anos finais) e Médio em Língua Portuguesa.

Versando sobre os conceitos e aplicações da interdisciplinaridade, existe uma clara tendência por parte das diretrizes e orientações nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) no sentido de destacarem sua importância no âmbito da educação básica, o qual deve ser levado em apreço nos cursos de formação de docentes. Se considerarmos a complexidade dos problemas que se apresentam na realidade contemporânea, o trabalho interdisciplinar se torna cada vez mais indispensável na identificação de encaminhamentos e soluções viáveis a esses problemas complexos.

A mesma preocupação com a relevância da interdisciplinaridade é observada na Pós-Graduação, com inúmeros programas de mestrado e doutorado interdisciplinares, os quais primam pelo diálogo entre os campos das ciências

humanas e das ciências naturais com vistas ao enfrentamento de problemas complexos que exigem um olhar interdisciplinar para sua compreensão.

Observamos ainda que de um lado, as licenciaturas interdisciplinares estão em processo de expansão e consolidação em inúmeras instituições públicas de ensino superior, constituindo atualmente uma nova perspectiva para a formação de docentes da Educação Básica, tanto que muitas universidades federais estão oferecendo cursos de licenciaturas nessa nova arquitetura curricular. Com essa expansão, observa-se o quanto esta proposta apresentou-se como inovadora para a formação de docentes da Educação Básica que tem como centralidade o diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento.

Atento a esse cenário nacional favorável aos cursos de licenciatura interdisciplinar, o Ministério da Educação criou uma comissão para elaborar os referenciais orientadores das licenciaturas interdisciplinares, com vistas à regulação pelo Conselho Nacional de Educação. Essa regulação já existe para os bacharelados interdisciplinares e agora contempla as licenciaturas interdisciplinares. Nos documentos normativos que versam sobre as novas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica,) e para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 3/2018, de 8 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017 e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 – que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio). Observa-se claramente um novo panorama para a Educação Nacional, preconizando a necessidade de um ensino interdisciplinar, conforme podemos observar, nas DCNEM, conforme observa-se Resolução n.º 3, DE 21 de novembro de 2018, que organiza as áreas de conhecimento linguagens, matemática, ciências da natureza e humanas.

A UFMA, na gestão da Reitora Prof.^a Dra. Nair Portela, conforme disposto no âmbito do PDI para o período 2012-2016, teve como um dos seus principais objetivos a oferta de formação de docentes da Educação Básica com qualidade social que possa atender as demandas regionais e locais em tempo hábil, contribuindo para a inserção relevante da Universidade no âmbito da sociedade que a sustenta e a desafia com seus problemas de diversas ordens.

As reflexões que culminaram com a segunda atualização do PPC Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa teve como motivação, principalmente, três subtemas, quais sejam: o caráter interdisciplinar do curso; uma carga horária muito extensa (3680 horas), inviabilizando a conclusão das disciplinas em apenas oito semestres letivos e a deficitária formação das quatro áreas (Artes Visuais, Música, Inglês, Espanhol e Português), que dava pouca segurança aos discentes em sua preparação para a carreira docente pois, tendo que concorrer com outros graduados nas mesmas áreas (específicas/disciplinar) encontravam-se em desvantagem, devido ao número reduzido de disciplinas que pudessem garantir maior aprendizado na área de sua Habilitação – Língua Portuguesa , fosse para o Ensino Fundamental ou Médio. Tais situações culminaram na dificuldade de inserção dos licenciandos em concurso públicos, daí a necessidade de fortalecer as áreas específicas e aumentar as chances no mercado de trabalho.

Diante disso, desde 2016, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos (CLLCLP), grupo de docentes ou órgão consultivo responsável pela reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sua implementação e desenvolvimento, refletiu sobre a necessidade de uma mudança na matriz curricular e no perfil do egresso, ainda levando em consideração uma real perspectiva interdisciplinar.

No tocante à carga horária, a reformulação do PPC se deu fundamentada na publicação e cumprimento da Resolução CNE/CP Nº 2 de 1º de Julho de 2015, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada no país. As mudanças, nesse sentido, concentraram-se em medidas relativas à adequação às novas cargas horárias mínimas para as atividades formativas (2.200 horas) e para a prática como componente curricular (400 horas), bem como, por consequência, à carga horária mínima total do curso (3.200 horas). Respondendo, ainda, à mesma demanda criada pela citada Resolução, o novo projeto buscava deixar mais clara a inserção da prática como componente curricular (doravante, PCC) e suas especificidades na matriz e na estrutura curricular, adequando este núcleo à característica interdisciplinar do curso, bem como inserir no currículo e atividades, definitivamente, os conteúdos e ferramentas de ensino-aprendizagem relativos à tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Para tanto, o NDE procedeu com alterações, o que acreditamos que favoreceu expressivamente a formação dos discentes do CLLCLP do Centro de Ciências de São Bernardo, a fim de atuarem como docentes na área de língua portuguesa. A carga horária total do curso conta com 3390 horas em sua matriz curricular; a formação nas áreas de Inglês, Espanhol, Artes Visuais e Música, alterada pelo PPC de 2017 para às áreas de Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e as Artes Visuais, que antes permitia aos graduados ensinar no Ensino Fundamental, agora são integradoras para a formação na área de Língua Portuguesa tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

A carga horária das disciplinas específicas do curso, que dá aos discentes licença para ensinar a Língua Portuguesa, que antes era de 780 horas, teve um acréscimo de mais 335 horas, totalizando, pois, 1115 horas; as áreas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais, que antes eram trabalhadas de forma disciplinar e focadas em seu ensino específico, passam a ter um real foco interdisciplinar, sempre colaborando com a formação do discente para a área de Língua Portuguesa.

A carga horária ministrada pelos docentes das áreas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais não ficou comprometida, pois apesar de terem permanecido apenas três disciplinas em cada área no CLLCLP, os cursos de Licenciatura em Linguagens e Códigos/Música e o Bacharelado de Turismo têm na sua matriz curricular, cada um, uma disciplina de Inglês Instrumental e Espanhol Instrumental, assim como o curso de Ciências Humanas/Sociologia que solicita disciplinas de Inglês Instrumental. Evidencia-se ainda que o curso de Linguagens e Códigos/Música possui duas disciplinas da área de artes ministrada pela docente de Artes Visuais, e no curso de Turismo, mais uma. Dessa forma, a distribuição das disciplinas dessas áreas fica assim organizada: Inglês (6 disciplinas), Espanhol (6 disciplinas) e Artes Visuais (6 disciplinas), nos cursos supracitados do campus de São Bernardo, sem prejuízo algum para os docentes lotados no CLLCLP.

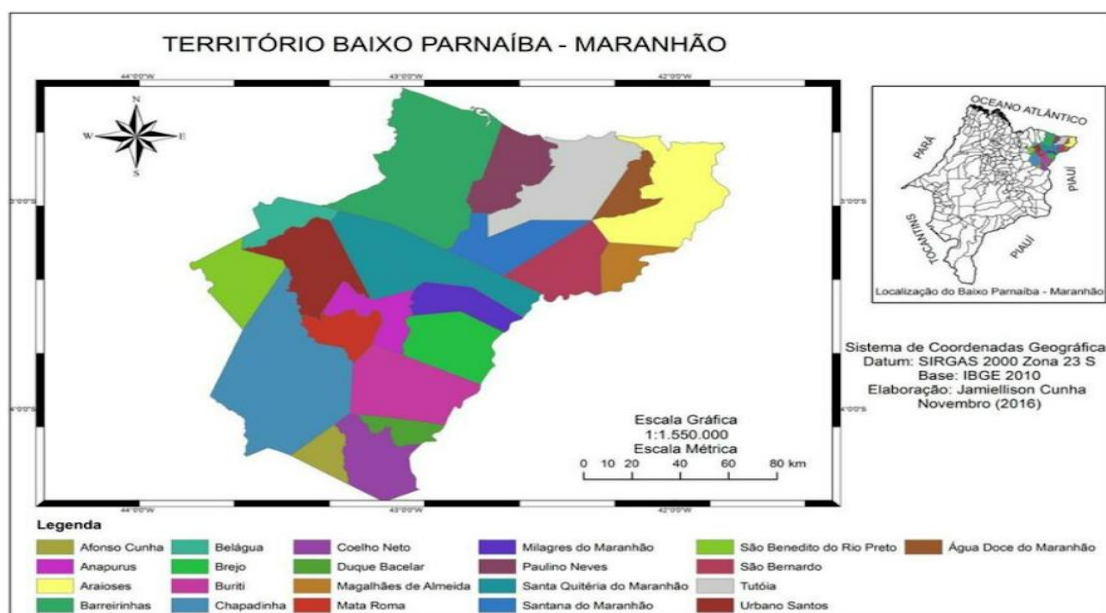
As alterações relativas à diminuição da carga horária total, e a formação em uma única habilitação – Língua Portuguesa, deixando as demais áreas como integradoras para o fortalecimento interdisciplinar da formação docente, são vistas como positivas, uma vez que permite a conclusão do curso em apenas oito períodos; fortaleceu a área de habilitação, abrindo espaço para a inserção de componentes curriculares indispensáveis para formação de um docente de Língua Portuguesa.

Apesar das mudanças, o curso continuou tendo um viés interdisciplinar, o que faz um grande diferencial no perfil do egresso do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

Esta Licenciatura é ofertada regularmente, com uma entrada anual de 40 vagas até o Sisu de 2023 e para 2024, terá o aumento de 50 vagas, em função do levantamento da possibilidade de ampliar o quantitativo de vagas em função da capacidade de atendimento do Curso.

O município de São Bernardo é situado na região do Baixo Parnaíba¹, foi criado pela Lei Estadual Nº 875, de 15 de julho de 1935, após inúmeras incorporações e desmembramentos. Tem uma área de 1.005,824 km², com uma população de 28.825 habitantes (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,572 (2010) e o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 124.255,00 (2020), com PIB per capita de R\$ 9.083,47 (2020). A principal atividade econômica é o comércio e serviços, seguida pela agricultura e uma incipiente produção industrial.

Mapa 01: Localização do Território do Baixo Parnaíba em relação ao Maranhão



O cenário educacional de São Bernardo, conforme dados do último Censo Escolar (2021), aponta para uma rede com razoável qualificação do corpo docente (70%) com formação em nível superior, porém com um nível insuficiente de aprendizado dos discentes, conforme dados da Prova Brasil de 2021, somente 3,25

1 O Território Baixo Parnaíba - MA abrange uma área de 19.178,80 Km² e é composto por 16 municípios: Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araisos, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia, Urbano Santos e Mata Roma.

% dos discentes aprendem o que deveriam quanto à língua portuguesa e à matemática, aqui destacamos a realidade anterior e posterior a pós - pandemia. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 é de 4,8 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e de 4,2 nos anos finais do Ensino Fundamental, demonstra que houve avanços, considerando dados anteriores, mas ainda precisa melhorar os índices pois estão abaixo da média nacional e estadual (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2023).

Seguimos com considerações sobre a terceira atualização do PPC do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, que teve início em 2019, mas se intensificou a partir de abril de 2022. A nova atualização surgiu em decorrência de vários fatores, dentre eles, em destaque, a Curricularização da Extensão, a fim de atender a resolução Resolução Nº 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, regulamenta a inserção da Extensão nos currículos no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tornando as atividades de Extensão no currículo obrigatórias nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, que deverão cumprir uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso. Cabe ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) encaminhar as adequações da presente atualização do PPC e apresentá-las ao colegiado do Curso para apreciação, discussão e aprovação.

O {NDE} (2023) é composto pelos docentes Maria Francisca da Silva (Presidente), Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho, Eliane Pereira dos Santos, Edmilson Moreira Rodrigues, Fabrício Tavares de Moraes e Theciana Silva Silveira, e é paralelo à organização da curricularização. Também tivemos a participação em uma segunda Ordem de Serviço/Portaria nº 465/2023/FUMA/OEA/CCSB/UFMA do Núcleo Docente Estruturante os docentes Rayron Lennon Costa Sousa, Claudia Leticia Moraes Gonçalves, José Marcelo Costa dos Santos, Janine Alessandra Perini, Maria Francisca da Silva, Eliane Pereira dos Santos, Edmilson Moreira Rodrigues, Fabrício Tavares de Moraes e Alex Alves Egidio.

Outro documento norteador, da presente atualização do PPC, é a Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para a Educação Básica, instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica (BNC-Formação). Essa adequação exigiu do NDE e de todo o corpo docente do Curso uma reestruturação da organização curricular a fim de atender à BNC-Formação, que

busca uma maior aproximação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Educação Infantil e Ensino Fundamental (2017) e a Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio (2018), conforme Resolução de 2019.

O desafio posto à Universidade, ao Centro de Ciências São Bernardo e ao curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, no que se refere a essa nova atualização do PPC, é oferecer uma formação que possibilite aos egressos contribuir para a aprendizagem dos discentes da Educação Básica, melhorando a qualidade do ensino oferecido pela rede pública. Para tanto, temos como meta principal, garantir aos licenciandos o desenvolvimento das habilidades gerais e específicas descritas nas DCNs (2019), em anexo (BNC-Formação), bem como o fortalecimento dos três pilares do Ensino Superior, enquanto base do conhecimento acadêmico: Ensino, Pesquisa e Extensão. Isso possibilitará a formação de um docente que reconhece o contexto escolar da Educação Básica como laboratório de pesquisa; que reconhece a importância da aproximação entre o que se aprende na Universidade e o que se ensina na Escola, tendo em vista a formação de um ser integral, como explicitado pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

A necessidade de autoavaliar a implementação do currículo sinalizou a possibilidade de readequação tanto das ementas, com base nas novas aquisições da biblioteca, atualizações de obras, inclusão de materiais digitais, como a adequação às necessidades formativas dos licenciandos. Outro ponto em destaque foi ao se avaliar a execução do currículo anterior; percebeu-se a necessidade de alterar disciplinas de períodos, considerando o rendimento de aprendizagem dos licenciandos no aspecto teórico e o processo de consolidação da formação acadêmica no desenvolvimento do curso.

A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral, Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017, que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Isso deve acontecer a partir de uma formação de docentes que implica questões de múltiplas naturezas com enfoques políticos, epistemológicos, culturais e profissionais, constituindo-se assim um processo multifacetado para a formação de docentes pelas licenciaturas interdisciplinares, mais especificamente, no contexto da Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, pode contribuir para uma mudança paradigmática nesta área, rompendo com limites disciplinares historicamente instituídos.

O Curso de LLCLP constitui-se de 12 (doze) turmas desde sua formação em 2010, denominada 2010.2, e assim por seguinte. Nesse percurso formativo já formamos 8 (oito) das turmas existentes, com um total de 11(onze) licenciandos no PPC de Linguagens e Códigos/2010, 47 (quarenta e sete) no PPC de dupla habilitação/2012, e 129 (cento e vinte e nove) no currículo atual do PPC/2017 de formação em Língua Portuguesa, totalizando 187 (cento e oitenta e sete) formados/egressos pelo curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa. Tal resultado sinaliza em torno de 60% das vagas ofertadas nas turmas e concluídas com sucesso.

O Projeto do Curso atende a normativa Resolução CNE/CES n.º 18, de 13 de março de 2002, que estabelece diretrizes específicas para os Cursos de Letras, e Resolução n.º 1, de 16 de janeiro de 2009, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, núcleo formativo específico da formação interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

Nesta reformulação, acrescentamos discussões através de disciplinas optativas para ampliar o escopo formativo dos licenciandos e as possibilidades formativas e de atuação profissional, tais demandas advindas de escutas dos licenciandos e discussões em reuniões de NDE e Colegiado de Curso:

A disciplina optativa "LÍNGUA PORTUGUESA PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS: NOÇÕES BÁSICAS E CRÍTICAS", que toma a língua portuguesa como língua não materna, é justificada pelo crescente campo de atuação profissional, nacional e internacional, possível para licenciados. Atrelado à atuação profissional, ressalta-se a intensificação dos fluxos migratórios ao redor do globo, em que o trânsito de línguas, dentre elas a portuguesa, é irreversível. Desse modo, essa disciplina visa contribuir com a formação do docente de língua portuguesa, que deseje atuar em contextos em que ela não é tomada como materna.

A disciplina optativa “LETRAMENTO DIGITAL E ENSINO: práticas de leitura e produção de textos digitais” atende a uma necessidade social, que é pensar novas estratégias de leitura e produção textual coerentes com as características hipertextuais, multissemióticas e interativas, relativas às práticas linguageiras da mídia digital. Diante disso, ressalta-se a importância da disciplina para fortalecer a formação docente dos licenciandos no ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica, atendendo a essa realidade decorrente do avanço das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

A disciplina optativa "MORFOSSINTAXE E ENSINO" proporciona uma reflexão sobre as estruturas morfossintáticas da língua em sua dimensão estrutural e contextual, justifica-se pela necessidade de fortalecimento da formação docente dos licenciandos, no tocante ao ensino da gramática normativa e funcional, na Educação Básica. Assim, a disciplina contribuirá para a atuação do licenciando em atividades práticas, como o Estágio Curricular Obrigatório, bem como, para sua futura ação profissional.

A disciplina optativa "LÍNGUA INGLESA PARA FINS ESPECÍFICOS" justifica-se pela possibilidade profissional dos licenciandos atuarem em atividades relacionadas à língua inglesa para fins específicos. Ela se estende a graduandos de quaisquer cursos de formação inicial, tendo em vista que a seleção de material para análise será por campo do conhecimento, a partir do interesse dos discentes inscritos na disciplina, o intuito é atender as demandas dos demais cursos do Centro de Ciências de São Bernardo.

A disciplina de “HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA” justifica-se pela necessidade de ampliar o escopo formativo dos licenciandos. O estudo da História da arte contemporânea nos permite conhecer o mundo ao nosso redor, fazermos uma leitura crítica da nossa própria realidade. A arte contemporânea representa o homem e sua história, refletindo o contexto social em que ele está inserido. Considerando o estudo da arte dentro da complexidade do fenômeno histórico, reiteramos a importância de seu valor histórico, político, artístico, social, cultural, educacional e estético, podendo por meio da obra de arte, discutir questões atuais, aspectos e transformações políticas e sociais de nossa época. Dessa forma, essa disciplina relaciona arte e vida, permitindo a interdisciplinaridade dentro do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, por meio das disciplinas Educação e Meio Ambiente e Educação e Direitos Humanos.

A disciplina optativa "LÍNGUA ESPANHOLA PARA FINS ESPECÍFICOS" justifica-se pela possibilidade profissional dos licenciandos atuarem em atividades relacionadas à língua espanhola para fins específicos. Ela se estende a graduandos de quaisquer cursos de formação inicial, tendo em vista que a seleção de material para análise será por campo do conhecimento, a partir do interesse dos discentes inscritos na disciplina, o intuito é atender as demandas dos demais cursos do Centro de Ciências de São Bernardo.

As disciplinas optativas "GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA E A DISCIPLINA PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM LÍNGUA MATERNA" justificam-se pela necessidade de reforçar a formação da área de formação específica de ensino de Língua Portuguesa e na atuação em Gestão no contexto da Educação Básica (situação de alguns egressos que assumem função de gestão municipal em escola e na Secretaria de Educação), apoiando as disciplinas já constantes como obrigatórias no currículo, de modo a fomentar a formação de docentes para atuação na Educação Básica, bem como potencializar possíveis pesquisas discentes e de egressos em nível de Pós-Graduação.

A proposta da disciplina optativa "LITERATURA PORTUGUESA II" justifica-se pela necessidade de maior carga horária para uma exploração mais detida da tradição literária portuguesa. A disciplina eletiva visa a uma suplementação da formação literária e crítica dos discentes, possibilitando-lhes o acesso às novas formas e estilos literários que surgiram no meio cultural português nos dois últimos séculos.

A proposta da disciplina optativa "TÓPICOS EM LITERATURA E CULTURA: LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS" se coloca na medida em que identifica-se uma necessidade de discussão mais ampla e complexa acerca das literatura produzidas em contexto africano e na sua diáspora, considerando principalmente uma formação literária mais robusta no que diz respeito às produções negras, bem como condizente com a aplicação dos dispositivos legais que regem o ensino de história e literatura africana, afro-brasileira e indígena interpostos nas leis 10.639/03 e 11.645/08 da LDB brasileira. Assim, pretende-se reforçar a formação dos discentes com amplo repertório sócio-cultural dos contextos em questão, com relevância em seus principais autores e obras.

Outra mudança significativa, foi o fortalecimento da interdisciplinaridade entre as Licenciaturas Interdisciplinares do Centro de Ciências de São Bernardo, com a inserção de disciplinas eletivas dos Cursos de Ciências Humanas e Linguagens e

Códigos/Música para que os licenciandos possam reforçar sua formação pessoal e profissional com disciplinas de interesse.

2 BASES LEGAIS

A proposta do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa do Centro de Ciências São Bernardo, está fundamentada legalmente no disposto pelos seguintes documentos, abaixo descritos o que confere as Bases Legais para desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

2.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 207 – As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (BRASIL, 1998).

A Constituição Federal de 1988, em relação às constituições anteriores, é a primeira que estabelece que as Universidades gozam de autonomia e se caracterizam pela articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. As instituições federais de ensino superior integram o sistema federal de ensino, cuja gestão e regulação são responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), ladeado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em face disso, é fundamental que o projeto político-pedagógico deste curso se atenha também às regulações infraconstitucionais que disciplinam a formação de docentes para a educação básica.

2.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996):

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 1996).

Entre essas regulações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei Nº 9.394/1996) tem caráter basilar. Ela determina que a formação docente para o exercício do magistério da educação básica se dará em licenciaturas de graduação plena. Ao estabelecer a formação em nível superior nos cursos de licenciatura como condição indispensável para a formação docente, a LDB representa um avanço em relação aos modelos anteriores, onde essa formação era um apêndice dos bacharelados.

2.3 Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

A Emenda Constitucional n.º 59/2009 (MEC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem ter como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. Diante desse contexto, não há como trabalhar de forma desarticulada, porque o foco central deve ser a construção de metas alinhadas ao PNE.

Apoiar os diferentes entes federativos nesse trabalho é uma tarefa que o MEC realiza por intermédio da Secretaria de Articulação Intersectorial com os Sistemas de Ensino (SASE). O alinhamento dos planos de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios constitui-se em um passo importante para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), pois esse esforço pode ajudar a firmar acordos nacionais que diminuirão as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional (BRASIL, 2014).

Como se pode constatar é uma proposta de ação ampla e que envolve todas as unidades federativas e seus municípios. Parece-nos cada vez mais premente a necessidade de nosso curso alinhar-se às metas do PNE de forma a garantir que esteja de acordo com as normativas federais que, por sua vez, estão no núcleo das normativas estaduais e municipais e com as DCNs (2019).

2.4. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

Conforme identificado no Art. 4º, a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, fazendo-o por meio de procedimentos e instrumentos diversificados, com visitas in loco por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, podendo resultar na atribuição de conceitos.

O curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa sendo uma formação interdisciplinar não faz o ENADE, em razão do número reduzido de cursos oferecidos no Brasil e número de formandos.

2.5. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Por meio desta Lei, institui-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

2.6. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de docentes para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de docentes e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005).

O Decreto supracitado, determina que Libras seja disciplina curricular obrigatória dos cursos de formação de docentes (Art. 3º), contribuindo para a inclusão de parte dos portadores de necessidades educacionais especiais no âmbito da educação básica. No âmbito do Centro de Ciências de São Bernardo, o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa contribui para a oferta dos conteúdos de libras a todos os cursos presentes no Centro.

2.7. Decreto n.º 9.325, de 15 de dezembro de 2017, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação

superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Por meio deste Decreto, foram estabelecidas funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação no sistema federal de ensino, que serão realizados por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação, visando zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável, sendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior. A regulação por meio de atos autorizativos visa “[...] promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade das instituições e dos cursos e de estimular o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”.

2.8. Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências

Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que deve ser formado por um grupo de profissionais do corpo docente do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, constituído por membros, que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

2.9. Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica (BNC-Formação).

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga

horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial

Esses documentos possuem estreita relação com a BNCC- Educação Básica, instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018. Essa relação visa ao fortalecimento de coerência entre as competências e habilidades a serem desenvolvidas nos discentes da Educação Básica e aquelas a serem desenvolvidas no licenciando durante a sua formação docente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Docentes para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018 (BRASIL, 2019, p. 2).

A Resolução prevê que ocorra o fomento de competências específicas a serem desenvolvidas pelo licenciando na sua formação docente, estão agrupadas em três dimensões interdependentes e sem hierarquia, sendo elas de conhecimento, prático e com engajamento profissional ao de sua formação.

Essas dimensões se desdobram em suas respectivas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos licenciandos na sua formação docente. O que tem sido amplamente considerado na reformulação do PPC Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, em seus vários aspectos, dentre eles, na reorganização das ementas dos componentes curriculares da base comum, dos conhecimentos específicos e da prática pedagógica, nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, na condução das ações dos programas Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

O curso busca desenvolver nos licenciandos as competências das três dimensões supracitadas, visando à formação de um docente que além de dominar o objeto do conhecimento, saiba ensiná-lo, demonstrando conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem em seus contextos de vida, dentro de certa estrutura governamental dos sistemas educacionais. Ou seja, os componentes curriculares são ensinados tendo em vista o ensino na Educação Básica, mantendo uma coerência entre BNC- Formação e BNCC.

O licenciando do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa é formado para aprender a planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens no que se refere ao ensino das Linguagens em suas

diferentes manifestações multissemióticas e tecnológicas, criando e gerindo os ambientes de aprendizagens em sintonia com as orientações da BNCC da Educação Básica, tendo em vista metodologias de ensino inclusivas, inovadoras, interdisciplinares conforme orientam as DCNs (2019) que tem como centro norteador a relação de coerência entre a formação docente e o ensino na educação básica. O referido curso se alinha às necessidades formativas do contexto da região do Baixo Parnaíba e suas características formativas locais e regionais, contribuindo para elevação dos níveis de aprendizagem dos discentes da rede pública.

Considerando as competências específicas da dimensão do engajamento profissional, o licenciando deverá conscientizar-se de sua responsabilidade pela sua aprendizagem e pelo seu desenvolvimento profissional, bem como pela aprendizagem dos estudantes, inserindo-se desde o início do curso nas escolas de educação básica, a fim de conhecer, pesquisar, engajar-se profissionalmente, com a escola, a família, a comunidade, a partir de uma postura democrática e ética, tendo esse espaço como laboratório de pesquisa.

O perfil do egresso do Curso de Linguagens e Códigos está voltado para um profissional habilitado para planejar, organizar e desenvolver atividades sob um viés interdisciplinar de docência no componente curricular obrigatório da área de Linguagens – Língua Portuguesa, nas anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O docente licenciado no referido curso possui competências e habilidades coerentes com a proposta do Novo Ensino Médio, que divide a área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias em: Língua Portuguesa, Artes Visuais, Educação Física e Língua Inglesa, uma vez que embora a habilitação seja em Língua Portuguesa, o currículo do curso contempla componentes das áreas de Artes Visuais e línguas estrangeiras/adicionais – Inglês e Espanhol, que dialogam enquanto diferentes linguagens para formação interdisciplinar do docente de Língua Portuguesa. As DCNs (2019) orientam a formação de um licenciando que tenha visão interdisciplinar sobre o objeto de ensino, orientando sobre quais competências e habilidades específicas e gerais devem ser desenvolvidas na formação docente.

2.10. Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com fundamento no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

Na primeira década do século XXI ocorre uma emergência e incorporação da temática da diversidade. Essa emergência se expressa na incorporação das principais demandas dos movimentos sociais e sociedade civil organizada ligada aos negros, aos indígenas, aos portadores de necessidades especiais, ambientalistas, militantes pelos direitos humanos, dentre outros no âmbito dessas políticas e da legislação pertinente. Essa emergência, mais uma vez, põe em relevo a necessidade do trabalho interdisciplinar frente à complexidade social que põem em xeque a quietude de uma escola até então voltada para a promoção da igualdade, mas cega para a riqueza das diferenças.

Assim sendo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orientam para a inclusão no currículo dos cursos de formação de docentes da análise das relações sociais e raciais no Brasil, seus conceitos e bases teóricas, bem como, de práticas pedagógicas, materiais e textos didáticos nessa perspectiva.

Essas diretrizes atendem à modificação introduzida na LDB pela Lei Nº 10.639/2003, obrigando o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todo o currículo da educação básica. Cinco anos depois, essa alteração foi reformulada pela Lei Nº 11.645/2008 incluindo a história e cultura.

2.11. Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A Educação em Direitos Humanos tem como princípios (Art. 3º): a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a laicidade do Estado; a democracia na educação; a transversalidade, vivência e globalidade; e a sustentabilidade socioambiental.

A Educação em Direitos Humanos deverá ser considerada na elaboração dos projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura (Art. 6º) e deverá ser componente curricular obrigatório (Art. 8º) nos cursos de formação de docentes. Essas Diretrizes apontam para o cumprimento do estabelecido nos planos e programas para a educação em direitos humanos produzidos no Brasil desde os anos de 1990.

2.12. Resolução CNE/CP Nº 2, 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

A determinação de incluir a educação ambiental, tanto no currículo da educação básica, quanto nos cursos de formação de docentes, remonta aos anos de 1980 e 1990, nos quais ocorreu significativa mobilização em defesa do meio ambiente, especialmente nas discussões que precederam a Constituição Federal de 1988, bem como, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), ocorrida na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, as Diretrizes determinam que a dimensão socioambiental seja considerada na formação dos profissionais da educação (Art. 11), sendo que nos cursos de licenciatura, essa dimensão deve ser desenvolvida de forma integrada e interdisciplinar (Art. 19, § 1º).

2.13. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira

A Resolução institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, definindo os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. A extensão passa a ser regulamentada na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, integrando a matriz curricular e à organização da pesquisa, compondo no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. A referida Resolução considera a extensão como sendo,

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018)

As atividades extensionistas podem ser classificadas em cinco modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços.

2.14. Resolução n.º 1892-CONSEPE, 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Conforme essa Resolução são considerados cursos de graduação os cursos ofertados de forma regular, permanente e sistemática pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na modalidade presencial, sendo as demais modalidades, como os cursos de graduação à distância regulamentadas em Resoluções específicas por proposição da PROEN, aplicando-se no que couber o disposto nesta Resolução. Conforme a Resolução, a licenciatura tem como finalidade a formação dos profissionais da educação nas diversas áreas do conhecimento para atuação no mundo do trabalho em espaços escolares e não - escolares, especialmente na educação básica. A Resolução trata dos elementos que devem constar nos PPCs.

2.15. Resolução CONSEPE nº 856, de 30 de agosto de 2011, que institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de graduação – bacharelado e licenciatura – da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências

2.16. Resolução CONSEPE nº 803, de 23 de novembro de 2010, que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão

2.17. Resolução CONSEPE nº 1.111, de 31 de março de 2014, que altera o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 803 – CONSEPE, de 23.11.2010 que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação desta Universidade

2.18. Resolução nº 1.191 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, que altera a Resolução nº 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos.

Por meio dessa Resolução é aprovada a nova redação do Regulamento de Estágio dos Cursos da Universidade Federal do Maranhão, atividade acadêmica

específica e supervisionada, que deve ser desenvolvida no ambiente de atuação profissional.

2.19. Resolução CONSEPE nº 1.674, de 20 de dezembro de 2017, que altera a Resolução CONSEPE nº 1.191/2014, que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao §4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21; §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§1º e 2º ao art. 5º;

A resolução supracitada trata sobre a supervisão in loco das atividades desenvolvidas pelos estagiários, trata do processo de avaliação (atribuição de notas e registro no SIGAA), bem como sobre os critérios de admissão e de conversão de estágio NÃO obrigatório em estágio obrigatório.

2.20. PORTARIA MEC Nº 96, DE 22 DE JANEIRO DE 2020, que recria a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - Saeg.

Art. 1º Recriar a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, órgão colegiado de caráter técnico de acompanhamento dos processos periódicos de avaliação externa in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - Saeg.

Esta portaria rege as competências que tem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação CTA no requisito deliberação, sua composição e sua estrutura organizacional, que será composta por:

- I - Colegiado Principal;
- II - Sete Subcolegiados; e
- III - Secretaria-Executiva.

2.21. Portaria MEC nº 488, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - Saeg.

2.22. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a

Distância: Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES, Outubro de 2017, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

A partir da entrada das instituições de ensino superior (IES) no Sistema Federal de Ensino, os cursos de graduação devem ter autorização para iniciar suas atividades, para depois receberem o reconhecimento do curso, que possibilitará à IES emitir diplomas aos graduados. Posteriormente, de acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta (2017, p. 20).

2.23. PORTARIA NORMATIVA Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

Essa portaria regulamenta os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior do sistema federal de ensino, de autorização, reconhecimento e renovação de cursos superiores de pedidos de aditamento aos atos autorizativos, inclusive formalizados por universidades e centros universitários em seus campi sem autonomia, nas modalidades presencial e educação a distância - EaD, devem ser analisados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES segundo os procedimentos e o padrão decisório estabelecidos nesta Portaria, na forma da regulamentação em vigor (Art. 1º)

2.24. Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC

2.25. Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos

2.26. RESOLUÇÃO Nº 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, que dispõe sobre as normas que regulamentam a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão.

Considerando o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto em vários outros documentos, tal como na Meta 12 do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que assegura, no mínimo, 10% (dez) por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, essa resolução, propõe-se a regulamentar a inserção das atividades de Extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e à distância na Universidade federal do Maranhão (UFMA).

Ainda conforme a mesma resolução, e considerando a autonomia dos cursos na reorganização dos Projetos Pedagógicos, a presente resolução regulamenta a inserção das atividades de Extensão a partir de duas modalidades que possibilitam diferentes possibilidades de atividades extensionistas, a fim de atender às necessidades dos diferentes cursos de licenciatura da Universidade federal do Maranhão (UFMA), conforme institui o Art. 2º:

I - Unidade Curricular de Extensão (UCE) é um componente curricular obrigatório, autônomo, constante da matriz curricular do curso de graduação, constituída de ações de extensão, ativas e devidamente cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/UFMA), com áreas temáticas a serem definidas nos currículos dos cursos de graduação; e

II - Parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2022).

Nesta atualização do PPC Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, ancorados na Resolução Nº 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, adotamos, inicialmente, como modalidade para inserção da curricularização da extensão no referido curso, a modalidade de disciplinas mistas (parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no

currículo). A escolha dessa modalidade se justifica pelo pequeno número de ações de extensão ativas e devidamente cadastradas na PROEC, o que inviabilizaria a adoção da modalidade Unidade Curricular de Extensão (UCE). Outra motivação para a adoção de disciplina mistas para a curricularização da extensão no curso é o fato de já existirem disciplinas de caráter extensionista ou ainda, que podem adequar-se à extensão, tendo carga horária destinadas para ações que envolvem a participação direta dos licenciandos em atividades junto à comunidade.

Destacamos ainda, que a presente atualização do projeto pedagógico do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, no tocante à curricularização da extensão, embora inicialmente, adote a modalidade de disciplinas mistas, coloca-se aberto para a possibilidade de futuramente adotar a modalidade de Unidade Curricular de Extensão (UCE), a partir de projeto integrador, a ser organizado pelo referido curso.

2.27. Decreto Nº 6.755, 29 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

O referido Decreto expressa uma alteração significativa no cenário da definição das políticas voltadas para a formação de docentes no Brasil ao institucionalizar uma política nacional para essa área. A explicitação dessa política se dá em um contexto de reformulação de um projeto nacional para a educação brasileira, vide as discussões produzidas no âmbito da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei que cria o PNE para a próxima década.

Entre os princípios instituídos pelo Decreto (Art. 2º) cumpre destacar: a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância (IV); a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (V); e a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando

organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar (VII).

A UFMA ao ofertar o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa se coaduna com os objetivos da Política Nacional referida, em especial, os de apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior (II), identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério (IV) e ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública, que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial (VI).

2.28. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, com fundamento no Parecer CNE/CEB Nº 7/2010.

2.29. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, com fundamento no Parecer CNE/CEB Nº 11/2010.

2.30. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, com fundamento no Parecer CNE/CEB Nº 5/2011.

Parecer CNE/CEB nº 15/2015, aprovado em 9 de dezembro de 2015 - Orientação aos sistemas de ensino quanto à implementação da Lei nº 11.161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola

Parecer CNE/CEB nº 6/2022, aprovado em 6 de outubro de 2022 – Institui diretrizes para a oferta preferencial de Língua Espanhola em caráter optativo no Ensino Médio.

A educação básica de maneira geral nos últimos anos vem passando por um processo de reforma curricular, seja por intermédio de novas regulações do CNE, seja pela inclusão de temas, conteúdos e disciplinas por intermédio de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. E agora, mais recentemente, pela medida provisória nº 746, de 2016, que promove mudanças na estrutura do Ensino Médio. A

nova estrutura do Ensino Médio terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível.

Considerando que o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa formará docentes para a educação básica, em especial, o ensino fundamental e o ensino médio, as diretrizes curriculares para esses níveis de ensino também devem orientar o projeto político-pedagógico dos cursos de licenciatura.

2.31. Diretrizes Curriculares Nacionais específicas dos cursos de graduação que compõem a área de Linguagens e Códigos:

Letras: Parecer CNE/CES Nº 492/2001, Parecer CNE/CES1.363/2001, Parecer CNE/CES Nº 83/2007 e Resolução CNE/CES Nº 18/2002.

Artes Visuais: Parecer CNE/CES Nº 280/2007 e Resolução CNE/CES Nº 1/2009.

A utilização das Diretrizes Curriculares específicas dos cursos de graduação supracitados tem por objetivo identificar parâmetros para embasamento da construção do projeto político-pedagógico da Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa. Isso se justifica pelo fato de que os referenciais orientadores para as licenciaturas interdisciplinares estão em processo de formulação no Ministério da Educação, tendo sido concluído até o presente momento apenas os referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares (Parecer CNE/CES Nº 266/2011).

2.32. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI é um programa que estimula a ampliação do acesso e permanência na educação superior pública, no nível da graduação (Art. 1º). Entre suas diretrizes estão a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno (Art. 2º, I), revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem (II) e diversificação das modalidades de graduação (IV).

2.33. Resolução Nº 104-CONSUN, de 30 de novembro de 2007, que aprova a adesão da Universidade Federal do Maranhão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira (REUNI).

A criação dos cursos de Licenciaturas Interdisciplinares se dá nos marcos do processo de expansão da Universidade Federal do Maranhão consignado no âmbito de sua adesão ao REUNI, representando o viés político deste projeto, configurado no esforço institucional em construir e reconstruir a inovação inclusiva, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais estaduais e municipais pela formação de docentes com qualidade social.

2.34. RESOLUÇÃO Nº 421-CONSUN, 19 de julho de 2022. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2022-2026, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Destacamos aqui o disposto na referida resolução sobre o Programa do Governo Federal de Apoio a REUNI, visando ampliar e diversificar a oferta de vagas para o acesso ao ensino superior:

A UFMA, seguindo esta perspectiva, estabelece caminhos em direção aos processos vinculantes e complementares – expansão com interiorização, para todos os níveis e modalidades de educação superior nas dimensões acadêmica, científico tecnológica e profissional. Isso leva em conta os elementos pontuados pela inovação, inclusão social, cidadania, sustentabilidade e modernização tecnológica, que devem ser articulados às vocações regionais, para superar as barreiras de natureza educacional, social e cultural, respeitando a essência e as peculiaridades inerentes aos grupos sociais das regiões assistidas pela Instituição. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2022, p. 69-70)

O PDI (2022-2026) destaca que o princípio básico desse programa resultou na criação de condições de acesso e permanência, ampliação da estrutura física e de recursos humanos, para implantação de novos cursos, e o comprometimento institucional de melhorar e qualificar os recursos já existentes. Contudo muitos têm sido os desafios enfrentados.

O trabalho de expansão, embora com subsídios do Reuni, tem sido tarefa árdua, visto que os recursos destinados, por serem insuficientes para uma expansão elevada de vagas e matrículas no ensino de graduação nas modalidades presencial e a distância, têm cumprido com dificuldades os objetivos a que se destinam. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2022, p. 71).

Neste sentido, mesmo com as dificuldades enfrentadas, a UFMA tem garantido com qualidade a inserção regional das ações de ensino, pesquisa e extensão a partir de diretrizes, tais como:

Potencializar o desenvolvimento econômico e social dos municípios maranhenses, atuando de forma regionalizada, alinhada às vocações produtivas locais e ao processo de planejamento do desenvolvimento local e regional; Possibilitar de modo integrado e interdisciplinar as dimensões formativa e profissional nas propostas curriculares dos cursos ofertados; Possibilitar de modo integrado e interdisciplinar as dimensões formativa e profissional nas propostas curriculares dos cursos ofertados; Promover a integração da Universidade com a educação básica [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2022, p. 70).

Em face da base legal apresentada, compreendemos que o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Centro de Ciências São Bernardo da UFMA poderá contribuir com a formação de docentes da educação básica por constituir-se, enquanto proposta diferenciada de formação. O curso tem como eixo norteador a centralidade do diálogo entre diferentes áreas de conhecimento para a formação de docentes capazes de visualizar o objeto de ensino em uma perspectiva interdisciplinar, a partir de uma grande área: Linguagens e suas tecnologias, articulada aos seguintes componentes: Língua Portuguesa, Artes Visuais, Língua Inglesa e Língua Espanhola.

As competências específicas descritas nas DCNs (2019) coadunam-se com os fundamentos filosóficos do presente projeto político-pedagógico do curso de Licenciatura Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa ao enfatizar a importância de compreender a escola enquanto organização complexa. É no fulcro da complexidade que o futuro docente/a deverá construir e reconstruir conhecimentos das múltiplas dimensões da escola, isto é, sua dimensão pedagógica, cultural, política e econômica, as quais possam perfazer sua formação e perpassar sua prática.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA

Este PPC concebe desde sua gênese um viés particular: ao mesmo tempo em que projeta inovação no âmbito das *Licenciaturas*, posicionou-se com vistas a reconhecer que a grande missão da universidade é alimentar a continuidade da *reprodução social* também produzindo conhecimento no âmbito da formação do docente, de tal forma que seja possível colocar-se face a face com a escola, com a profissão de docente, com o que o contexto oferece como desafio para essa profissão.

Disso dependem, em grande parte, os destinos do mundo, pois são, determinados também pelos destinos da escola que, por sua vez, também sofrem a interferência direta da oferta de profissionais – docentes das mais diversas áreas - com seus olhares fundamentais para a transformação do mundo. Gatti (2017) afirma que a formação de docentes reverbera na formação de consciências para o agir social. Acrescenta ainda, que é nessa direção que se coloca a complexidade e a relevância essencial do trabalho docente na educação básica formado nas licenciaturas, considerando os contextos multiculturais e de acentuadas diversidades em que ela se processa.

Esclarecemos, a princípio, que se trata aqui de um projeto que se propôs a caminhos inovadores em sua prática para resultados que produziram concepções que não se limitam à *transmissão de conhecimento*, mas que na transmissão possam gerar a transferência de valores por meio do ensino, próprios da articulação de princípios inerentes às diferentes áreas. O que se considera inovador não é o referencial, mas o perfil de um docente que se pretende formar, o qual deverá se apropriar de um olhar que desafie um pensamento complexo que, para isso, precisa estar desviado de um foco convencional: o conteúdo das diferentes áreas. É preciso um olhar que capacite o docente, tornando-o capaz de transferir a ousadia de sair do particular para o universal e de fazer uma situação sair da categoria de fato até galgar o patamar da condição do gênero humano.

Este é um projeto interdisciplinar pela busca de um pensamento que reconhece a complexidade como conceito e que, ao reconhecer o todo em cada parte, identifica a incompletude de cada uma e a necessária complementaridade entre todas.

Em linha gerais, significa que esse projeto interdisciplinar tem se construído coletivamente, no âmbito da UFMA com efetiva ação de formar por meio do projeto das Licenciaturas Interdisciplinares atento ainda às especificidades do mercado, ou

seja, esteja habilitado para ministrar aulas de Língua Portuguesa, porém reconhecendo o plano do significante como materialidade artística, ligando-a diretamente aos efeitos de sentido tanto dos textos literários quanto dos não literários, do campo das Artes Visuais e do universo das línguas estrangeiras Inglês e Espanhol.

Consideramos como marca deste projeto, no viés político, a expansão da universidade, a inovação e a inclusão, advindo do REUNI em 2010 e que consolidou o processo formativo na região do Baixo Parnaíba. Este breve histórico demonstra, portanto, que a fundamentação teórico-filosófica destes cursos interdisciplinares, não possui como objetivo apenas redesenhar a arquitetura curricular das universidades e formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas principalmente, contribuir para a transformação no processo de formação, possibilitando ampliação de conhecimentos e competências cognitivas, garantindo aos estudantes uma formação ética, cidadã, com espírito crítico para que possam contribuir para a solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e democrática. (FERNANDES et al., 2007).

Significa que o que se tem construído coletivamente obriga a enfrentar todas as dificuldades que se apresentam quando o enfrentamento se dá diante de um pensamento que, ao mesmo tempo em que traz o novo do *contexto complexo*, sabe que precisa manter da tradição o que é próprio da *continuidade* e o que é necessário para que um projeto seja diferente do mesmo existente, mas passível de se encaixar à realidade precisamente como ela é, levando em consideração, inclusive, as questões da organização acadêmica.

No âmbito filosófico, a sustentação do conceito de interdisciplinaridade se dá pelo pensamento complexo que possibilita repensar a prática pedagógica a partir da seguinte questão posta pela teoria da complexidade: quais são as possibilidades ainda não exploradas de complexidade? (MORIN, 1999, p. 309). E complementa, dizendo que (1999, p. 176) “[...]a complexidade não é receita, nem resposta. É um desafio e uma motivação para pensar. Não é completude, mas a incompletude do conhecimento.” A ideia de complementação, entretanto, não é exatamente do conhecimento, mas é própria do objeto do saber. É com um olhar alimentado pelas diferentes áreas que se produz um perfil de um objeto e, em consequência, produz-se conhecimento.

A ideia que se ganha da teoria da complexidade é que não há completude e que qualquer ideia de independência é mutilação. Edgar Morin afirma que:

[...] se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões (MORIN, 1999, p. 176).

No viés pedagógico, pelo conceito de interdisciplinaridade, reconhecemos o quanto é desafiador avançar a partir de uma tradição disciplinar, sabendo que ela não se apaga porque a totalidade não elimina as especificidades. Elas se misturam e se complementam nas determinações reflexivas. Por mais que se ouse um projeto interdisciplinar, precisamos reconhecer que o prefixo mantém a relação entre as diferentes áreas e são estas que sustentam essa relação de complementaridade.

Dizemos isso porque acreditamos que, enquanto o foco do ensino for o conteúdo, estará posta a impossibilidade do olhar complexo e interdisciplinar. Acreditamos que esse jeito que se diz novo, mas que a filosofia desde antes orienta a ser, é uma prática que só será alcançada no momento em que o objeto for deslocado do centro da pesquisa e o objeto de pesquisa for posto no seu devido lugar: no eixo do ensino. Isso ressalta dois aspectos: o pesquisador continua aprendendo, esteja ele na condição de docente ou de discente e haverá um ponto de convergência entre as diferentes áreas, porque o pensamento complexo só acontece quando ele realiza sobre um objeto que é em si complexo, multidimensional e interdisciplinar.

Acrescenta-se aqui, na tentativa de acesso ao conteúdo complexo entre as diferentes áreas, o amor de transferência como lugar do ensino, no qual o docente recupera ao estudante um suposto saber que se põe a entregar o que não possui e que, portanto, reconhece as outras áreas como espaços, onde quem sabe possam encontrar – juntos – algum caminho de superação da falta primordial. Para isso, o silêncio mediador da produção de conhecimento na formação do docente; a ignorância de cada um como consequência da incompletude humana refletida em cada área de conhecimento. Este Projeto, alimentado pela pesquisa, favorece a convergência de diferentes olhares. Mesmo que esse exercício seja a princípio multidisciplinar, cada um contribuindo com suas especificidades, acontecerá o momento em que nascerá um olhar interdisciplinar no docente/a em formação que, sem dúvida, poderá transmitir com um conteúdo a incompletude de sua área e a

necessidade de outra, para que o objeto pesquisado ganhe corpo e a pesquisa também entre como realidade do Ensino Fundamental e Médio, a partir do que acontece nas licenciaturas. O que se espera é que esses espaços interdisciplinares de formação ganhem identidades como prática pedagógica e como perfil de um docente/a que transite da especificidade para a generalidade de sua área.

Entendemos que trabalhar com a interdisciplinaridade, na formação do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, vai além de unir componentes curriculares, trata-se de integrar visões e relações ágeis, que são fundamentais para a formação do licenciando/a que contribuem para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo.

O que se pretende, portanto, não é propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade. A Interdisciplinaridade torna-se possível, então, na medida em que se respeite a verdade e a relatividade de cada disciplina, tendo-se em vista um conhecer melhor (FAZENDA, 2011, p. 89).

Dessa forma, é possível pensar no sentido da interdisciplinaridade, a partir de ideias convergentes que seguem o paradigma pós-moderno e que, conseqüentemente, renova a visão da realidade, numa ótica abrangente do uso e da produção do conhecimento, de modo a dar ênfase às ações de caráter de integração dos componentes formativos.

No viés pedagógico, pelo conceito de interdisciplinaridade, reconhecemos o quanto é desafiador avançar a partir de uma tradição disciplinar, sabendo que ela não se apaga porque a totalidade não elimina as especificidades. Elas se misturam e se complementam nas determinações reflexivas. Por mais que se ouse um projeto interdisciplinar, precisamos reconhecer que o prefixo mantém a relação entre as diferentes áreas e são estas que sustentam essa relação de complementaridade.

Dizemos isso porque acreditamos que, enquanto o foco do ensino for o conteúdo, estará posta a impossibilidade do olhar complexo e interdisciplinar. Acreditamos que esse jeito que se diz novo, mas que a filosofia desde antes orienta a ser, é uma prática que só será alcançada no momento em que o objeto for deslocado do centro da pesquisa e o objeto de pesquisa for posto no seu devido lugar: no eixo do ensino. Isso ressalta dois aspectos: o pesquisador continua aprendendo, esteja ele na condição de docente ou de discente e haverá um ponto de convergência

entre as diferentes áreas, porque o pensamento complexo só acontece quando ele realiza sobre um objeto que é em si complexo, multidimensional e interdisciplinar.

Buscamos o entendimento de uma interdisciplinaridade, como orienta Fazenda (2013), que seja um processo de tomada de decisões, de ações, que ao dinamizarem o currículo de ensino possibilitem que a formação oferecida no Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa ultrapasse a possível relação e/ou aproximação entre disciplinas.

Entendemos que a questão em torno da interdisciplinaridade é mais complexa, abrangente e plural, ou seja, propomos uma formação que se consolide como orientadora de práticas de ensino e aprendizagem da língua materna, de modo que o licenciando se perceba como agente de construção de conhecimento a partir de uma identidade formativa que se fará nas ambiências e experiências do trato disciplinar em uma dimensão interdisciplinar.

A identidade aqui enfocada, ou processo identitário (NÓVOA, 1991), diz respeito à experiência de construção da história pessoal, afetiva, acadêmica e profissional do indivíduo. No caso da docência, podemos compreendê-la como “um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão” (NÓVOA, 1991, p. 16).

Nesse aspecto, o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa busca desenvolver uma formação integradora entre seus vieses teóricos, práticos e pedagógicos, de modo a fomentar a construção dessas identidades e ainda, diminuir o distanciamento entre disciplinas específicas e os componentes pedagógicos – fato que insiste em permear os cursos de formação docente.

Sobre este último item, Gatti postula que a formação nas licenciaturas precisa romper a barreira entre as disciplinas específicas e os componentes pedagógicos, considerando que é exatamente a correlação entre estes que sustentará o processo formativo do licenciando que se prepara para integrar a escola como profissional da educação.

O novo docente, nessa esteira, tende a chegar ao chão da escola com um olhar crítico e reflexivo sobre o trabalho que irá desenvolver. Assim, buscamos formar para a prática reflexiva, crítica, emancipadora. Sobre esta questão, Freire (1996, p. 38) acredita que

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] O que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão

sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. [...] A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

O docente reflexivo intervém no processo de ensino e aprendizagem, no sentido de avaliar e reavaliar seu fazer a fim de verificar se os discentes aprenderam, como foi esse aprendizado e, se os discentes não aprenderam, o que ocasionou essa negativa. Isso implica em situações concretas de aprendizagem, considerando que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 39).

A reflexão no contexto das práticas pedagógicas, essencialmente educativas, configura-se em ação, no movimento do docente diante de situações problemáticas do cotidiano escolar. Autores como Dewey, Schön, Zeichner e Alarcão concordam com a visão de que formar para a reflexão implica questionamento da realidade, tomada de decisão, crítica ao fato e ação na ação docente.

Acreditamos que pensar uma proposta formativa para a licenciatura aqui enfocada nos direciona para questões em torno de como essa formação deve acontecer e quais os pressupostos que a orientam. Nesse sentido, buscamos aproximação com os estudos de Romanowski (2007) e Imbernón (2001), sobre formação e profissionalização docente, ao passo que também nos orientamos com os postulados de Tardif (2006) e Pimenta (2005).

Romanowski (2007) aponta que a formação e profissionalização docente estão intimamente ligadas com a construção da identidade docente, logo, formar para docência implica um conjunto de elementos que, sendo indissociáveis, constroem essa identidade. Portanto,

Entre os componentes da identidade docente está o conhecimento, que é objeto da relação entre docente e discente, permanentemente renovado, ampliado. Agregam-se a essa relação os conhecimentos específicos das disciplinas escolares, os conhecimentos pedagógicos e os conhecimentos da prática pedagógica, articulando o conhecimento local com o universal. (ROMANOWSKI, 2007, p. 18).

Isso ratifica a ideia de que a docência é resultado de formação, não é intuitiva tampouco vocacionada, como ainda se insiste em crer. O docente profissional é indivíduo dotado de capacidades, habilidades e competências adquiridas em situações de aprendizagem teórica e prática.

A este respeito, Imbernón (2001) chama a atenção para a necessidade de se compreender a docência como processo formativo inicial, continuado e contínuo, uma

vez que é da própria condição de ser e tornar-se docente a busca constante de conhecimento, sendo a licenciatura o primeiro passo nessa busca.

Tardif (2006) e Pimenta (2005), ao classificarem os saberes inerentes à profissão docente, apontam para os conhecimentos disciplinares, curriculares, pedagógicos e experienciais.

Esses autores compreendem que no exercício do magistério, ações como ensinar e aprender são constantes, tendo em vista que os saberes não são inatos, eles são adquiridos em processos de formação e de aprendizagens consigo e com o outro.

É neste entendimento que o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa propõe a formação de seus licenciandos, de modo a assegurar à sociedade a entrega de profissionais bem formados, dotados de habilidades técnicas e pedagógicas que lhes possibilitem exercer com zelo e competência a complexa tarefa de mediar práticas de ensino e aprendizagem do Português.

3.1. Objetivos do Curso

Os objetivos do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa atendem as perspectivas formativas vigentes no contexto da formação para a docência, assim como, se alinham com os perfis do egresso, as competências e habilidades, o campo de atuação profissional e as concepções teóricas - filosóficas e pedagógicas descritas anteriormente neste documento.

3.1.1 Geral

Formar docentes para a Educação Básica na área de Língua Portuguesa, capazes de dominar a norma culta padrão e variantes linguísticas, compreendendo a organização e o funcionamento da língua materna nos planos linguístico e literário nas suas múltiplas manifestações semióticas e tecnológicas, desenvolvendo práticas que ampliem as possibilidades interpretativas e a organização do trabalho, atentando para o seu ensino em sua relação com outras linguagens, especialmente as integrantes do percurso formador do curso (Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais).

3.1.2 Específicos

- Articular teoria e prática na formação docente de docentes de Língua Portuguesa, favorecendo desde o início de ingresso no curso, a vivência no contexto de Educação Básica por meio das disciplinas práticas: Prática como Componente Curricular (PCCs);
- Formar docentes num viés interdisciplinar a partir da perspectiva formadora dos componentes Artes Visuais e línguas estrangeiras – Inglês e Espanhol;
- Qualificar docentes conhecedores do funcionamento da língua portuguesa, sincrônica e diacronicamente, em seus aspectos enunciativos-discursivos e estruturais, capazes de transformar esses conhecimentos em práticas de leitura, produção textual, oralidade e análise linguística, nas aulas de Língua Portuguesa;
- Favorecer a formação de docentes capazes de reconhecer as variedades linguísticas do Português e os efeitos de sentido que elas provocam em termos linguísticos, literários, sociais e políticos, transformando esses conhecimentos em metodologias de ensino na Educação Básica.

Destacamos, que os objetivos do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, estão em consonância com o perfil profissional, advindos da formação através da estrutura curricular proposta. Nesses termos, se alinham com as necessidades formativas do contexto da região do Baixo Parnaíba e suas características formativas locais e regionais para atendimento da realidade educacional da Educação Básica.

3.2 Perfil do Egresso

O Licenciado em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa é o profissional habilitado para planejar, organizar e desenvolver atividades sob um viés interdisciplinar de docência no componente curricular obrigatório da área de Linguagens Língua Portuguesa.

Sua atribuição central é a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que requer conhecimentos sobre os fundamentos da área de

Linguagens, domínio e reflexão sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários da Língua Portuguesa, bem como, sobre a *mediação didática* destes conhecimentos em competências.

Além de trabalhar diretamente na sala de aula, elabora e analisa material didático, realiza pesquisa em educação e pode contribuir profissionalmente em outras áreas no debate interdisciplinar, em função da formação interdisciplinar nas áreas de Artes Visuais, Língua Espanhola e Língua Inglesa. Enfatizamos que, por sua formação pautada nas DCNs (2019), é um profissional capaz de compreender a legislação, a ética e a responsabilidade profissional e avaliar os impactos das atividades na sociedade e no meio ambiente, atuando de forma colaborativa em equipes multidisciplinares, tanto presencialmente quanto em rede, de forma ética e profissional. A seguir será apresentado as competências e habilidades ao egresso.

3.3 Competências e Habilidades

O Licenciado em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa e respectivas literaturas - terá desenvolvido em sua formação acadêmica (teórica e prática) competências gerais e específicas nas dimensões do conhecimento específico, da prática profissional e do engajamento profissional, desenvolvendo para cada competência, grupos de habilidades. Aqui destacamos algumas das habilidades específicas desenvolvidas pelo Curso de LLCLP, nas três diferentes dimensões e a partir das diferentes competências específicas, conforme a BNC-Formação:

3.3.1 DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL

Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los: dominar, a partir de uma visão crítica, os conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa, em que atuará, conhecendo sobre a sua lógica curricular, seus princípios e principais conceitos e ainda compreender a relação dos conteúdos que ensina com os das outras disciplinas, em especial com os componentes de Línguas Estrangeiras (Inglês e Espanhol) e Artes Visuais.

Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem: conhecer as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para uma ação-

reflexão-ação que permitam superar ou minimizar as dificuldades de ensino aprendizagem, considerando os contextos de vida dos estudantes, reconhecendo suas identidades e conhecendo estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem, flexível, inclusivo, a partir de metodologias inovadoras.

Reconhecer os contextos: considerar a relação dos conteúdos que ensina com o contexto no qual o discente está inserido, valorizando o Baixo Parnaíba Maranhense, em seus aspectos naturais, sociais e culturais.

Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais: compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais, dominando informações sobre políticas educacionais, gestão, programas, BNCC, e outras informações necessárias para o ensino de língua materna em um viés interdisciplinar.

3.3.2 DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens: Adotar um repertório diversificado de estratégias e de recursos didático pedagógicos, considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios), de modo a atender as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias; utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos que possam ser incorporados à prática pedagógica para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes; estimular uma atitude investigativa, a partir de situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes com o ensino de Língua Portuguesa, em suas diferentes manifestações semióticas.

Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem: organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente, criando ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino: dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes, aplicando os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, dando devolutiva em tempo hábil e apropriada,

tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; utilizar os resultados para retroalimentar a prática pedagógica, a fim de melhorar os resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.

Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades: utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência, trabalhando de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente; fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento específico e interdisciplinar.

3.3.3 DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL

Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional: construir um planejamento que tenha em vista o uso de diferentes recursos didático pedagógicos e a autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação, assumindo a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática; participar de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais, constituindo-se enquanto docente pesquisador.

Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender: valorizar positivamente as diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC no que se refere à produção e recepção do fenômeno linguístico e literário, em suas diferentes multissemióticas; dirimir as diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-raciais, de classe social e de gênero, praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos: Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, incentivando o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das

experiências profissionais, a partir dos princípios de igualdade e equidade, presentes na relação entre a BNCC e nos currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos linguageiros que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade; compreender o uso da Língua Portuguesa nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos, mediando situações com conhecimentos dos componentes interdisciplinares que compõem o curso.

Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade:

Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação, mantendo comunicação e interação com as famílias e com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade; utilizar os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, compartilhando responsabilidades e contribuindo para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.

Tais competências e habilidades se alinham com as necessidades formativas para atuação no contexto do ensino na Educação Básica na Região do Baixo Parnaíba e suas peculiaridades locais e regionais, principalmente de elevação dos níveis de aprendizagem dos discentes da rede pública.

3.4 Campo de Atuação Profissional

O profissional formado no curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, terá um vasto campo de atuação. Entre eles temos:

- Instituições de ensino públicas ou privadas de Educação Básica;
- Dedicar-se às pesquisas na área de língua portuguesa e suas respectivas literaturas, assim como nos componentes de formação interdisciplinar, ampliando o conhecimento adquirido;
- Revisor de textos impressos e digitais, corrigindo tanto a ortografia e gramática como a estrutura dos textos;
- Atuação em editoras para fazer a preparação e revisão de material didático da área específica, bem como na área de interpretação;

- Atuação como dinamizador de programas de formação continuada, assim como apoio em projetos integradores da Educação, que envolvam os componentes de Artes visuais, Espanhol e Inglês.

3.4.1 Requisitos para Integração Curricular

No curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, para integralização curricular, o discente deverá cumprir a carga horária de 810h do Grupo I, que corresponde aos conteúdos obrigatórios de formação pedagógica, 1770 h do Grupo II correspondendo às áreas Interdisciplinar e específicas, 400h do Grupo III com as atividades de estágio supervisionado, 420 de Práticas como Componente Curricular, 60h de Atividades Acadêmicas Complementares e 60h relacionado ao Trabalho de Conclusão de Curso, no qual apresenta resultado de pesquisa realizado durante o processo formativo.

Dentro do Grupo I, II e III o discente deverá cumprir um total de 360 h da curricularização da extensão, conforme da Resolução nº 2.503-CONSEPE, de 1º de abril de 2022, como projetos, eventos, oficinas, minicursos, imprescindíveis para a formação do discente em atividades desenvolvidas nas disciplinas mistas.

RESUMO DA ESTRUTURA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

GRUPOS E ATIVIDADES	HORAS TOTAIS	CRÉDITOS			
		T	E	P	PCC
GRUPO I -Formação Pedagógica	810h	20	8	13	
GRUPO II- Formação Interdisciplinar e Formação Específica	1440h	45	14	29	
GRUPO III- Estágio Obrigatório e Práticas como Componente Curricular	820h				28
GRUPO I, II e III Extensão	360				
Atividades Acadêmicas Complementares	60h				
Trabalho de Conclusão de Curso	60h				
TOTAL	3.550	65	22	42	28

3.4.2 Abordagem dos Temas Transversais

O Colegiado de Curso de LLCLP, em consonância com o disposto pela BNCC “[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às Escolas [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2017 p. 19). Nessa perspectiva, para que os conhecimentos científicos sejam trabalhados de maneira alinhada à vida social e cidadã dos (as) licenciandos, os Temas Contemporâneos Transversais (TCT) previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão organizados em seis macro áreas temáticas (Meio Ambiente; Economia; Saúde; Cidadania e Civismo; Multiculturalismo; Ciência e Tecnologia) serão trabalhados de forma integrada ao longo do curso, estando seus conteúdos presentes nos componentes curriculares dos Grupos I, II e III.

Respeitadas as características regionais e locais do Baixo Parnaíba Maranhense, da cultura, da economia e da população serão garantidos aos licenciandos/as deste curso os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia, trabalhados nos Temas Contemporâneos Transversais (TCT) abordados na BNCC e nos Documentos Curriculares do Território Maranhense para a educação infantil e o ensino fundamental (2019) e o ensino médio (2022), quais sejam: Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social. (BRASIL, 2017).

Tais temáticas serão trabalhados em propostas interdisciplinares de desenvolvimento da formação do docente do Curso, com ênfase em disciplinas específicas como a exemplo, temos: Educação e Direitos Humanos, Educação

Inclusiva, Libras, Literatura Africana, Literatura Maranhense, Tecnologias Aplicadas à Educação, Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia.

Os temas transversais de Matemática aparecem em disciplinas que tratam sobre questões relativas aos indicadores educacionais nas disciplinas de Gêneros Textuais, Educação e Direitos Humanos, Observação do Ensino de Língua Portuguesa (PECC 4), Política e Organização da Educação.

3.4.3 Flexibilidade Curricular

O Curso Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa insere-se nas proposições da flexibilidade curricular a partir de iniciativas que tem por objetivo adequar os conteúdos de ensino ao contexto global e regional, considerando e respeitando as demandas logísticas e financeiras da UFMA e da comunidade em que se insere. Dentro dessa modalidade, as iniciativas do curso visam promover a mobilidade acadêmica, aproveitamento de estudos, migração curricular e equivalência.

Como iniciativas para dinamizar o currículo, são adotados um fluxo de atividades que englobam grupos de pesquisa cadastrados no Diretório da CAPES, como os seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Literatura e outras artes: identidade, alteridade e decolonialidade - GPLADE; Grupo de Pesquisa em Literatura, Leitura e Ensino - LLER; Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Arte e Formação de docentes, Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura - GEPEMADEC e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Práticas da Docência em Língua Portuguesa, Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação e Prática Docente de Línguas, Práticas de Linguagem e Memórias do Ensino de Espanhol no Maranhão - GEPFMEM, entre outros. Esses grupos inserem-se na perspectiva de núcleos de colaboração docentes/discentes, cujas atividades proporcionam ao corpo discente as primeiras experiências nas metodologias de pesquisa e produção de conhecimento das áreas que compõem a formação integral do curso. Respaldado pelo artigo 5º da Resolução nº 2.503-CONSEPE de 1º de abril de 2022, o discente poderá desenvolver habilidades e consequente cumprimento de carga horária a partir do aproveitamento de programas como o Residência Pedagógica (RP), com possibilidade de ser implementado no curso, e participação em projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à

Docência (PIBID), Projetos de Extensão e de Monitoria de Disciplinas que tem como objetivo a inserção dos discentes nas práticas pedagógicas e aperfeiçoamento no processo de formação de docentes, cumprindo as atividades de caráter extensivo.

Como iniciativas de capacitação complementar à teoria, o curso oferece visitas técnicas *in loco* na região, principalmente nas atividades que envolvem a área de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, onde os discentes matriculados em componentes curriculares com viés extensionista e de prática, poderão relacionar os aspectos teóricos abordados em sala de aula.

A flexibilidade curricular ocorre também a partir da inserção de disciplinas optativas tanto no nosso Curso quanto eletivas dos Cursos de Linguagens e Códigos/ Música, Ciências Humanas/Sociologia que o licenciando poderão cursar e ampliar seu processo de formação para a docência.

3.4.4 Relação Teoria e Prática

No contexto da elaboração do currículo do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa priorizou-se quanto a formação teórica, temas que dialogassem entre si, por meio da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, diálogo este que possibilitasse a compreensão, pelo graduando, de um pensamento que o conhecimento é construído de forma complexa e interligada. Desse modo, articula-se um diálogo com as diferentes linguagens, a partir de situações do contexto prático de intervenção didática através dos conhecimentos adquiridos e as reais necessidades do ensino para um efetivo processo de ensino e de aprendizagem nas escolas em que o estágio se faz presente.

Durante o estágio, o licenciando faz observações no contexto escolar da Educação Básica, confrontando os conhecimentos adquiridos no contexto acadêmico com a prática pedagógica do docente observado, a fim de analisar o resultado dessas observações, refletindo sobre os dados, e usando-os como fio condutor de sua prática pedagógica na etapa de regências. Nesse momento, o licenciando utiliza os conteúdos teóricos estudados na academia, bem como, os momentos de vivência em disciplinas práticas, para planejar e executar suas regências, enquanto estagiário. Essa relação entre teoria e prática, durante o estágio, tem sido balizada pelo Curso Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, enquanto formação de um docente

pesquisador, uma vez que os estagiários são incentivados a perceber a sala de aula como laboratório de pesquisa, espaço que proporciona ação-reflexão. Essa construção de um docente pesquisador, que não dissocia teoria da prática, é incentivada desde o início do curso, com a inserção de disciplinas práticas, bem como, pela metodologia utilizada pelos docentes para trabalhar as disciplinas teóricas, mantendo uma relação de coerência com o ensino na Educação Básica.

3.4.5 Ensino, Pesquisa e Extensão

A educação apresenta-se como um agente fundamental da existência humana e, favorece para o alcance da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Em contrapartida, estes depositam suas esperanças naqueles que dedicam seu tempo e seus estudos na busca de soluções dos problemas de ordem, econômica, social e cultural. A Lei n.º 9394/96, ressalta em seu Art. 43, que

A educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

(BRASIL,1996, p.1)

Como bem destaca essa diretriz, a educação superior tem como um de seus princípios formar cidadãos conscientes, capazes de contribuir ativamente para melhoria de nossa sociedade. Para que isso ocorra, as Universidades segundo a legislação, deve estar apoiada sobre o tripé, ensino, pesquisa e extensão, que juntos constituem o eixo fundamental da Universidade Brasileira e de forma alguma pode ser compartimentado.

Ademais, de acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988), ou seja, todos esses princípios devem ser tratados de formas equivalentes pelas instituições superiores além de estarem constantemente atuando de forma efetiva.

Sobre esses princípios, o Grupo de Incentivo à Pesquisa Científica nas Universidades Brasileiras/CESP, conceitua-os de acordo com a singularidade e interdependência entre as funções que exercem. Assim, o ensino corresponde às

atividades de formação profissional; a pesquisa a produção de conhecimento e a extensão ao comprometimento com as atividades sociais equivalentes à extensão.

Esse tripé é fundamental na construção de um conhecimento de qualidade e com eficiência na educação da universidade, não apenas aprender na repetição e transferência de conhecimento sem uma reflexão crítica do conhecimento e da sociedade.

Tendo como base esta orientação, a UFMA tem adotado importantes medidas para consolidar e ampliar suas ações voltadas para as diretrizes políticas de ensino, pesquisa e extensão, este fortalecendo está presente no PDI 2022-2026.

No eixo de extensão, através da regulamentação das atividades de extensão no PPC, vários projetos já realizados serão devidamente institucionalizados e poderão integrar a vivência do discente através de atividades sociais, que buscam a difusão e a disseminação do conhecimento e dos saberes científicos para a população em geral. Entre os projetos e ações de extensão já realizados podemos citar: projeto de feira das profissões, visitas a escolas para apresentação do curso, formação de docentes, oficina de Língua portuguesa, entre outros.

A UFMA atua em diferentes instâncias, com ênfase nos programas e projetos de Ensino, associados à Pesquisa e à Extensão. Os cursos oferecidos são predominantemente realizados sob a forma de atividades presenciais, entretanto, a educação à distância ganha amplitude e relevância, em razão das peculiaridades e carências da região em que a Instituição está inserida, com plataformas e ambientes virtuais de aprendizagens. Por fim, seguindo a cartilha do PID 2022-2026, no eixo de ensino, docentes do curso vêm buscando um constante aperfeiçoamento para trabalhar com a nova realidade social imposta pós pandemia. Através de cursos e oficinas oferecidos dentro da Universidade busca-se constantemente a utilização de tecnologias da informação que possam auxiliar e consolidar as práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem, tais como: SIGAA, Google Classroom, entre outras.

No âmbito do Ensino, o Centro de Ciências de São Bernardo oferece ensino de Graduação nas áreas de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa e Linguagens e Códigos/Música, Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, Ciências Naturais, habilitação em Química, e Turismo (bacharelado). No tocante ao ensino de Pós-Graduação, o CCSB oferta cursos *lato sensu*: Especialização em Cidadania, Inclusão e Diversidade e Especialização em Filosofia e Cultura, ambos vinculados ao Curso

de Ciências Humanas. No âmbito da Educação à Distância, a UFMA, através da Diretoria de Tecnologias na Educação - DTED, oferta cursos de graduação, extensão e pós-graduação *lato sensu*, além de Programas especiais de formação de docentes em rede, como o PARFOR.

No âmbito da Pesquisa, o Centro conta com grupos de pesquisa nas mais diversas áreas, alguns vinculados ao LLCLP.

Diante disso, o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização desse princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciam na avaliação institucional.

Quanto à extensão, o LLCLP possui cadastrados na PROEC e com fomento da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) para estudantes bolsistas do curso. Concluímos que todas estas ações demonstram o alinhamento do Curso LLCLP com as perspectivas da instituição para os próximos anos, o que resultará em médio prazo, com o fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica e aprimoramento das atividades de extensão e as práticas de ensino interdisciplinares.

3.4.6 Conteúdos Objeto de Exigência Legal

No contexto da elaboração do currículo do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa priorizou-se além dos conteúdos obrigatórios, aqueles que dialogassem entre si, por meio da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, diálogo este que possibilitasse a compreensão, pelo graduando, de um pensamento que o conhecimento é construído de forma complexa e interligada.

Buscou-se assim, um diálogo com as diferentes linguagens, a partir de situações do contexto em que está inserido o ensino superior na atualidade, buscando nas novas tecnologias da comunicação a linguagem e instrumentação necessária para o processo de ensino e de aprendizagem. Os conteúdos programáticos obrigatórios versam ainda sobre temáticas relacionadas à Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Indígena, com carga horária nas

disciplinas organizadas para essas discussões, desenvolvendo uma perspectiva de formação cidadã e de consciência crítica de seu papel participativo na sociedade.

Objetivando ainda, um currículo concatenado com os atuais paradigmas educacionais buscou-se em sua elaboração, a articulação com os Temas Contemporâneos Transversais, com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e Documentos Curriculares do Território Maranhense, com os saberes tradicionais, com o conhecimento e cultura popular que são a base que o graduando possui ao ingressar no curso de graduação e dos quais poderá e deve lançar mão na construção de um fazer pedagógico libertador e eficaz para o exercício da cidadania, através do trabalho com temas de relevância para o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso:

I) Conteúdos da formação interdisciplinar:

Tecnologias na criação artística e Elementos da Linguagem Visual; História da Arte; Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia;

III) Conteúdo da área específica de Língua Portuguesa:

Sociolinguística: Variação e Mudança; Literaturas Africanas de Língua Portuguesa; Formação Histórica da Língua Portuguesa; Estudos Literários Maranhenses; Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita; Análise do Discurso

III) Conteúdo da área de Educação e Linguagens:

Fundamentos da Educação Inclusiva; Política e Organização da Educação; LIBRAS; Tecnologias aplicadas à Educação; Educação e Meio Ambiente; Educação e Direitos Humanos; Educação Linguística e Ensino.

IV) Conteúdos de Educação Matemática (cumprindo o disposto da Resolução CNE/CP 02/2019):

Política e Organização da Educação; Gêneros Textuais; Educação e Direitos Humanos; Observação do Ensino de Língua Portuguesa (PEC 4).

3.5 Apoio ao Discente

A Coordenação do Curso de Licenciatura Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa em articulação com o Centro de Ciências de São Bernardo, através do Núcleo de Apoio Pedagógico, realiza a articulação entre o corpo docente e os serviços de apoio institucional ao discente, que contemplam ações comprovadamente exitosas e inovadoras de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e

instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos - CAs.

Os serviços de apoio ao discente têm como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; e reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Os docentes do curso estão disponíveis no Centro para possíveis orientações aos discentes, seja em atividades diretamente ligadas às disciplinas (apoio extra-classe, caso o discente solicite), seja em atividades extracurriculares, orientações de trabalhos, seminários, congressos, etc. Existe ainda, o Centro Acadêmico do curso, CA, onde um representante tem assento no Colegiado do Curso, para sugestões e deliberações relativas a decisões do colegiado em relação ao curso.

A partir dessa demanda, foi criada pela Resolução n.º 193 de 13 de fevereiro de 2014, a (PROAES), constituindo-se em um órgão auxiliar da Reitoria da UFMA, que tem por finalidade propor, planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos, serviços e ações que promovam a Assistência Estudantil na UFMA, na perspectiva de garantir e ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, atuando, para tanto, em articulação com as demais representações estudantis e demais setores da Universidade.

A seguir, estão discriminados os auxílios estudantis ofertados pela PROAES/UFMA:

1. Auxílio Moradia Estudantil, para os estudantes oriundos de outros municípios, estados e/ou países, através de da modalidade:

a) Prestação Pecuniária – concessão de recurso financeiro, por meio de parcelas mensais, para subsidiar as despesas com moradia.

2. Auxílio Alimentação – devido à inexistência de restaurante universitário em todos os campi, são ofertadas duas modalidades desse auxílio: a) Restaurante Universitário – direito a refeições (almoço e/ou jantar) gratuitas no Restaurante Universitário do Campus São Luís, conforme o período de aulas do curso e segundo a necessidade de permanência do(a) estudante na instituição;

b) Prestação Pecuniária – concessão de recurso financeiro por meio de parcelas mensais para subsidiar as despesas com alimentação aos estudantes dos campi do continente.

3. Auxílio Transporte – diante da ausência de transporte público nos municípios onde estão instalados os *campis* do continente e com a finalidade de subsidiar o deslocamento do estudante no trajeto residência/campus/residência por meio do repasse de recurso financeiro, para desenvolver suas atividades acadêmicas na universidade durante o período letivo vigente, respeitando o calendário acadêmico oficial. Em São Luís o auxílio é disponibilizado aos estudantes moradores da unidade habitacional da residência universitária localizada fora do campus.

4. Auxílio Emergencial - para estudantes que apresentam dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, as quais colocam em risco a sua permanência na universidade. O auxílio é disponibilizado na modalidade pecuniária, limitado a até três parcelas por ano.

5. Bolsa Aprimoramento Acadêmico UFMA - referente às “vivências acadêmico-profissionais”, entendidas como ação que articula a formação acadêmica às práticas dos processos de trabalho, alinhadas ao perfil do curso, com a finalidade de oportunizar ao estudante a ampliação do conhecimento expressos em contextos reais por meio de estudos e experiências profissionais nos setores da Instituição.

6. Bolsa Permanência MEC - concessão de auxílio financeiro com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e étnico raciais, além de contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação. O MEC oferta duas modalidades de Bolsa Permanência:

a) Estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica: Desde 2016, o MEC suspendeu novas inscrições no Programa para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

b) Estudante indígena ou quilombola: não há restrição de carga horária, curso ou perfil socioeconômico.

7. Bolsa Foco Acadêmico - propósito de ampliar o significado da assistência estudantil e de possibilitar aos estudantes experiências com atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo com o fortalecimento da formação acadêmica profissional. O repasse financeiro para estudantes inseridos nessa modalidade de bolsa com valores mensais.

8. Serviço de Apoio Psicopedagógico (SAPsi): tem o objetivo de desenvolver ações de acolhimento e de orientação nas dimensões cognitivas, emocionais e sociais, integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de intervenções educacionais e/ou psicoeducacionais específicas, facilitando a permanência e o

sucesso acadêmico. O Serviço não tem caráter clínico/psicoterapêutico, direcionando suas ações para as demandas relativas, especificamente, à vida acadêmica e seus desafios. Atualmente, é composto por uma equipe multiprofissional. Entre seus Projetos e Ações, estão Orientação Individual, Oficinas e Minicursos, Grupos Operativos e Eventos de Discussão científica e profissional. O Serviço destina-se a todos os estudantes dos cursos de graduação presenciais da UFMA com matrícula ativa e que tenham demandas relativas à adaptação e qualidade de vida acadêmica.

9. Setor de Serviço Social: presta orientação sobre os auxílios e as bolsas da Assistência Estudantil na UFMA e sobre como acessar os direitos sociais; realiza encaminhamentos aos serviços públicos da rede socioassistencial (Saúde, Previdência Social e Assistência Social).

Destacamos ainda, os seguintes programas que possibilitam bolsas de apoio à permanência e continuidade nos estudos:

1 - Programa de Monitoria de Graduação: O Programa de Monitoria é uma modalidade de ensino-aprendizagem, vinculada exclusivamente às necessidades de formação acadêmica do discente de graduação, que promove a cooperação mútua entre estudantes e docentes, permitindo ao monitor experiência e incentivo ao exercício da docência no ensino superior. Ela pode ocorrer nas modalidades não remunerada e remunerada, sendo esta última dependente de disponibilidade orçamentário-financeira da Universidade.

2 - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID: O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de docentes para a educação básica. Na UFMA, o programa concede bolsas a discentes de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos pela Universidade em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

3 - Programa Residência Pedagógica: O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Docentes e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Já estamos na terceira edição do Programa do RP no Curso.

4 - Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) : De Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e de Iniciação Científica

Voluntária (PICV) são vinculados à Coordenação de Programas PIBIC/PIBIT (CICP), da Diretoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica da AGEUFMA.

5 - Empreendedorismo juvenil na UFMA: A Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização (AGEUFMA) através de bolsas vinculadas a projetos de pesquisa.

6 - Restaurante Universitário: No Centro de Ciências de São Bernardo o valor acessível aos discentes, assim como disponibiliza gratuidade para mais de 100 (cem) discentes.

Entendemos como NDE, que tais apoios auxiliam na entrada e permanência dos licenciandos do Cursos, além da disponibilidade do Colegiado para atender com presteza as demandas administrativas e pedagógicas.

3.6 Gestão do Curso a partir das Avaliações Internas e Externas

A UFMA, atendendo ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criou por meio da Resolução Nº 122 - CONSUN, de 18 de janeiro de 2010, a Comissão Própria de Avaliação. Esta comissão foi constituída com os seguintes objetivos:

- Integrar-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na busca de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais
- Contribuir para a construção de uma cultura de avaliação institucional que possibilite refletir sobre as condições objetivas e culturais de realização do conjunto das práticas acadêmicas da UFMA, identificando significados, limites e potencialidades no cumprimento de sua missão com responsabilidade social.

A Comissão Própria de Avaliação da UFMA do Centro de Ciências São Bernardo é denominada Comissão Executiva de Avaliação (doravante CEA). Sua organização é composta pelos seguintes membros docentes, técnico-administrativo em educação, representante de discente, conforme disposto a seguir: 1. conforme documento Ordem de Serviço 08/2020 – DCSB, trata-se dos seguintes servidores: no ano de 2020 – Sylvana Kelli Marques da Silva (Docente); Antonio Francisco Veras de Azevedo (Téc. Administrativo); Richardes Lima Souza (Discente); 2. Conforme

processo nº 23115.006514/2023-81, Ordem de Serviço nº 0509617/2023/CCSB/UFMA: no ano de 2023, Thiago Pereira Lima, (Docente); Vanessa de Sousa do Vale (Téc. Administrativo); Augusto Pereira dos Santos (Discente).

A CPA e CEA objetiva, durante o período de vigência do PPI, aumentar a participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional e contribuir com a gestão da UFMA, apontando as principais fragilidades identificadas na aplicação dos instrumentos de avaliação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2018, p. 46).

Juntamente com o NDE do curso, a CPA e CEA têm o intuito de monitorar o andamento do curso, levando em consideração a evasão, o coeficiente de rendimento dos/as estudantes e a adequação da carga horária. Baseados nestes dados, a gestão do curso discute e elabora suas ações e metas, tendo em vista o acompanhamento do PPC, o desenvolvimento da abordagem pedagógica e processo ensino-aprendizagem, desenvolvimento das práticas nos cenários de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do corpo docente.

Neste sentido, a gestão do curso faz uso dos resultados produzidos acerca da avaliação externa e também de sua avaliação MEC e do seu PPC, servindo de ponto de referência para o planejamento da gestão do curso. Um mecanismo efetivo que a gestão do curso também utiliza para elaboração, acompanhamento e avaliação de suas ações é a constante interação com o diretório acadêmico, permitindo a escuta do discente, que muito tem contribuído para o melhoramento e aperfeiçoamento das atividades do curso, no que tange às questões metodológicas e de conteúdos curriculares. Ressalta-se que estes mecanismos têm sido importantes e têm direcionado as discussões nas reuniões do NDE, o qual tem apontado em atas questões inerentes às adequações e alterações no PPC do Curso.

A gestão do curso é de responsabilidade da UFMA em conformidade com a legislação que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação em licenciatura, sendo exercida pela Coordenadoria do curso, que é composta de:

- Colegiado do Curso: composto pelo corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo. Cabe ao colegiado deliberar em reuniões regulares acerca do funcionamento do curso.
- Coordenação do Curso: função exercida por um docente da licenciatura, sendo o/a responsável por coordenar o processo de funcionamento do curso.

- Coordenação de Turma: cada turma terá uma coordenação, formada por licenciandos(as), com estrutura e forma de escolha definidas pelos/as mesmos/as. Caberá a essa coordenação contribuir para a gestão da turma e integrar o colegiado do curso.
- Núcleo Docente Estruturante: deve contribuir para a consolidação do perfil profissional do/a egresso/a do curso, atentar para a integração curricular interdisciplinar, sugerir maneiras de incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e de extensão a partir das necessidades da graduação, das exigências e possibilidades do mundo do trabalho e sintonizadas com as políticas públicas pertinentes às áreas de conhecimento envolvidas no curso.

O processo de avaliação do curso e do seu PPC é conduzido pelo NDE de forma contínua. São analisadas as seguintes dimensões:

- Organização, regime e matriz curricular;
- Integração ensino, pesquisa e extensão;
- Corpo Docente;
- Corpo Discente;
- Corpo Técnico-Administrativo;
- Estrutura física e equipamentos.

O NDE poderá sugerir a discussão acerca de outras dimensões que considerar relevantes para a avaliação do curso. No processo avaliativo de cada dimensão, o NDE realizará, no mínimo, um espaço de debate para cada uma das dimensões. O fórum do Centro de Ciências de São Bernardo, de responsabilidade da CEA, conta com ampla participação do corpo docente, do corpo discente por meio da representação do Centro Acadêmico Frida Kalho e do corpo técnico-administrativo nas reuniões de colegiados. Serão realizados relatórios contendo as discussões, proposições e encaminhamentos resultantes de cada discussão da melhoria do Curso. O relatório final produzido pelo NDE deverá ser apresentado em um fórum, nos parâmetros referidos anteriormente, com o objetivo de discutir os resultados e os encaminhamentos propostos para a melhoria do curso.

É pertinente enfatizar que os resultados da avaliação interna e externa são relevantes para o planejamento do curso. Baseados nos dados a gestão do curso tem discutido e elaborado suas ações e metas, tendo em vista o acompanhamento do

PPC, do desenvolvimento da abordagem pedagógica, o processo ensino-aprendizagem e, o desenvolvimento das práticas nos cenários de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do corpo docente. Neste sentido, a gestão do curso pretende sempre fazer uso dos resultados produzidos quando de sua avaliação externa e de sua avaliação MEC e do seu PPC, servindo de ponto de referência para o planejamento da gestão do curso. Um mecanismo efetivo que a gestão do curso também utiliza para elaboração, acompanhamento e avaliação de suas ações é a constante interação com o diretório acadêmico, permitindo a escuta do discente, que muito tem contribuído para o melhoramento e aperfeiçoamento das atividades do curso, no que tange às questões metodológicas e de conteúdos curriculares. Ressalta-se que estes mecanismos têm sido importantes e têm direcionado as discussões nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, o qual tem apontado em atas questões inerentes às adequações e alterações no PPC do Curso.

A principal forma de avaliação interna ocorre por meio da autoavaliação institucional, proposta pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMA, que aplica anualmente um questionário para discentes e docentes onde visa avaliar dez diferentes dimensões previstas no SINAES (Lei 10.861/2004).

De posse dos resultados, os membros da CPA produzem um relatório, o qual é disponibilizado para o MEC e para a comunidade acadêmica e pode ser acessado por meio do site da CPA/UFMA na página institucional. Além da autoavaliação institucional, ao fim de cada semestre letivo, os discentes respondem a um questionário no SIGAA, onde avaliam o desempenho didático de cada disciplina que estavam matriculados e não reprovaram por faltas. Nesta avaliação, o docente é avaliado em uma escala de zero a dez, onde são abordados os seguintes quesitos: esclarecimento antecipado acerca dos critérios de avaliação; apresentação e cumprimento do plano de disciplina; pontualidade e cumprimento da carga horária; estímulo à interação; utilização de metodologias diversificadas; domínio de conteúdo e didática; estabelecimento de estratégias alternativas para dificuldades de aprendizagem; utilização de tecnologias de informação; estímulo ao raciocínio e senso crítico; coerência na avaliação da aprendizagem e cumprimento de prazos acordados; distribuição dos conteúdos e interesse pelo aprendizado. Com relação à avaliação externa, essa é realizada pela Comissão de Avaliação Externa do Ministério da Educação, que após visitação e avaliação in loco, elabora um Relatório de Avaliação e indicador de qualidade, onde apresenta o Conceito do Curso.

O Colegiado irá realizar semestralmente uma avaliação de suas ações a partir de formulário eletrônico a toda sua comunidade acadêmica, disponibilizando na página do Curso, na observação dos encaminhamentos das decisões da Coordenação as instâncias superiores, acompanhamento do plano de gestão anual aprovado e seu respectivo relatório, entre outras ações conforme normas vigentes do Regimento Geral e Regimento Interno do Curso.

Temos desenvolvimento instrumentos internos (formulários eletrônicos como o Google Forms para avaliação do semestre e do Curso, assim como para egressos) que possibilitam ao NDE e Colegiado de Curso uma aproximação com as necessidades de mudança e/ou adequação tanto do ponto de vista de organização didática e acadêmica quanto das relações entre docentes/discentes/coordenação, melhorando os resultados e ambiente institucional. Em 2023, já realizamos a primeira avaliação interna do Centro de Ciências de São Bernardo/MA, no formato de Fórum com o intuito de elaborar metas a serem alcançadas para melhorias dos Cursos de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Linguagens e Códigos/Música, Ciências Humanas/Sociologia, Ciências Naturais/Química e Turismo.

3.7 Política de Inclusão

Entender as políticas de Inclusão implica conhecê-las. Para tanto, nos baseamos nas mais variadas legislações sobre o processo de inclusão, a saber: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva; Declaração de Salamanca (1994) que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais; Política Nacional de Educação Especial (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96; Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/99 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Continuando a referência às legislações sobre o processo de inclusão, temos: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001); Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001; Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 que afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais; Resolução CNE/CP nº 1/2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos discentes com necessidades educacionais especiais; Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão; Portaria nº 2.678/02 que aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino; Cartilha – O Acesso de Discentes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (2004); Decreto nº 5.296/04 que regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos discentes surdos; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007); Decreto nº 6.094/07 que estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos discentes, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009); Decreto nº 6.571/08 que dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas); Decreto nº 6.949/09 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo; Resolução nº. 4 CNE/CEB (2009) que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica; Plano Nacional de Educação (PNE) (2011); Lei n.º 12.764/12 que institui a Política

Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Ainda destacamos, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

A UFMA atua na perspectiva de uma educação inclusiva e de qualidade, sempre buscando mecanismos e políticas de acesso e permanência de todos em seus eixos de ensino, pesquisa e extensão.

Objetivando atender as demandas oriundas do acesso e permanência nesse tripé, a Universidade possui uma Diretoria de Acessibilidade (DACES), a qual tem por objetivo propor, orientar, encaminhar, avaliar e acompanhar as demandas e providências concernentes ao processo de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidade ou superdotação, que envolve acesso, permanência e conclusão dos cursos na UFMA, disponibilizando recursos, equipamentos e serviços técnicos especializados. Assim, verificada a necessidade de atendimento especializado, buscaremos junto à DACES para atender a demanda.

Os atendimentos realizados pela DACES são organizados considerando as principais necessidades dos discentes com deficiência auditiva, física, intelectual e visual. No que se refere ao transtorno do espectro autista (TEA), a Diretoria tem se esforçado para oferecer um sistema educacional inclusivo que respeita as especificidades emocionais, sociais, cognitivas e pedagógicas desses, oferecendo, na medida do possível, suporte psicossocial e propostas de adequação curricular; de modo que discentes com TEA também tem respaldo na Lei n.º 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, garantindo aos mesmos condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Quanto aos discentes com altas habilidades/superdotação, a Lei n.º 13.234 de 29 de dezembro de 2015, dispõe sobre a sua identificação, cadastramento e atendimento na Educação Básica e Superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno desses, garantindo um ambiente adequado que estimule seu potencial, sendo permitida inclusive a

aceleração de estudos para estudantes que demonstrem extraordinário desempenho, por meio da Resolução nº 1.983 - CONSEPE, em vigor desde 15 de abril de 2020. O discente poderá solicitar aceleração de estudos de componentes curriculares, com exceção das atividades de estágio obrigatório. No Centro de São Bernardo as ações da DACES são desenvolvidas pelo NAP, com apoio de assistente social e de pedagogo, que procederão ao atendimento dos casos, orientando e realizando os acompanhamentos necessários para que a inclusão aconteça e os problemas/barreiras sejam dirimidas. Em conformidade com a Lei n.º 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, esta Universidade quando da identificação de licenciandos(as), providenciará em caráter de urgência, junto a DACES, atendimento educacional especializado - AEE, para que não haja prejuízos.

Para melhor atendimento às pessoas com deficiência locomotora, destaca-se que o prédio principal do Centro de Ciências de São Bernardo, onde funciona o Curso, possui acessibilidade. Ademais, o Curso é assistido pelo setor de Assistência Social do Centro, com o funcionamento durante o horário do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, que também auxilia no atendimento a esse público com necessidades para acompanhamento pedagógico específico, também assistido por setor com esta demanda. Cabe registrar que no momento, não temos acadêmicos (as) autodeclarado com altas habilidades/superdotação, nem cadeirantes, nem surdos ou com necessidades visuais. Além disso, o Curso tem buscado se articular com os outros Cursos do centro (Ciências Humanas, Ciências Naturais, Linguagens e Códigos/Música e Turismo) que possuem nos seus quadros, docentes qualificados para o atendimento pedagógico de pessoas com deficiências.

A questão das necessidades educativas especiais constitui eixo temático importante para o Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa da UFMA, considerando que o Curso tem suas concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos.

4 METODOLOGIA DE ENSINO

O Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa toma como base a ideia de que o trato com o conhecimento tange o emaranhado formado pelos métodos, técnicas, vivências e estratégias didático-pedagógicas que possibilitem a apreensão crítica da realidade social e de como a atuação profissional docente se insere nessa realidade e a ela responde.

Tracejar um caminho de construção de conhecimento, de saberes e fazeres integrados, é algo diretamente relacionado ao conjunto de técnicas, métodos e estratégias de ensino que permitem a plena compreensão da realidade social, dentro do contexto formativo do curso. As metodologias adotadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem podem ser elencadas de acordo com os seguintes meios: aulas expositivas dialogadas, pesquisas, fórum, grupos de estudo, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA, turmas e comunidades acadêmicas virtuais) e/ou Plataforma Moodle; usos das mídias digitais em tempos de pandemia.

Tais metodologias funcionarão de forma integrada ou a partir de definição específica para cada componente curricular, feita pela assembleia do Colegiado, de acordo com necessidades e demandas particulares. Assim sendo, o processo de formação acadêmico profissional se fundamenta em princípios em algumas diretrizes nacionais e em vertentes atuais de pesquisa em linguagens e códigos e em educação: Complementaridade entre as esferas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; Flexibilidade curricular; Interdisciplinaridade como processo e não como estrutura, tendo a língua portuguesa como o campo de conhecimento de onde se vê, de onde se fazem escolhas e de onde se assentam os conceitos basais para pensar os outros campos envolvidos; Indissociabilidade entre teoria e prática. Diálogo horizontal entre teoria/prática e prática docente.

Desse modo, a organização do processo de ensino/aprendizagem no curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, da UFMA – Centro de Ciências de São Bernardo contribuirá para que:

- a) Os discentes participem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo comportamentos proativos em relação aos estudos e ao desenvolvimento de habilidades e competências;
- b) O docente torne-se um gestor do ambiente de aprendizagem, tendo como fio condutor o processo de ação-reflexão-ação no trabalho com os diferentes componentes curriculares.

- c) As disciplinas sejam organizadas em uma perspectiva interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, visando à interação entre os participantes, em um processo de ensino e aprendizagem dinâmico e significativo;
- d) As avaliações sejam aplicadas no sentido de possibilitar o diagnóstico dos conteúdos trabalhados, a fim de que sejam reforçadas metodologias exitosas ou buscadas novas metodologias que favoreçam a aprendizagem dos conteúdos que os estudantes tiverem mais dificuldades.

A organização do processo de ensino/aprendizagem será orientada pelas seguintes referências:

- a) organização do currículo por projetos de trabalho capazes de integrar diferentes matérias de uma mesma fase do curso, ou, até mesmo, matérias de diferentes fases;
- b) oportunidade de estágios para discentes junto a organizações educacionais;
- c) projetos de integração entre as diferentes unidades organizacionais da instituição de ensino superior que contribuem para a formação profissional dos estudantes;
- e) realização de atividades extracurriculares e/ou complementares, tais como: eventos científicos e didáticos; vivência no ensino e na pesquisa sobre atuação com a Língua Portuguesa; elaboração de projetos de intervenções e materiais didáticos a serem usados no contexto de ensino, entre outras ações capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades exercidas na atuação profissional do Licenciado em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

4.1 Interdisciplinaridade

A nossa compreensão sobre interdisciplinaridade alinha-se à crença em um conhecimento construído enquanto tecido formado de muitos fios advindos de diferentes áreas do saber, bem como de uma mesma área do conhecimento, envolvendo diferentes disciplinas. Argumentamos a favor de que as áreas de Artes Visuais, Língua Espanhola e Língua Inglesa integram a área de formação em Língua Portuguesa do licenciando do Curso de Linguagens e Códigos numa relação orgânica.

Buscando um diálogo entre diferentes disciplinas, ultrapassando os limites da disciplinaridade como única forma de perceber o objeto de estudo, convergimos com Fazenda (1994) que ao falar de estudos interdisciplinares na Educação, argumenta a favor de que:

A intencionalidade que marca a propriedade de estudos dessa natureza encontra-se justamente na possibilidade que encerram de conjugar diversos olhares, de construir uma compreensão multifacetada de aspectos, de produzir um conhecimento que se situa nas encruzilhadas de vários saberes, possibilitando uma leitura interdisciplinar das ações educativas (FAZENDA,1994, p. 114).

Essa encruzilhada de vários saberes, como defende Fazenda (1994), é de extrema relevância para formação de um docente de Língua Portuguesa na nossa contemporaneidade, momento no qual a linguagem é cada vez mais multissemiótica. A área de Artes Visuais é de fundamental importância para o Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, uma vez que essa área, tendo também como objeto de ensino as semioses visuais, contribui fortemente para a articulação entre a materialidade linguística e as multilinguagens em diferentes contextos de comunicação. A referida área fortalece a formação do licenciando de Língua Portuguesa na modernidade contemporânea, que é marcada por uma realidade languageira de caráter híbrido, misturando imagens, cores, formas, movimentos, materialidade linguística, dentre outras semioses necessárias na constituição dos sentidos.

A interdisciplinaridade com Artes Visuais e com as áreas de Língua Espanhola e Língua Inglesa se concretiza no ensino, na pesquisa e na extensão. Além da articulação entre esses componentes curriculares e as várias outras disciplinas do curso, temos também, o projeto pedagógico Interdisciplinar executado no Estágio Curricular Obrigatório II e IV . Sendo no Estágio II, a articulação entre Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes Visuais, já no Estágio IV a articulação se faz entre Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Artes Visuais.

Desse modo, compreendemos que formar docentes para ensinar a língua materna requer um olhar dialógico sobre o objeto de estudo que são as práticas languageiras - a língua materna - em suas diferentes manifestações multissemióticas e culturais, portanto, quanto mais a formação desse futuro docente for ancorada numa abordagem interdisciplinar, mais condições ele terá de atender às novas exigências no que diz respeito ao papel de um docente na contemporaneidade atravessada pela multissemiose e pela globalização, que cada vez mais aproxima as diferentes culturas e nacionalidades, trazendo para língua materna o estrangeirismo, e conseqüentemente, a necessidade do diálogo entre língua materna e outras línguas.

A interdisciplinaridade, no âmbito do Centro de Ciências de São Bernardo, tendo em vista as Licenciaturas Interdisciplinares dos Cursos de Linguagens e Códigos/Música e Ciências Humanas/Sociologia, sugere como disciplinas eletivas para o discente, compondo o quadro citado no item de ementário. Assim como, na articulação com os docentes de matemática de Ciências Naturais para compreensão de temas como estatística para entender índices educacionais, cumprindo a Resolução CNE/CP n.º 02/2019, e uma maior articulação entre os cursos interdisciplinares.

Em se tratando de um curso de formação de docentes para atuarem na Educação Básica, faz-se necessária a coerência entre as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos licenciandos e àquelas a serem desenvolvidas pelos discentes da Educação Básica, conforme determina a Resolução CNE/CP n.º 2, d 20 de dezembro de 2019, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Docentes para a Educação Básica.

4.2 Práticas Inovadoras

De acordo com o Guia para elaboração de projetos pedagógicos de graduação (2022) da PROEN, a boa prática metodológica engloba um conjunto de estratégias de ensino, orientação, supervisão, recursos e critérios de avaliação diferenciados dos processos e critérios de construção do conhecimento e avaliação tradicionais. Dessa forma, o curso está apto a fazer o uso de recursos que ampliam a imersão e compreensão do conteúdo com a utilização de plataformas digitais online para exibição de vídeos contendo filmes, documentários e músicas; a utilização de orientação coletiva dos trabalhos de conclusão de curso, as microaulas durante as etapas do estágio e na ministração das disciplinas de metodologia de ensino; pesquisas de campo; manuseio e análise das fontes de pesquisa tais como jornais, iconografias, documentos, revistas, entre outras; o acesso a bibliotecas digitais; e referências bibliográficas físicas e virtuais.

Aos docentes que ministram disciplinas no Curso de LLCLP, é solicitado a produção de relatórios semestrais sobre as atividades realizadas, de modo que o NDE avalie as ações executadas com vistas a contribuir no aperfeiçoamento das mesmas, visando, se necessário, um melhor planejamento para execução em semestres posteriores. Portanto, todas as ações de execução e as experiências adquiridas pelos

docentes do Curso LLCLP ao longo dos anos, veem permitindo identificar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares, adequar os conteúdos programáticos às características das turmas, apresentar exemplos contextualizados nos componentes curriculares, aplicar novas metodologias nos processos avaliativos de modo a redefinir a prática docente, e trabalhar a interdisciplinaridade na formação básica dos discentes.

O processo de ensino aprendizagem no Curso de LLCLP acontece também por meio de metodologias ativas, nas quais o docente disponibiliza textos, videoaulas, dentre outros materiais didáticos, via SIGAA e/ou via plataforma google classroom, outras ferramentas disponíveis como a plataforma do Teams Microsoft (que toda a comunidade da UFMA tem acesso gratuito) e os espaços dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) a fim de que os licenciandos tenham contato antecipado com o material a ser discutido. Assim, a aula torna-se mais dialogada e interativa, otimizando o tempo e espaço para um aprendizado mais produtivo e significativo. As metodologias de ensino favorecem a autonomia dos licenciandos no ato de aprender, uma vez que os conceitos teóricos são transformados em ações, atitudes, colocados em prática a partir de atividades de cunho procedimental, nas quais os discentes elaboram padletes, slides, podcasts, seminários temáticos, sequências didáticas, diários de campo, relatórios, dentre outros. O Centro de Ciências possui um Laboratório de Informática e uma sala de multimídias que possibilitam o uso desses recursos para potencializar as ações de inovação pedagógica do Curso.

4.3 Acessibilidade Metodológica

A acessibilidade metodológica, também conhecida como acessibilidade pedagógica, diz respeito à ausência de barreiras nas metodologias de ensino e tem como objetivo promover total acesso à educação, a partir da inclusão por meio de metodologias diversificadas de ensino, flexibilização do tempo, utilização de recursos técnicos e metodológicos para oportunizar a formação de estudantes com deficiência.

Com relação à instituição é fundamental que a universidade disponibilize materiais adaptados aos discentes com deficiência, como livros e apostilas em braile (a Biblioteca Central da UFMA disponibiliza impressão em Braile), audiobooks, videoaulas com legenda, e etc. Além disso, o docente dentro da sala de aula deve utilizar textos em braile ou fontes ampliadas, assim como recursos em áudio e vídeo.

Outro ponto importante, relacionado à acessibilidade metodológica é a sinalização de salas de aula, bibliotecas, refeitórios, salas de reunião, banheiros e assim por diante. Por exemplo, a utilização de placas em braile é essencial. A instituição de ensino deve proporcionar acessibilidade e segurança, através da instalação de pisos táteis e soluções para banheiros acessíveis.

A UFMA possui a Diretoria de Acessibilidade (DACES) que tem como objetivo propor, orientar, encaminhar, avaliar e acompanhar as demandas e providências concernentes ao processo de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidade e superdotação, que envolve acesso, permanência e serviços técnicos especializados. Considerando outras formas de acessibilidade (atitudinal, comunicacional, digital e instrumental), este PPC também contempla ações do curso que promovem a acessibilidade metodológica tais como: adaptações nos planos de ensino; adaptações no PPC; e adaptações nas avaliações. Essas adaptações contemplam as mães com licença-maternidade, que passam a receber suas atividades via SIGAA, para serem feitas em domicílio, contando com avaliação diferenciada que atenda às necessidades da lactante. Os licenciandos que moram em outras cidades, e que dependem de ônibus escolar, possuem certa flexibilidade quanto ao cumprimento de horários, e quando necessário, contam com acessibilidade metodológica diferenciada no que se refere aos prazos e formas de avaliação, a fim de garantir a esse público o acesso aos conteúdos ensinados.

4.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino e Aprendizagem

As tecnologias de informação e comunicação são ferramentas que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem por possibilitar a contextualização de um determinado conteúdo através de múltiplos meios, tais como imagem, vídeo, jogos, além de agregar mais interatividade entre discentes e docentes.

Para estimular o uso de TICs, os docentes encontram no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da universidade ferramentas que permitem a interação docente-discente em um ambiente virtual, através de fóruns, chats de turma, conteúdo de páginas web, enquetes, questionários, notícias, vídeos e arquivos. Além disso, outros recursos tecnológicos também são utilizados, tais

como softwares, mídias, sítios da internet, plataformas de periódicos, simuladores entre outros

Os docentes do CLLCLP passaram por capacitação de servidores fornecida pela UFMA, na qual um dos módulos contempla o SIGAA e suas opções de interação. O CLLCLP também dispõe de laboratório de informática no qual os discentes têm acessos para realização de aulas e uso nas atividades extraclasse. Através do e-mail institucional, docentes e discentes podem interagir através de videoconferência (Google Meet) e turma virtual (Google Classroom), ou outras plataformas disponíveis na UFMA.

Entre as Tecnologias de Informação e Comunicação que facilitam o processo de ensino-aprendizagem e que são utilizadas pelos docentes e discentes do curso, destacam-se: utilização de mídias e tecnologias em sala de aula, de forma síncronas e assíncronas, por ambientes virtuais disponibilizados pela UFMA, como conta de e-mail institucional, acesso ao Google Drive, Google Agenda, Google Meet e Microsoft Teams, de forma a possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem fora do ensino presencial, o docente poderá, de forma facultativa, ainda utilizar as redes sociais, blogs, videoconferências, chats e aplicativos de mensagens instantâneas em suas disciplinas e, de forma obrigatória, o uso do SIGAA em todos os componentes curriculares ofertados, utilizando-se dos serviços vinculados, disponibilização de materiais didáticos e acompanhamento do progresso dos licenciandos.

Dessa forma, tanto o SIGAA e o Google Classroom, permitem o envio de material didático (texto, imagem e vídeo), inclusão de trabalhos, tarefas e avaliações que podem ser realizadas de forma síncrona ou assíncrona, auxiliando o processo de ensino-aprendizagem do Curso. O uso das tecnologias digitais pelos docentes do Curso LLCLP tem oportunizado metodologias ativas, nas quais os discentes podem ter acesso antecipado aos materiais de leitura, favorecendo maior autonomia no aprendizado dos discentes, uma vez que essa metodologia colabora para maior discussão e interação na sala de aula. Entendemos como NDE e Colegiado que, é garantido ao estudante acessibilidade digital e comunicacional nos espaços internos do Centro de Ciências de São Bernardo, que conta com 20 (vinte) computadores, sendo 05 (cinco) na biblioteca e 15 (quinze) no Laboratório de Informática, além de toda a área coberta com WIFI e na sala do Núcleo/laboratório do Curso também temos um computador para apoio das pesquisas e atividades. A acessibilidade nos espaços internos do Centro de Ciências de São Bernardo minimiza a exclusão digital dos

discentes que não possuem recursos tecnológicos suficientes para realizar suas atividades relativas ao curso.

Destaca-se que estudantes com deficiência visual terão acesso a tecnologias como softwares e sites com acessibilidade ao deficiente visual e a plataforma para leitura de telas NVDA ou o sistema DOSVOX, destinado a auxiliar um deficiente visual a fazer uso de microcomputadores pelo uso de sintetizador de voz. Destacamos ainda, que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem para formação de docentes de Língua Portuguesa é coerente com as necessidades languageiras da contemporaneidade, uma vez que as práticas sociais de leitura e de escrita tem ganhado cada vez mais destaque nas mídias digitais, no que se refere à comunicação informação e interação.

Em 2023, o Centro inaugurou a sala de multimídias com equipamentos de informática e audiovisuais que potencializam ações e eventos no formato on-line e presencial.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

Em cumprimento do disposto na Resolução CNE/CP n.º 02/2019, a organização curricular apresenta as competências específicas que estão relacionadas a três dimensões fundamentais, que de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: conhecimento profissional; prática profissional; engajamento profissional. Tendo em vista essas três dimensões a organização curricular da carga horária está distribuída da seguinte forma:

O Grupo I corresponde a formação pedagógica, compreendendo assim, a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Constitui-se de componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis, que devem ser cumpridos pelo estudante para a integralização curricular, correspondendo aos conteúdos de natureza científico-cultural das linguagens que favorecerão a interdisciplinaridade proposta pelo curso e que fortalecerão a futura atuação docente do licenciado em Linguagens e Códigos/Língua Portuguesa.

O Grupo II de Formação Específica e Interdisciplinar constitui-se de componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis, que devem ser cumpridos pelo estudante para a integralização curricular, correspondendo ao conteúdo de natureza científico-cultural da área específica de formação e, pela contribuição das áreas de Artes Visuais, Inglês e Espanhol, de maneira interdisciplinar, integrando saberes da área de Linguagens e Códigos.

Esta formação interdisciplinar acontece durante todo o curso, mas primordialmente entre os cinco primeiros períodos, momento em que as demais linguagens (artes visuais, inglês e espanhol) contribuem para fortalecer a aprendizagem discente e o preparo para a docência, entendendo todas essas linguagens como campos de conhecimento e não fim, já que a formação é para a docência em Língua Portuguesa.

O Grupo III compreende o engajamento profissional, isto é, a prática pedagógica, organizada nas atividades de estágio supervisionado e práticas como componente curricular, que também compõem o Grupo I. Constitui-se de componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis, que devem ser cumpridos pelo estudante para a integralização curricular, correspondendo às dimensões pedagógicas e de formação da identidade profissional.

5.1 Componentes Curriculares

Os componentes curriculares são organizados em grupos, abaixo descritos, atendendo a Resolução CNE/CP n.º 02/2019.

5.1.1 Grupo I - Formação Pedagógica

COMPONENTE CURRICULAR	CH	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS		
		Teórico	Extensão	Prático	Teórico	extensão	Prático
Fundamentos da História da Educação	60h	30		30	2		1
Fundamentos da Filosofia da Educação	45h	15		30	1		1
Fundamentos da Psicologia da Educação	45h	15		30	1		1
Fundamentos da Sociologia da Educação	45h	15		30	1		1
Didática	75h	45		30	3		1
Fundamentos da Educação Inclusiva	60h	30		30	2		1
Política e Organização da Educação	60h	30		30	2		1
LIBRAS	75h	15	30	30	1	2	1

Tecnologias Aplicadas à Educação	75h	15	30	30	1	2	1
Educação e Meio Ambiente	75h	15	30	30	1	2	1
Educação e Direitos Humanos	75h	15	30	30	1	2	1
Metodologia do Trabalho Científico	60h	30		30	2		1
Seminário de Pesquisa em Linguagens e Códigos	60h	30		30	2		1
TOTAL	810h	300	120	390	20	8	13

5.1.2 Grupo II - Formação Específica e Interdisciplinar

Área de Conhecimento	COMPONENTE CURRICULAR	CH	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS		
			Teórico	Extensão	Prático	Teórico	Extensão	Prático
Língua Espanhola	Língua Espanhola e Questões Identitárias	60h	30		30	2		1
Língua Espanhola	Língua Espanhola e Questões Sociais	60h	30		30	2		1
Língua Espanhola	Língua Espanhola e Questões Didático-Pedagógicas	75h	15	30	30	1	2	1
Língua Inglesa	Língua Inglesa e Questões Identitárias	60h	30		30	2		1
Língua Inglesa	Língua Inglesa e Questões Sociais	60h	30		30	2		1
Língua Inglesa	Língua Inglesa e Questões Didático-Pedagógicas	75h	15	30	30	1	2	1
Artes Visuais	Tecnologias na criação artística e Elementos da Linguagem Visual	75h	15	30	30	1	2	1
Artes Visuais	História da Arte	60h	30		30	2		1
Artes Visuais	Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia	60h	30		30	2		1
TOTAL		585h	225	90	270	15	6	9

Formação Específica

COMPONENTE CURRICULAR	CH	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS		
		Teórico	extensão	Prático	Teórico	extensão	Prático
Leitura e Produção Textual	60h	30		30	2		1
Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	60h	30		30	2		1
Sociolinguística: Variação e Mudança	45h	15		30	1		1
Morfologia da Língua Portuguesa	45h	15		30	1		1
Teoria Literária I	45h	15		30	1		1
Linguística Textual	45h	15		30	1		1
Semântica e Pragmática	60h	30		30	2		1
Teoria Literária II	45h	15		30	1		1
Sintaxe da Língua Portuguesa	45h	15		30	1		1
Análise do Discurso	60h	30		30	2		1
Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita	60h	15	15	30	1	1	1
Literatura Portuguesa	60h	30		30	2		1
Noções de Fonética e Fonologia em Língua Portuguesa	45h	15		30	1		1
Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	60h	15	15	30	1	1	1
Literatura Brasileira II: do Século XX à Contemporaneidade	45h	15		30	1		1
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60h	30	30		2	2	
Literatura Infantil e Juvenil	60h	30	30		2	2	
Formação Histórica da Língua Portuguesa	45h	15		30	1		1
Estudos Literários Maranhenses	75h	15	30	30	1	2	1
Educação Linguística e Ensino	75h	30	15	30	2	1	1
Optativa I	45h	15		30	1		1
Optativa II	45h	15		30	1		1
TOTAL	1185	450	120	600	30	8	20

5.1.3 Grupo III - Estágios e Práticas

Estágio Supervisionado Obrigatório

COMPONENTE CURRICULAR – ATIVIDADE	HoraAula
Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	100h
Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	100h
Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	100h
Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	100h
TOTAL	400h

Prática Como Componente Curricular (PCC)

COMPONENTE CURRICULAR		CH	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS		
			Teórico	Extensão	PCC	Teórico	Extensão	PCC
PCC1	Observação Etnográfica da Realidade Escolar				60			4
PCC2	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa				60			4
PCC3	Metodologia do Ensino de Literatura				60			4
PCC4	Observação da Prática Pedagógica de Língua Portuguesa (Ensino Fundamental/Médio)				90			6
PCC5	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (Projeto Interdisciplinar)			15	90		1	6
PCC6	Seminário temático: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa			15	60		1	4
TOTAL		450h		30	420		2	28

ATIVIDADES ACADÊMICO-CULTURAL

COMPONENTE CURRICULAR	CH
Atividades Acadêmicas Complementares	60h
TOTAL	60h

TCC

COMPONENTE CURRICULAR	CH
Trabalho de Conclusão de Curso I	30h
Trabalho de Conclusão de Curso II	30h
TOTAL	60h

Para ampliação da formação dos licenciandos, contamos com disciplinas eletivas dos Cursos de Licenciatura Linguagens e Códigos/ Música e Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, com disciplinas eletivas, compondo o rol de disciplinas deste documento.

5.2 Fluxograma curricular

	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE		4º SEMESTRE		5º SEMESTRE		6º SEMESTRE		7º SEMESTRE		8º SEMESTRE	
	DISCIPLINA		DISCIPLINA		DISCIPLINA		DISCIPLINA		DISCIPLINA		DISCIPLINA		DISCIPLINA		DISCIPLINA	
	CH	CR T P	CH	CR T P	CH	CR T P	CH	CR T E P	CH	CR T E P	CH	CR T E P	CH	CR T E P	CH	CR T E P PCC
1	Fundamentos da História da Educação	60 2 1	Fundamentos da Psicologia da Educação	45 1 1	Didática	75 3 1	Política e Organização da Educação	60 1 1	LIBRAS	75 1 2 1	Tecnologias aplicadas à Educação	75 1 2 1	Optativa	45 1 1	Trabalho de Conclusão de Curso II	30
2	Fundamentos da Filosofia da Educação	45 1 1	Fundamentos da Sociologia da Educação	45 1 1	Fundamentos da Educação Inclusiva	60 2 1	Educação Linguística e Ensino	75 2 1 1	Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	60 1 1 1	Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade	45 1 1	Literatura Infantil e Juvenil	60 2 2	SEMINÁRIO TEMÁTICO: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa (PCC8)	75 1 2
3	Metodologia do Trabalho Científico	60 2 1	Morfologia da Língua Portuguesa	45 1 1	Teoria Literária II	45 1 1	Literatura Portuguesa	60 2 1	Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia	60 2 1	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60 2 2	Formação Histórica da Língua Portuguesa	45 1 1	Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	100
4	Leitura e Produção Textual	60 2 1	Teoria Literária I	45 1 1	Síntaxe da Língua Portuguesa	45 1 1	Sociolinguística: Variação e Mudança	45 1 1	Língua Espanhola e Questões Didático-pedagógicas	75 1 2 1	Educação e Direitos Humanos	75 1 2 1	Estudos Literários Maranhenses	75 1 2 1	Optativa	45 1 1
5	Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	60 2 1	Língua Espanhola e Questões Identitárias	60 2 1	História da Arte	60 2 1	Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	75 1 2 1	Educação e Meio Ambiente	75 1 2 1	Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita	60 1 1 1	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC6)	105 1		
6	Noções de Fonética e Fonologia em Língua Portuguesa	45 1 1	Língua Inglesa e Questões Sociais	60 2 1	Língua Espanhola e Questões Sociais	60 2 1	Língua Inglesa e Questões Didático-pedagógicas	75 1 2 1	Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3)	60	Observação do ensino de Língua Portuguesa (PCC4)	90	Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	100		
7	Língua Inglesa e Questões Identitárias	60 2 1	Linguística Textual	45 1 1	Análise do Discurso	60 2 1	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2)	60	Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	100	Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	100	Trabalho de Conclusão de Curso I	30		
8			Semântica e Pragmática	60 2 1	Observação Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1)	60					Seminário de Pesquisa em Linguagens e Códigos	60 2 1				
T	390	12 7	405	11 8	465	13 7	450	9 5 6	505	6 6 5	565	8 8 5	460	5 5 3	250	1 1 1
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									60				TOTAL GERAL			
													3550 65 24 42 28			

5.3 Sequência Aconselhada através de Quadros da Estrutura Curricular

A sequência aconselhada atende a demandas de adequação das disciplinas, conforme a necessidade formativa e a composição das disciplinas por Grupos, abaixo descrita:

Legenda:

CURSO- Curso **CH**- Carga Horária **T**- Teórica **P**- Prática **E**- Extensão **PCC**- Prática como Componente Curricular **CR**- Créditos

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Fundamentos da História da Educação	LLCLP	30	30			60	2	1	
Fundamentos da Filosofia da Educação	LLCLP	15	30			45	1	1	
Metodologia do Trabalho Científico	LLCLP	30	30			60	2	1	
Leitura e Produção Textual	LLCLP	30	30			60	2	1	
Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	LLCLP	30	30			60	2	1	
Noções de Fonética e Fonologia em Língua Portuguesa	LLCLP	15	30			45	1	1	
Língua Inglesa e Questões Identitárias	LLCLP	30	30			60	2	1	
SUBTOTAL		180	210			390	12	7	

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Fundamentos da Psicologia da Educação	LLCLP	15	30			45	1	1	
Fundamentos da Sociologia da Educação	LLCLP	15	30			45	1	1	
Morfologia da Língua Portuguesa	LLCLP	15	30			45	1	1	
Teoria Literária I	LLCLP	15	30			45	1	1	
Linguística Textual	LLCLP	15	30			45	1	1	
Semântica e Pragmática	LLCLP	30	30			60	2	1	
Língua Espanhola e Questões Identitárias	LLCLP	30	30			60	2	1	
Língua Inglesa e Questões Sociais	LLCLP	30	30			60	2	1	Língua Inglesa e Questões Identitárias
SUBTOTAL		165	240			405	12	8	

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR			PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	PCC	
Didática	LLCLP	45	30			75	3	1		
Fundamentos da Educação Inclusiva	LLCLP	30	30			60	2	1		
Teoria Literária II	LLCLP	15	30			45	1	1		
Sintaxe da Língua Portuguesa	LLCLP	15	30			45	1	1		
Análise do Discurso	LLCLP	30	30			60	2	1		
História da Arte	LLCLP	30	30			60	2	1		
Língua Espanhola e Questões Sociais	LLCLP	30	30			60	2	1		Introdução à Língua Espanhola
Observação Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1)	LLCLP			60		60			4	
SUBTOTAL		195	210	60		465	13	7	4	

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR				PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	E	PCC	
Política e Organização da Educação	LLCLP	30	30			60	2	1			
Educação Linguística e Ensino	LLCLP	30	30		15	75	2	1	1		
Literatura Portuguesa	LLCLP	30	30			60	2	1			
Sociolinguística: Variação e Mudança	LLCLP	15	30			45	1	1			
Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		
Língua Inglesa e Questões Didático-Pedagógicas	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		Língua Inglesa e Questões Sociais
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2)	LLCLP			60		60				4	Observação Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1)
SUBTOTAL		135	180	60	75	450	9	6	5	4	

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR				PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	E	PCC	
LIBRAS	LLCLP	30	30		15	75	2	1	1		
Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	LLCLP	15	30		15	60	1	1	1		
Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Européia	LLCLP	30	30			60	2	1			
Língua Espanhola e Questões Didático-Pedagógicas	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		Língua Espanhola I
Educação e Meio Ambiente	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		
Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3)	LLCLP			60		60				4	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2)
Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	LLCLP					100					
SUBTOTAL		105	120	60	90	505	7	5	6	4	

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR				PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	E	PCC	
Tecnologias Aplicadas à Educação	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		Didática
Literatura Brasileira II: do Século XX à Contemporaneidade	LLCLP	15	30			45	1	1			Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	LLCLP	30			30	60	2		2		
Seminário de Pesquisa em Linguagens e Códigos	LLCLP	30	30			60	2	1			Metodologia do Trabalho Científico
Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita	LLCLP	15	30		15	60	1	1	1		
Observação do ensino de Língua Portuguesa (PCC4)	LLCLP			90		90				6	Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3)
Educação e Direitos Humanos	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		

Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	LLC-PRT					100					Estágio Supervisionado I (Ensino Fundamental)
SUBTOTAL		120	150	90	105	565	8	5	7	6	

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR				PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	E	PCC	
Literatura Infantil e Juvenil	LLCLP	30	30		30	60	2		2		
Formação Histórica da Língua Portuguesa	LLCLP	15	30			45	1	1			
Estudos Literários Maranhenses	LLCLP	15	30		30	75	1	1	2		
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5)	LLCLP			90	15	105			1	6	Observação do ensino de Língua Portuguesa (PCC4)
Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	LLCLP					100					Estágio Supervisionado II (Ensino Fundamental)
Trabalho de Conclusão de Curso I	LLCLP					30					
Optativa I		15	30			45	1	1			
SUBTOTAL		75	120	90	75	460	5	3	5	6	

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CURSO	CH					CR				PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	E	PCC	
Trabalho de Conclusão de Curso II	LLCLP					30					
SEMINÁRIO TEMÁTICO: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa	LLCLP			60	15	75			1	4	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5)
Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	LLCLP					100					Estágio Supervisionado III (Ensino Médio)
Atividades Complementares	LLCLP					60					
Optativa II	LLCLP					45					
SUBTOTAL				60	15	310			1	4	

5.4 Quadro de Implantação Progressiva do Novo Currículo

		ANO LETIVO			
		2023.2	2024.1	2025.1	2026.1
ANO DE INGRESSO	2023.2	1º	2º	3º	4º
	2024.1		1º	2º	3º
	2025.1			1º	2º
	2026.1				1º

Observações:

1. A entrada no curso é anual e ocorre sempre no segundo semestre letivo de cada ano até 2023, depois será no primeiro semestre;
2. 2023.1 é o último semestre do currículo vigente em sua totalidade;
3. 2023.2 a 2026.1 fase de transição;
4. Em 2026.1 o novo currículo estará totalmente implementado.

5.5 Equivalência Curricular

Disciplinas Currículo em Vigor	CH	Crédito		Disciplinas do Currículo a ser implantado	CH	Crédito		
		T	P			T	P	E
Leitura e Produção Textual	60	2	1	Leitura e Produção Textual	60	2	1	
Introdução à Língua Espanhola	60	2	1	Língua Espanhola e Questões Identitárias	60	2	1	
Introdução aos Estudos em Língua Inglesa	60	2	1	Língua Inglesa e Questões Identitárias	60	2	1	
Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia	60	2	1	Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia	60	2	1	
Fundamentos da História da Educação	60	1	1	Fundamentos da História da Educação	60	1	1	
Metodologia do Trabalho Científico	60	1	1	Metodologia do Trabalho Científico	60	1	1	

Fundamentos da Psicologia da Educação	45	1	1	Fundamentos da Psicologia da Educação	45	1	1	
Teoria Literária I	45	1	1	Teoria Literária I	45	1	1	
Língua Espanhola I	60	1	1	Língua Espanhola e Questões Sociais				
Língua Inglesa I	60	2	1	Língua Inglesa e Questões Sociais	60	2	1	
Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	60	2	1	Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	75	1	1	2
Fundamentos da Sociologia da Educação	45	1	1	Fundamentos da Sociologia da Educação	45	1	1	
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60		2	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60		2	
Linguística Textual	60	2	1	Linguística Textual	45	1	1	
Língua Espanhola II	60	2	1	Língua Espanhola e Questões Didático-Pedagógicas	75	1	1	2
Língua Inglesa II	60	2	1	Língua Inglesa e Questões Didático-Pedagógicas	75	1	1	2
História da Arte	60	2	1	História da Arte	60	2	1	
Didática	60	2	1	Didática	75	3	1	
Política e Organização da Educação	60	1	2	Política e Organização da Educação	60	1	2	
Sintaxe da Língua portuguesa	45	1	1	Sintaxe da Língua portuguesa	45	1	1	
Observação Etnográfica da Realidade Escolar	60		2	Observação Etnográfica da Realidade Escolar	60		2	
Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	100			Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	100			
Sociolinguística: variação e mudança	45	1	1	Sociolinguística: variação e mudança	45	1	1	
Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	100			Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	100			
Tecnologias aplicadas à Educação	60	2	1	Tecnologias Aplicadas à Educação	75	1	2	1
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60	2	1	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60	2	1	

Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	45	1	1	Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	45	1	1	1
Formação Histórica da Língua Portuguesa	60	2	1	Formação Histórica da Língua Portuguesa	60	2	1	
Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	60	2	1	Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	60	2	1	
Morfologia da língua portuguesa	45	1	1	Morfologia da língua portuguesa	45	1	1	
Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	100			Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	100			
LIBRAS	60	2	1	LIBRAS	75	1	2	1
Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade	45	1	1	Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade	45	1	1	
Estudos Literários Maranhenses	45	1	1	Estudos Literários Maranhenses	75	1	1	2
Literatura Infantil e Juvenil	30	2		Literatura Infantil e Juvenil	60	2		2
Educação Linguística e Ensino	60	2	1	Educação Linguística e Ensino	75	2	1	1
Trabalho de Conclusão de Curso	60			Trabalho de Conclusão de Curso I e II	60			
Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	100			Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	100			
Seminário de Pesquisa em Educação	60	2	1	Seminário de Pesquisa em Linguagens e Códigos	60	2	1	
Educação e Direitos Humanos	60	2	1	Educação e Direitos Humanos	75	1	1	2
Educação e Meio Ambiente	60	2	1	Educação e Meio Ambiente	75	1	1	2

5.6 Estágio Obrigatórios e Não-Obrigatórios

O Estágio é um componente curricular que integra os processos de ensino e aprendizagem, a partir dos nexos e conteúdos definidos no PPC, considerando o que determina a Resolução CONSEPE Nº 1892/ 2019, Nota Técnica nº 02/2018-PROEN, Normativa 04/2018, Resolução n.º 1674-CONSEPE de 20 de dezembro de 2017, a

Resolução n.º 1191-CONSEPE de 03 de outubro de 2014 e a Resolução nº 684/09-CONSEPE, de 07 de maio de 2009. O Estágio compreende um conjunto de competências e habilidades com fins de aprendizagem profissional, cultural e social em situações reais de trabalho, relacionando teoria e prática. Acontece sob a supervisão do coordenador do estágio, supervisores docentes do curso e dos supervisores técnico-profissionais credenciados pelas instituições conveniadas.

O estágio Obrigatório está organizado em quatro etapas: Estágio Obrigatório I e II (no Ensino Fundamental- anos finais, de 6º ao 9º ano) e Estágio obrigatório III e IV (no Ensino Médio), com carga horária de 100 horas em cada etapa, totalizando 400. Essa carga horária é distribuída para as seguintes atividades: Instruções sobre o estágio, preparação teórica para regência simulada e regência na escola campo, observação e participação no cotidiano escolar, observação na sala de aula, regência de sala de aula, elaboração do relatório de estágio; elaboração e aplicação do projeto interdisciplinar na escola-campo (O projeto interdisciplinar é atividade do estágio Obrigatório II e IV).

As atividades de estágio obrigatório deverão ser desenvolvidas em quatro semestres regulares e/ou especiais, tendo início a partir do quinto período, podendo ser realizado em qualquer um dos turnos (matutino, vespertino e noturno) – no caso do turno vespertino, conforme a disponibilidade de horário para o estágio.

O estágio oportuniza aos discentes a aplicação de seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhes o exercício da docência em situações vivenciadas em sala de aula e a aquisição de uma visão objetiva, real de sua área de atuação profissional. Nesse momento, o licenciando é orientado a perceber e analisar a estrutura organizacional da escola por meio de observações, adotando instrumentos de coleta de dados, tais como registros em fichas e diário de campo, que o permitem conhecer a estrutura física da escola, a gestão, o corpo docente, o Projeto Político Pedagógico, a relação da escola com a comunidade, com a família e com a instituição UFMA, os projetos pedagógicos, a rotina da escola. Após as observações, os estagiários são orientados e conduzidos tanto pelo supervisor docente, quanto pelo supervisor técnico para realizar as regências.

A observação de sala de aula e regências deverão contemplar a área de Língua Portuguesa, devendo acontecer do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e da 1ª a 3ª série do ensino médio nas escolas. O projeto interdisciplinar em sua

elaboração e aplicação poderá contemplar os conteúdos curriculares para o Ensino Fundamental e Médio, das áreas da licenciatura interdisciplinar (Inglês, Espanhol e Artes Visuais). A regência de sala de aula acontecerá somente na área de formação específica, qual seja, Língua Portuguesa.

As atividades são conduzidas para uma atuação ética e responsável no contexto escolar, zelando pela identidade da Instituição UFMA e identidade profissional do estagiário, o que tem proporcionado um convívio harmônico e produtivo no contexto das escolas da Educação Básica. As escolas, de modo geral, demonstram interesse e satisfação em receber os estagiários do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, externando confiança na formação docente oferecida pelo referido curso.

São várias as escolas campo de estágio do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, tanto de Ensino Fundamental quanto Ensino Médio todas da rede pública: Instituto Educacional Cônego Nestor de Carvalho Cunha – Sede; Centro Educacional Déborah Correa, entre outras todas na sede do município de São Bernardo; Escolas nos municípios de Santa Quitéria, Magalhães de Almeida, Araisos, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, dentre outros municípios próximos a São Bernardo.

O estágio curricular está regulamentado através Resolução CONSEPE Nº 1191/2014 e nº 1674/2017 e das normas específicas de estágio curricular do curso de Linguagens e Códigos-Campus São Bernardo aprovadas pelo Colegiado de Curso em 2017, e atualizadas em 2023. Existe um convênio entre a prefeitura do município de São Bernardo e dos outros municípios, em que realizamos o estágio, e a UFMA. O curso conta com três supervisores docentes por turma, os quais possuem uma média de 06 a 15 estudantes sob sua responsabilidade. As atribuições e competências constam nas normas de estágio do curso.

5.7 Extensão

O Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa coloca em prática ações que valorizam a integração entre os eixos Ensino Pesquisa e Extensão. A partir da Resolução n.º 2.503-CONSEPE, de 1º de abril de 2022, a

Extensão passou a ocupar carga horária definida, constituindo, obrigatoriamente, parte do currículo dos cursos de licenciatura

O conceito de extensão universitária, definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), aprovado em 2010 e publicado no documento Política Nacional de Extensão:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (2012, p. 42).

Tal concepção direcionou políticas de ampliação das ações de extensão que culminaram no PNE 2014-2024, pois entende-se que para ser considerada ação de extensão, deve envolver obrigatoriamente a participação de docentes, técnicos administrativos, estudantes e demais setores da sociedade, formulando em conjunto, projetos, cursos e eventos que atendam as demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, coloquem em questão os saberes gerados na universidade. Sendo assim, a proposta da Extensão Universitária é permitir ao estudante uma formação mais cidadã e possibilitar a interação com novas realidades que certamente complementam as experiências vividas no mundo acadêmico. O PNE 2014-2024 tem como uma de suas metas a curricularização da extensão, como estabelecido na estratégia 12.7: “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

A carga horária de 10% do curso para extensão será cumprida, em sua totalidade, com disciplinas mistas, ou seja, havendo uma redistribuição de créditos teóricos e práticos para créditos de extensão em componentes curriculares já existentes e que são compatíveis com a extensão. A organização curricular do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa contempla disciplinas práticas como é o caso das PCCs que têm uma aproximação com atividades de extensão, uma vez que além de observações *in loco*, e de atividade prática, os licenciandos também podem desenvolver atividades, tais como oficinas de leitura e produção textual de gêneros impressos e digitais, projetos de intervenção, Curso sobre Redação ENEM, organização de eventos científicos para socialização das pesquisas e atividades extensionistas realizadas, ou seja, as PCCs possuem um viés já extensionista.

Considerando o caráter interdisciplinar do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, outro componente curricular compatível com a extensão, e que fortalecerá ainda mais a interdisciplinaridade no curso, são as disciplinas de Artes Visuais, Língua Espanhola e Língua Inglesa. Parte da carga horária das respectivas disciplinas será destinada a extensão, culminando com atividades relacionadas ao projeto Interdisciplinar desenvolvido no Estágio Curricular Obrigatório II (Ensino Fundamental) e Estágio Curricular Obrigatório IV (Ensino Médio), sendo Artes Visuais e Inglês no Ensino Fundamental e Artes Visuais e Língua Espanhola (no Ensino Médio). A carga horária dessas disciplinas, destinada à extensão, contribuirá com a formação interdisciplinar do licenciando do Curso de Linguagens e Códigos, futuro docente de Língua Portuguesa.

Ainda definimos como disciplinas compatíveis com a extensão: Libras, com possibilidade de realização de Cursos extensionistas tanto para discentes, quanto para docentes da Educação básica, podendo, também, envolver outros setores da comunidade local; e a disciplina Tecnologias aplicadas à Educação, com a possibilidade de cursos, oficinas, palestras voltados para o uso das novas tecnologias, da gamificação, de aplicativos digitais, tais como: quizzes, padletes, forms, alinhando as necessidades de letramentos digitais. As disciplinas de Educação e Direitos Humanos, Meio Ambiente, Literatura Africana. Consideramos 30h para desenvolvimento das ações assim organizadas: desenvolvido em quinze disciplinas mistas com carga de extensão sendo elas: Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual, Língua Inglesa II, LIBRAS, Língua Espanhola II, Educação e Meio Ambiente, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Educação e Direitos Humanos, Tecnologias Aplicadas à Educação, Estudos Literários Maranhenses, SEMINÁRIO TEMÁTICO: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa), Literatura Infantil e Juvenil, com carga horária de 30 (trinta) horas cada uma delas e as disciplinas Gênero Textual, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5), Educação Linguística com 15 horas.

Diante da organização supracitada, atendemos ao que delibera o Artigo 10 da resolução Resolução n.º 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, ao destacar o diálogo entre academia e sociedade, produzindo impactos positivos que provoquem mudanças na sociedade:

Para a UFMA, as ações de extensão que serão inseridas nos currículos dos cursos de graduação deverão reforçar a interação dos discentes e docentes com a

sociedade, visando a produzir impactos positivos nos aspectos sociais, econômicos, culturais, científicos, artísticos, ambientais, esportivos, educacionais e de saúde, bem como no suporte à geração de emprego e renda, de consultoria técnica, assistência social e de saúde, de empreendedorismo e inovação, e projetos que estejam vinculados a políticas públicas e às demandas coletivas da sociedade maranhense (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2022).

As atividades pensadas como extensão visam ao fortalecimento da formação docente do licenciando a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, num viés interdisciplinar, promovendo a interação, o diálogo transformador entre Universidade e outros setores da sociedade.

A curricularização da extensão coloca o licenciando como protagonista da ação extensionista. É necessário que ele seja membro executor da atividade de extensão, portanto, atividades de observações in loco, ou outras práticas sem envolvimento da comunidade externa, e sem a participação ativa do licenciando nas ações não contabilizam carga horária de extensão. Essa orientação encontra-se na Resolução n.º 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, (p. 4): “A participação do (a) discente como ouvinte, em ações extensionistas, será contabilizada somente como carga horária de atividades complementares, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e não como contabilização de carga horária da UCE”. As atividades de extensão nas disciplinas mistas foram pensadas levando em consideração essa orientação. A carga horária total de atividades de extensão curricular será de 360 horas cumprida a partir de disciplinas mistas, conforme normas regulamentadas em documento anexo.

5.8 Atividades Acadêmicas Complementares

As Atividades acadêmica complementares são um componente obrigatório que contribui para a flexibilização curricular uma vez que requer do discente a participação em atividades de natureza diversa que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão. É um componente com carga horária total de 60 horas, que se refere às habilidades, conhecimentos, competências e atitudes experienciadas fora do ambiente escolar e que visa ao enriquecimento do percurso formativo do discente, alargando o seu currículo com atividades acadêmicas e culturais internas ou externas ao curso.

Embora não integre o rol de disciplinas da organização curricular, são atividades pertinentes à sua formação, tais como atividades de extensão, pesquisa, iniciação à docência, participação em eventos, publicações e vivência profissional, que complementam, enriquecem e põem em perspectiva as vivências mais estritamente acadêmicas e internas do curso. No projeto, são previstas de acordo com o designado pela Resolução CNE-CP Nº 02/2015, inclusive de acordo com o descrito nos trechos relativos aos núcleos de formação das licenciaturas.

Para integralização das 60 (sessenta) horas mínimas destas atividades, o aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão critérios elaborados e aprovados pelo Colegiado de Curso. Assim, o critério adotado pelo colegiado foi: a cada quatro semestres cursados, o discente deverá comprovar 50% do cumprimento destas atividades desenvolvidas.

O estudante deverá solicitar à comissão de atividades acadêmicas complementares a avaliação de suas AAC, por meio de requerimento específico via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFMA e devidamente comprovado, mediante declaração ou certificação, carga horária, período de realização, aproveitamento e frequência. Após, a comissão de atividades acadêmicas complementares atestar que o discente atingiu as 60 (sessenta) horas exigidas nesta resolução, deverá notificar a coordenação do curso para a inclusão da carga horária de AAC no histórico escolar do discente. Os discentes regularmente matriculados no Curso podem fazer esse requerimento, semestralmente, a partir do segundo semestre.

Em conformidade com a Resolução nº 1892 - 28 DE JUNHO DE 2019, e ainda, em consonância com Normas Complementares elaboradas pelo colegiado do Curso. Consideramos no âmbito de comprovação, as seguintes atividades:

- 1) Atividades de pesquisa I. Participação em núcleos, em grupos de pesquisa e em projetos técnico/científicos sob supervisão de docentes e/ou discentes do curso; II. Exercício de monitoria (em grupos de pesquisa); III. Participação em grupo PET; IV. Atuação como bolsista ou voluntário de Iniciação Científica e Foco Acadêmico no eixo de pesquisa;
- 2) Atividades de extensão I. Participação em projetos ou programas de extensão, desde que estes sejam aprovados pelos órgãos competentes da UFMA e estejam relacionados à LLCLP ou às suas áreas afins; II. Exercício de monitoria (em programas ou projetos de extensão); III. Membro de equipe de programa ou projeto

de extensão; IV. Cursos na área de informática ou curso de idiomas; V. Participação em cursos e minicursos de extensão que versem sobre a matéria de interesse na formação do licenciando/a; VI. Atuação como bolsista Foco Acadêmico no eixo de extensão;

3) Atividades de participação e/ou organização de eventos: I. Organização e/ou participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas, jornadas e colóquios;

4) Atividades de ensino I. Participação em projeto de monitoria da UFMA em disciplinas do curso; II. Atividade docente voluntária em áreas afins. III. Projeto de iniciação à docência (PIBID) ou Residência Pedagógica, desde que a carga horária não tenha sido aproveitada em estágio; IV. Participação em projetos de ensino; V. Atividades acadêmicas à distância; VI. Participação como ouvinte em defesas de TCC; VII. Atuação como bolsista no Foco Acadêmico no eixo de ensino, pesquisa e extensão;

5) Atividades de práticas profissionais: I. Participação em projetos realizados por docentes ou projetos de desenvolvimento tecnológico na área de linguagens, apoiados pela iniciativa privada e/ou pública, desde que as atividades desenvolvidas estejam ligadas ao curso de LLCLP ou suas áreas afins. III. Realização de estágios não obrigatórios cadastrados na UFMA; IV. Visitas técnicas; V. Cursos de capacitação promovidos por empresa na qual o discente é funcionário, desde que tenha certificado e que as atividades desenvolvidas estejam ligadas ao curso de LLCLP ou suas áreas afins; VI. Participação no programa UFMA empreendedora. Parágrafo único: Para fins de comprovação do estágio não obrigatório o discente deverá apresentar uma declaração da empresa emitida em papel timbrado, com carimbo e CNPJ, devidamente assinada, especificando a função desempenhada, o semestre de estágio e a carga horária total cumprida. Para fins de comprovação da participação na visita técnica, o discente deverá apresentar uma declaração, constando a carga horária, emitida pelo responsável da atividade.

6) Atividades de ação social, cidadania e meio ambiente: I. Participação em programas ou projetos de ONG's relacionados à ação social, exercício da cidadania e/ou defesa do meio ambiente; II. Atuação como mesário em eleições municipais, estaduais e federais; III. Doação de sangue, cabelo, etc. IV. Participação em associações de bairros, brigadas de incêndio, associações escolares, etc.

7) Atividades de representações estudantis: I. Participação efetiva no diretório acadêmico do Centro de Ciências de São Bernardo ou representação estudantil nos órgãos colegiados da UFMA.

8) Publicação e Apresentação de Trabalhos: I. Artigos publicados em boletins, circulares, jornais ou em revistas indexadas e não indexadas; II. Resumos publicados em anais de eventos técnico-científicos relacionados ao curso; III. Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos relacionados ao curso;

9. Atividades esportivas e culturais; I - Apresentação ou autor de evento cultural (poesia, fotografia, música, teatro e desenho); II - Participação em ligas, times ou equipes esportivas que representam a UFMA em eventos esportivos;

10) Frequência em seminários: I. Atendendo ao disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. a) Objetiva colocar o discente em contato com as atividades e temas correlatos às questões étnico-raciais e histórico-culturais de afrodescendentes, propiciando-lhe oportunidades de discussão pública de temas sociais relevantes, de modo a promover a formação de profissionais mais conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica. II. Atendendo ao disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. a) Objetiva colocar o discente em contato com concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. III. Atendendo ao discurso interdisciplinar e científico proposto no PPC.

5.9 Prática como Componente Curricular

A carga horária destinada à Prática como Componente Curricular (PCC) é de 420 (quatrocentas e vinte) horas e está distribuída ao longo do curso, desde o primeiro período, considerando o diálogo entre as áreas de conhecimento da Licenciatura em Linguagens e Códigos: Língua Portuguesa, Artes, Língua Espanhola e Língua Inglesa. A Prática compreende um componente curricular que visa promover a reflexão sobre a escola em seus diferentes contextos tanto no que se refere à

observação e ação direta, quanto no uso de tecnologias aplicadas à educação que promovam a compreensão das diferentes realidades escolares. Nesse sentido, as práticas estarão presentes desde o início do curso, como espaço e tempo de discussão sobre o projeto político pedagógico, a observação e intervenção no cotidiano escolar, o currículo, a organização do trabalho pedagógico na educação básica.

Os espaços-tempos destinados a esse componente curricular estão organizados em torno da interação entre diferentes áreas de conhecimentos de modo a permitir que os acadêmicos reflitam sobre a relação teoria e prática, em uma perspectiva interdisciplinar com as áreas integradoras do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa. Ao longo do curso temos num total de 6 PCC: Observação da Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1); Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2), Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3), Observação da Prática Pedagógica de Língua Portuguesa (PCC4), Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5), Seminário Temático: vivências de práticas no ensino de língua portuguesa (PCC6).

Dentre as atividades realizadas nas disciplinas de PCC, destacamos: diagnóstico histórico, socioeconômico, geográfico e humano da comunidade em que se insere a escola campo e da própria escola; observação e análise de metodologias de ensino de Língua Portuguesa e de Literatura; análise e elaboração de material didáticos, tais como sequências didáticas e planos de aula; elaboração de projetos de intervenção e de relatórios sobre observações in loco; análise do processo de avaliações externas em escolas de Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio, conhecendo a importância dessas avaliações para as políticas educacionais, compreendendo o processo de realização e socialização dos resultados nas escolas; socialização dos resultados das pesquisas realizadas nas disciplinas de PCC em evento científico organizado pelo Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, e em outros eventos científicos.

5.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Resolução Nº 1892 – CONSEPE, de 28 de junho de 2019, determina que a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatória para todos os estudantes do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa do Centro de Ciências de São Bernardo - CCSB/UFMA, com vistas à colação de grau.

O TCC é uma produção acadêmica que expressa a capacidade do estudante de abordar e sistematizar os conhecimentos e habilidades adquiridos no curso de graduação, podendo ser realizado na forma de monografia e artigo científico.

O TCC é um trabalho individual, de natureza acadêmica e pressupõe a atividade de orientação do docente. O TCC deve ser de natureza investigativa sobre fenômenos relativos às linguagens como prática social. São objetivos do TCC:

I - Possibilitar ao discente a produção de conhecimento relacionado às áreas de atuação do Curso de Licenciatura em Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, com base na articulação teórico-prática, evidenciando a ética, o planejamento, a organização, a redação e a edição do trabalho em moldes científicos;

II - Oferecer ao discente a oportunidade de aprofundar conhecimentos adquiridos por disciplinas cursadas;

III - Possibilitar a associação do conhecimento teórico com a prática de ensino.

O discente poderá se inscrever no componente TCC quando integralizar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso, iniciando a orientação no 7º período e concluindo até o término do curso. – O calendário acadêmico da coordenação do curso será o balizador determinante para os prazos estipulados no decorrer do processo de elaboração, execução, entrega e defesa do TCC, devidamente divulgados. O TCC é composto por três etapas:

I - Projeto de TCC;

II - Desenvolvimento do texto científico

III - Defesa pública.

No que se refere ao processo de acompanhamento e avaliação e demais atividades de TCC constam nas normas de estágio do curso. O TCC tem carga horária de 60 (sessenta) horas, dividida em dois momentos, sétimo e oito período com 30h cada, é uma atividade curricular obrigatória e muito relevante para o processo de aprendizagem. É um trabalho científico com objetos de estudo articulados ao

conteúdo do curso, realizado pelo discente com a orientação pessoal e direta de um docente.

Considerando que as licenciaturas interdisciplinares buscam explorar a interação entre as áreas, o TCC é concebido como um elemento articulador e integrador do currículo, que visa à formação do docente como pesquisador de questões que vão emergir da realidade que o cerca, de seu cotidiano, da escola, da sala de aula.

No que se consiste à forma, o TCC pode configurar-se como monografia, artigo científico ou ainda segundo normas específicas do Colegiado de Curso e às legislações vigentes, conforme documento de normas específico. O TCC após aprovação pela banca examinadora e revisado, é vinculado à Biblioteca de Monografias da UFMA, conferindo banco de dados. O NDE elaborou um Manual com apoio da Bibliotecária do Centro de Ciência de São Bernardo para uso dos licenciandos e docentes, balizador das Normas, assim como sinaliza como realizar seu envio via SEI.

6 REGISTROS REFERENTES À HORA-AULA E HORA-RELÓGIO

O Colegiado de Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa adota, conforme o inciso III do art. 106º da Resolução 1.892-CONSEPE, o sistema hora-aula, com duração de 50 (cinquenta) minutos cada 1 hora-aula, observada a Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, onde afirma que “[...] decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior” (BRASIL, 2007). Entendemos que as adequações já constam do Sistema de Registro, o SIGAA, o que auxilia o docente no acompanhamento e cumprimento da carga horária.

6.1 Tabela de Horários

Horários	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
13:10 - 14:00	---	---	---	---	---	---
14:00 - 14:50	---	---	---	---	---	---
14:50 - 15:40	---	---	---	---	---	---
15:50 - 16:40	---	---	---	---	---	---
16:40 - 17:30	---	---	---	---	---	---
17:40 - 18:30	---	---	---	---	---	---

7 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO

Um dos grandes temas da educação e formação docente é, sem dúvida, a relação entre o Ensino Superior e a Educação Básica. Muito já se analisou e criticou o afastamento entre a Universidade e as redes públicas de ensino, como se para a Academia fosse reservado o espaço exclusivo de criação, produção e difusão do conhecimento e às escolas restasse a implantação prática das orientações e diretrizes oriundas do espaço de produção científica por excelência, que seriam as Universidades.

Nesse modo de pensar, as escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio e os/as seus/as docentes/as seriam meros reprodutores no campo do ensino, não cabendo pesquisa e muito menos extensão às comunidades do entorno. À escola e aos/as seus/as profissionais caberia fazer a transposição didática do conhecimento elaborado em centros superiores de produção da ciência.

De outro modo, perceber a necessidade de integração entre a Universidade e as redes públicas de ensino da educação básica é fundamental para a melhoria e desenvolvimento de uma educação que seja plena e substancial, por meio da

produção de conhecimento a partir da realidade, de pesquisas autônomas e da difusão de formas de saber que perpassam desde Universidade até os/as discentes presentes nas escolas públicas.

Compreendemos a escola como uma importante instituição responsável pela sociabilidade dos seres humanos, a qual contribui com a construção das identidades, a formação de valores éticos e morais e o desenvolvimento de profissionais comprometidos com a cidadania. Por essas razões, a integração com a educação básica não é apenas projeto, mas prática cotidiana da Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

Essa integração da universidade com a rede pública no contexto bernardense, por meio de Programas tais como: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Residência Pedagógica (RP), que visam ao aperfeiçoamento e à valorização da formação de docentes para a educação básica. Ademais, há, ainda, participação de docentes e licenciandos por meio de monitoria, extensão e projetos de pesquisas em atuação direta com a comunidade da Educação Básica.

O PIBID concede bolsas a discentes de licenciatura, que tenham cursado até 60% da carga horária total do Curso, participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

Os projetos proporcionam a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um docente da escola.

No entanto, é importante o alcance de alguns objetivos do Programa PIBID, conforme descritos, a seguir: Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de docentes nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus docentes como coformadores dos

futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Para tanto, o alcance destes objetivos não seria possível sem essa parceria com as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do Pibid, e estas ainda podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas, sendo, desta forma, um Programa valioso para estas instituições.

O Programa Residência Pedagógica visa à inserção dos licenciandos nas escolas estaduais de Ensino Médio e municipais de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), em São Bernardo – MA, a fim de compreender os sentidos e fazeres construídos por docentes e discentes no ensino de Língua Portuguesa, em relação às práticas sociais de leitura e de escrita. O Programa Residência Pedagógica integrando UFMA e escolas-campo, potencializa o ensino de Língua Portuguesa no desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita. O programa compreende atividades de observação, pesquisa, reflexão, participação e regência, nas quais contextualiza e transversaliza as áreas e os eixos de formação curricular. No Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, o programa tem como objetivo geral: Compreender os sentidos e práticas construídos por docentes e discentes no ensino de Língua Portuguesa, por meio da residência pedagógica nas escolas estaduais de Ensino Médio e de Ensino Fundamental, de São Bernardo – MA, consolidando assim, práticas didático-pedagógicas que auxiliem o licenciando a vivenciar ativamente a relação entre teoria e prática docentes, ampliando a formação docente de caráter interdisciplinar. Destacamos como objetivos específicos do Programa no Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, no Centro de Ciências de São Bernardo, os seguintes objetivos específicos:

- a) Propiciar ao licenciando de Linguagens, no componente de Língua Portuguesa, o conhecimento da situação escolar em toda a sua complexidade, aplicando os conhecimentos inerentes ao curso Interdisciplinar para atuar em situações-problema.
- b) Estimular no futuro licenciado, a curiosidade e a criatividade, para que mantenha uma atitude de pesquisa e ação diante dos fatos da realidade escolar, em todas as

dimensões que compõem a escola, na prática da docência interdisciplinar, alinhados aos pressupostos da BNCC.

c) Problematicar a relação teoria e prática no Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas no contexto do Ensino Médio, proporcionando o entendimento de que ambas são indissociáveis na prática social pedagógica, elaborando um perfil de formação que atenda aos princípios da formação cidadã e desconstruindo concepções convencionadas sobre o trabalho com a linguagem.

d) Possibilitar a inter-relação entre licenciando e escola, mediante estudo e trabalho, ressignificação de experiências, familiarizando o futuro docente (a) com as tecnologias educacionais e outros recursos de comunicação úteis ao trabalho escolar.

e) Situar o Programa de Residência em estágio, como processo de formação no contexto da escola e possibilitar o estabelecimento de parcerias importantes para o desenvolvimento escolar, na área de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

A integração com a comunidade também acontece através de convênios de estágio obrigatório no contexto da Educação Básica, no desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e ensino, a exemplo de foco acadêmico e/ou com apoio de fomentos como a UFMA e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). No ensino, as disciplinas de PCC apoiam a inserção dos licenciandos e do Curso no contexto das práticas sociais e educacionais na Educação Básica.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O Curso Interdisciplinar em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa visando a autorreflexão para o crescimento da sua qualidade, adota um sistema de avaliação composto por: avaliação do processo de ensino-aprendizagem, avaliação do projeto pedagógico do curso e avaliação docente.

8.1 Avaliação do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico representa o processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao

longo da formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional.

A avaliação e o acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso serão feitos através de um Programa de Autoavaliação, articulado pelo Programa de Avaliação Institucional, com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e o Projeto Político- Pedagógico da UFMA. A avaliação envolve etapas qualitativas e quantitativas. Na etapa qualitativa serão avaliados: o perfil do curso, os processos de formação profissional, a formação acadêmica e a inserção no mercado de trabalho e as coerências e articulações do PDI e o PPC. A avaliação quantitativa envolverá cada disciplina e as estatísticas do curso. A avaliação envolverá todos os atores do curso: docentes, discentes, técnicos administrativos e gestores acadêmicos.

Para tanto, será constituída, a partir da aprovação desta proposta, a Comissão Permanente de Avaliação do Curso, composta por 03 (três) representantes do corpo docente do NDE, indicados pelo Colegiado do Curso; 03 (três) representantes do corpo discente, indicados pelo Centro Acadêmico do Curso; 01 (um) representante servidor técnico-administrativo. As atividades da Comissão serão realizadas em consonância com as normas institucionais e as orientações gerais (INEP), conforme os instrumentos de avaliação do Curso.

Nessa perspectiva, vários instrumentos serão considerados, tais como: participação na avaliação do ESTADÃO, seminários de autoavaliação de curso (juntamente com a avaliação do Centro de Ciências de São Bernardo); participação nos exames nacionais de avaliação do MEC; acompanhamento sistemático dos resultados apresentados semestralmente/anualmente a partir dos indicadores alcançados, dentre outras ações. O cruzamento dos dados obtidos subsidiará a construção qualitativa da avaliação em uma dimensão processual e sistemática.

O curso também empreenderá algumas ações avaliativas decorrentes da implantação do projeto pedagógico, junto com as Coordenadorias dos Cursos associados ao sistema de dois ciclos, destacando-se as seguintes:

- a) Atualização dos programas das disciplinas (plano de ensino) pelos docentes do curso, visando atendimento das ementas e atualização da bibliografia, tendo como base atitudes, habilidades e competências do perfil do discente;
- b) Incentivo e apoio aos trabalhos e práticas interdisciplinares;

- c) Capacitação pedagógica para os docentes visando adoção de novas metodologias de ensino e eventuais correções de rumo às práticas em andamento;
- d) Avaliação da execução do Projeto Pedagógico decorrido um ano a partir de sua implantação;
- e) Elaboração de um banco de dados, de forma a obter dados estatísticos e indicadores relativos à evasão, aprovação, retenção, número de formandos, número de ingressantes, oferta de eletivas, relação discente/docente, empregabilidade dos egressos etc.;
- f) Análise dos dados e providências, objetivando à melhoria dos indicadores detectados no item anterior;
- g) Análise dos resultados da avaliação realizada pelo Programa de autoavaliação Institucional e as providências necessárias;
- h) Reunião semestral entre os docentes das disciplinas de uma mesma área e/ou Colegiados diferentes ou não, visando avaliar sequências de conteúdos das disciplinas e seus pré-requisitos, núcleo básico com profissionalizante, profissionalizante com específico;
- i) Encontros ou entrevistas com integrantes da sociedade e do setor produtivo visando pesquisar o desempenho dos profissionais egressos do curso;

Tais propostas não podem e nem devem ser esgotadas. O curso já adota práticas e medidas constantes de avaliação com critérios que possibilitem uma visão aprofundada do desempenho do curso, permitindo a detecção de falhas existentes e correções de rumo visando sempre à melhoria de qualidade.

O Projeto Pedagógico é um artefato coletivo que responde pelo pensamento educacional atual desta Instituição e, considerando a dinâmica interna e externa ao curso, ele prescinde de permanente reflexão e necessita de constante aperfeiçoamento e reformulação.

O presente Projeto Pedagógico é fruto da proposta da Instituição na oferta do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, em busca da qualidade das condições de oferta do curso, e tem como uma de suas metas a busca contínua pela sua própria avaliação, reformulação e reimplementação. Na medida em que os ambientes externo e interno ao curso se modificam, todas as partes deste projeto pedagógico necessitam ser revistas para adequar-se a novas realidades, tecnologias e ideias educacionais.

Entre os pontos que precisam ser constantemente avaliados estão:

- A efetividade dos princípios pedagógicos adotados no processo de ensino-aprendizagem;
- A atualização dos métodos empregados na implementação do projeto;
- A adequação do perfil do egresso às necessidades da sociedade como um todo e da comunidade local em particular;
- O sucesso dos egressos em relação aos egressos de outras instituições.

Entre as ações planejadas para a contínua avaliação e reformulação deste projeto pedagógico, citamos:

- Discussão permanente deste projeto com docentes e utilização dos resultados da autoavaliação institucional como meio para melhorar e melhor adequar o projeto à Instituição;
- Motivação dos docentes à pesquisa e implementação de métodos de ensino-aprendizagem que possam contribuir para a melhoria da qualidade do curso e a consequente publicação destes resultados em conferências e revistas especializadas;
- Realização de workshops durante o planejamento acadêmico com objetivo de discutir trabalhos e ideias que possam vir a contribuir com o projeto pedagógico;
- Reunião da coordenação com os discentes e representantes de turma – câmaras de avaliação discente - A participação crítica dos discentes em relação a este Projeto Político Pedagógico aumenta o nível de cobrança dos discentes e incentiva maior envolvimento dos docentes também. Os resultados da câmara discente vêm para CPA/CEA que coteja as informações recebidas com as das avaliações discentes, elaborando dados quantitativos, qualitativos e fenomenológicos, que servem de instrumentos de avaliação, gestão e melhoria do curso.

O Colegiado de curso se reúne mensalmente e, nas reuniões em que chegam novos dados da CPA/CEA, realiza-se uma discussão para reavaliar o curso, a partir dos dados obtidos pela CPA, câmaras de avaliação e ouvidoria.

A CPA/CEA realiza avaliações semestrais do Perfil Docente e Discente que serve para reavaliar e pensar o curso. A avaliação do curso é a avaliação das

concepções deste Projeto Pedagógico e da forma como será/é implementado e conduzido por todos.

8.2 Avaliação da Aprendizagem

Compreendemos que a Universidade é a instância para a construção da autonomia intelectual e do exercício da cidadania em uma ambiência democrática, a concepção de avaliação postulada implica tanto na avaliação da aprendizagem dos estudantes, como do curso.

Essa avaliação tem como princípios que a educação é um direito social e dever do Estado, sendo que a formação acadêmico-científica, profissional, ética e política oferecida aos estudantes é uma das formas da Universidade prestar contas à sociedade do mandato que lhe foi socialmente conferido; à relevância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento local e nacional; à co-responsabilidade de toda a comunidade acadêmica; ao caráter processual e educativo da avaliação; ao respeito à identidade e à diversidade; à globalidade; à legitimidade e à continuidade.

A avaliação da aprendizagem preconizada no presente projeto político-pedagógico segue o disposto na Resolução nº 1175/2014 – CONSEPE que versa sobre as normas regulamentadoras do sistema de registro e controle acadêmico.

A avaliação da aprendizagem ocorrerá por disciplina ou componente curricular, observando a realização de mais de uma atividade avaliativa para a constituição da nota final, sendo que o docente tem autonomia para proceder às adaptações necessárias quanto a tais atividades. Em face disso, a nota final equivale a uma média aritmética simples das atividades avaliativas, facultando-se ao docente a atribuição de pesos diferenciados para cada atividade, compondo a nota final com uma média aritmética ponderada.

Tendo em vista a necessidade de auxiliar no trabalho de avaliação da aprendizagem, sem prejuízo da autonomia docente e da legislação acadêmica vigente, sugere-se o seguinte quadro orientativo com a nota final, o indicativo do nível de aprendizagem, a caracterização do nível de aprendizagem e a medida pedagógica pertinente:

NOTA FINAL	INDICATIVO DO NÍVEL DE APRENDIZAGEM	CARACTERIZAÇÃO DO NÍVEL DE APRENDIZAGEM	MEDIDA PEDAGÓGICA SUGERIDA
0-4	Insuficiente	Não houve aprendizado ou ele foi abaixo do elementar	Estudos complementares e novo momento avaliativo com vistas à recuperação
5-7	Básico	Houve aprendizado, porém existe possibilidade de melhorá-lo	Estudos complementares e novo momento avaliativo com vistas ao reforço
8-9	Adequado	Houve aprendizado e existem condições de continuidade	Estudos complementares com vistas ao aprofundamento
10	Avançado	Houve aprendizado para além os parâmetros previstos	Estudos complementares com vistas à proposição de desafios que permitam a continuidade do progresso

O processo avaliativo está materializado no Sistema SIGAA (planejamento, execução e registros das notas) e pode ser acompanhado virtualmente pelo discente e docentes, assim como pela Coordenação de Curso.

9 CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

Neste item, destaca-se que para o adequado funcionamento do Curso se fazem necessários: salas de aula climatizadas, mobiliadas, e com pontos de instalação elétrica, laboratórios com computadores e acesso à rede de Internet, biblioteca com acervo em processo de atualização e em volumes que dentro em breve se tornarão suficientes para o número de discentes matriculados, banheiros asseados e com acessibilidade, sala dos docentes climatizada e mobiliada.

Importa destacar que contamos com todas as salas de aula climatizadas e sala para a Coordenação do Curso, Coordenações de Estágio e de Trabalhos de Conclusão de Curso, reuniões e para o atendimento aos discentes.

9.1 Recursos Humanos

O Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa possui condições adequadas no tocante aos recursos humanos, sendo constituído de: Coordenação de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Curso, Corpo Docente. Abaixo seguem considerações sobre cada um desses recursos.

9.2 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa é exercida por um Coordenador. As atividades da Coordenação de Curso são apoiadas por um servidor técnico-administrativo em educação, contando ainda, com apoio dos demais profissionais que atuam no Centro de Ciências de São Bernardo. O servidor técnico-administrativo conta com o apoio de bolsistas, em atuação nos programas de Apoio Estudantil.

Em virtude da organização interna da estrutura da UMFA as atribuições de chefia de Departamento cabe a Coordenação do Curso, visto que a subunidade tem lotação docente, conforme Regimento Geral.

O Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, atualmente, é coordenado pela Prof.^a Dra. Maria Francisca da Silva, que foi designada pela Portaria nº 143 2019 - GAB/REITORIA, em 25 de março de 2019, exercendo tal função até a presente data, em caráter pro tempore até 2022 e por eleição, posteriormente, conforme Portaria nº 290, de 19 de abril de 2022.

A Gestão do curso é realizada em diálogo permanente com a técnico-administrativa do curso, Aurenisia Miranda Morales, e com os/as bolsistas da licenciatura, em atuação nos programas de Apoio Estudantil. A Relação com os/as docentes é realizada cotidianamente por intermédio da participação nas reuniões do Colegiado e do NDE do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa; na organização de projetos e parcerias do curso como o Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão e municipal das cidades com vínculo em estágio supervisionado; na organização de eventos, como o Seminário de Linguagens e Códigos e Estágio; na Infinitum - Revista do Centro de Ciências de São Bernardo como integrante do Conselho Editorial e na participação de pesquisa com os/as docentes do curso;

A Relação com os/as discentes ocorre por meio de diálogo permanente com as representações das Turmas 2015 a 2023 e com o Centro Acadêmico Frida Kahlo, nas reuniões do colegiado do curso, na organização de eventos e no acompanhamento dos/as estudantes que estão nos 7º e 8º semestres.

A Coordenação do Curso atua ainda nos Colegiados Superiores como conselheira do Centro de Ciências de São Bernardo (CCSB) e do Conselho de Administração (CONSEPE, CONSUN) da UFMA. A Coordenação do Curso, vinculada ao CCSB, tem como atribuição principal a coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de suas competências. É subordinada ao seu Colegiado, órgão consultivo e deliberativo, que acompanha as atividades didático-pedagógicas. As atribuições e competências estão previstas no Regimento Geral da UFMA e no Regimento Interno do Curso.

9.3 Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa está implantado e regulamentado, segundo Resolução do CONSEPE nº 856, de 30 de agosto de 2011, que rege sua estrutura e funcionamento, em consonância com o que prevê a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 e o Parecer nº 04, de 17 de junho 2010, e aprovado pelo Colegiado de Curso a 8 de maio de 2023.

O NDE é um órgão consultivo de apoio ao Colegiado do Curso com atribuições acadêmicas de auxiliar o desenvolvimento pedagógico, atuar no processo de concepção, consolidação e contínuo fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão no Curso, de formulação, implementação, desenvolvimento e acompanhamento constante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). É constituído por um grupo de docentes do Curso que, em seu âmbito, exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área do Curso, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela UFMA, e que atuem sobre o desenvolvimento geral do Curso.

Os membros do NDE são indicados pelo Colegiado do Curso e designados por meio de Portaria, a ser emitida pela Direção do CCSB, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ocorrer recondução para outros mandatos. Na composição do NDE

são selecionados pelo Colegiado do Curso docentes das áreas específicas e dos componentes de formação interdisciplinar. O NDE possui as atribuições e competências previstas no Regimento Interno do Curso e seu próprio Regimento.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído, observados os seguintes critérios:

- I - Participação obrigatória do Coordenador do Curso;
- II - Participação obrigatória de, no mínimo, 5 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, além do Coordenador;
- III - 60% (sessenta por cento) dos membros devem ter titulação de mestre e/ou doutores; e,
- IV - 40% (quarenta por cento) dos membros devem ter regime de trabalho de tempo integral.

Os membros do NDE são indicados pelo Colegiado do Curso e designados por meio de Portaria, a ser emitida pela Direção do CCSB, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ocorrer recondução para outros mandatos.

Os membros do NDE são indicados pelo Colegiado do Curso observando sua legislação vigente e designados por Portaria pela Direção do CCSB. As reuniões do NDE seguem as normativas do Colegiado do Curso e serão secretariadas pelo técnico-administrativo em educação lotado na Subunidade Acadêmica. Esse órgão terá regulamentação interna própria com indicações de competências e atribuições, sendo essa regulamentação aprovada pelo Colegiado do Curso.

9.4 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo e deliberativo que planeja, acompanha e avalia as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do Curso. O Colegiado do Curso tem a seguinte composição:

- I - o Coordenador do Curso, como seu Presidente;
- II - 5 (cinco) docentes indicados pelo Colegiado da Subunidade Acadêmica de base do Curso, preferencialmente dentre os docentes que nele lecionem;
- III - 3 (três) docentes indicados pelas demais Assembleias e/ou Colegiados das Subunidades Acadêmicas que ofereçam componentes curriculares no Curso, preferencialmente dentre os docentes que nele lecionem;

IV - representação discente, na proporção de 02 (dois) décimos dos docentes membros do Colegiado, indicada pelo Diretório ou unidade estudantil do Curso; e

V - representação do corpo técnico-administrativo em educação lotado na Subunidade Acadêmica, na proporção de um décimo dos docentes membros do Colegiado.

As atribuições e competências do Colegiado no Regimento Geral da UFMA e no Regimento Interno do Curso.

9.5 Corpo Docente

Os docentes do curso realizaram a Pós-Graduação em programas *stricto sensu* reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

É importante destacar que a maior parte dos/as docentes do curso atuaram na elaboração e na reformulação do PPC; participaram ativamente na concepção e avaliação da licenciatura, na organização dos eventos e na condução dos trabalhos com os eixos interdisciplinares.

Os/as docentes que lecionam no curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa possuem uma sólida formação na área, realizam pesquisas e publicações sobre temas pertinentes à área e integram grupos de pesquisas locais, nacionais e internacionais, o que possibilita o intercâmbio permanente com investigadores/as da área.

Destacamos que o corpo docente é composto por docentes que compõem o quadro direto do Colegiado de curso e por docentes de outros Cursos do Centro de Ciências e da UFMA como um todo que contribuem no processo de formação do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

NOME	CH	REGIME	TITULAÇÃO
Alex Alves Egido	40	DE	Doutor
Fabrcio Tavares de Moraes	40	DE	Doutor
Claudia Letícia Gonçalves Moraes	40	DE	Doutora
Edmilson Moreira Rodrigues	40	DE	Doutor
Eliane Pereira dos Santos	40	DE	Doutora

Janine Alessandra Perini	40	DE	Doutora
José Marcelo Costa dos Santos	40	DE	Doutor
Marcelo Nicomedes	40	DE	Doutor
Maria Francisca da Silva	40	DE	Doutora
Rachel Sousa Tavares	40	DE	Doutora
Theciana Silva Silveira	40	DE	Doutora
Rayron Lennon Costa Sousa	40	DE	Doutor
Thiago Pereira Lima	40	DE	Doutor
Karine Martins Sobral	40	DE	Doutora
Katia Cilene Ferreira França	40	DE	Doutora

A Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa possui 15 (quinze) docentes/as, que exercem suas atividades, todos são doutores, sendo que cinco professores são lotados em outras subunidades e atuam permanente nos trabalhos do Curso com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A experiência dos docentes do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa na Educação Básica, fortalece a relação teoria e prática na formação de futuros docentes, uma vez que esses docentes formadores têm sobre sua prática educativa não apenas o conhecimento teórico sobre os diferentes componentes curriculares do curso, mas, além disso, possuem a experiência de quem já vivenciou a realidade de contexto de ensino da educação básica. Isso permite pensar, junto aos licenciados, estratégias metodológicas no campo da pesquisa, ensino e extensão, atividades exequíveis e produtivas para as dinâmicas práticas, como aquelas realizadas nos componentes: PCC e Estágio Curricular Obrigatório. Ainda podemos destacar, nesse sentido, a relevância dessa experiência com a educação básica por facilitar a didatização dos conteúdos teóricos por parte dos docentes do curso, e conseqüentemente, permitir que o licenciando utilize esses conteúdos teóricos para fortalecer sua prática docente na Educação Básica.

A docência no magistério da educação básica possibilita uma visão integrada do currículo e da disciplina a ser trabalhada, pois requer um domínio global do conteúdo a ser ministrado e de diversas metodologias como o objetivo de possibilitar que os/as discentes tenham empatia com o currículo a ser estudado. Nesse sentido, o exercício da docência na educação básica contribui para uma cultura educativa que

se oriente pela utilização de procedimentos metodológicos mais adequados às realidades dos/as estudantes e que possibilite a vivência na construção e na socialização de conhecimentos, percebendo seus limites e suas potencialidades.

A docência na educação básica nos faz refletir sobre os saberes de que somos portadores e nos faz refletir sobre a prática. À vista disso, algumas questões se apresentam como desafios a serem superados no exercício da docência, quais sejam: a relação dinâmica com os processos educativos escolares e não-escolares; a diversidade de metodologias e técnicas de ensino; o reconhecimento da diferença como constituinte das relações educativas.

A experiência na Educação Básica do docente formador de futuros docentes enriquece a formação docente, haja vista que esse docente fala de um lugar social que ele conhece na prática. A sua vivência lhe permitiu construir o saber empírico, adquirido no cotidiano das relações sociais com os sujeitos daquele contexto, na dinâmica das interações, dos desafios, das dificuldades, na dinâmica do que é ou não recorrente no contexto de ensino da educação básica. Esse conhecimento é de fundamental importância para uma formação docente que desenvolva habilidades necessárias para o licenciando relacionar teoria e prática na elaboração de metodologias eficazes no ensino de Língua Portuguesa, no que se refere não apenas aos conteúdos, mas também ao fortalecimento de um ensino voltado para a criticidade, ética e autonomia do sujeito aprendiz. Ao docente da educação básica cabe, além de exercer um papel fundamental na construção de identidades sociais e coletivas, possibilitar a formação de jovens autônomos e conscientes de suas responsabilidades sociais e profissionais. Nessa direção, ensinar é muito mais que transmitir conteúdos mecanicamente memorizados.

O/a docente/a da Educação Básica, para realizar o seu trabalho com competência, necessita articular conhecimentos acadêmicos com conhecimentos oriundos das comunidades e das pessoas envolvidas no seu ato educativo. Para tanto, é imprescindível ter uma concepção de educação que a entenda como possibilidade de humanização, de fortalecimento da autonomia discente e, sendo assim, uma concepção de ser humano como sujeito de seu conhecimento, de sua história e da sociedade em que vive. A experiência com o ensino na Educação Básica possibilita ao docente formador de futuros docentes se antecipar diante de determinadas situações, buscando soluções e adequações necessárias para uma formação docente mais sólida.

O docente com experiência prática no contexto de ensino possui as lentes da memória sócio-cultural e histórica da realidade que será enfrentada pelos licenciandos, enquanto estagiários e futuros docentes. Esse olhar experiente permite a reflexão-ação-reflexão, permite a formação de docentes pesquisadores, pois a escola passa a ser laboratório de pesquisa, e não apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas espaço para reflexão sobre a língua enquanto instância sócio-histórica, falada por diferentes sujeitos, que precisam ser respeitados em sua diversidade, identidade, autonomia e protagonismo de sua própria existência e aprendizagem.

O número expressivo de docentes no curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa que atuaram na educação básica possibilita a reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, práticas curriculares e avaliativas desenvolvidas nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio e em diferentes modalidades educativas como educação de jovens e adultos, a fim de fundamentar processos formativos no ensino superior que oriente o fazer docente para a realização de uma educação de qualidade social.

A avaliação do docente seguirá as normas da Instituição de Ensino, apontando de forma especial reuniões em sala de aula ao término de cada atividade formativa, participação de representação discente nas reuniões de colegiado de curso, bem como por meio do SIGAA, ao fim de cada semestre letivo, sendo esta avaliação um requisito obrigatório para proceder com a matrícula subsequente do discente.

9.6 Infraestrutura do Centro de Ciências de São Bernardo

O Centro de Ciências de São Bernardo conta, atualmente, com um prédio construído para abrigar os cursos em funcionamento no campus (Interdisciplinar em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Turismo) e um prédio para o Linguagens e Códigos/Música. O prédio Central tem arquitetura que inclui 15 (quinze) salas de aula, uma sala de reunião com multimídias, 4 (quatro) salas de coordenações, uma sala com divisões de setores administrativos, seis núcleos/laboratórios, ~~uma sala de~~ Laboratório de Informática, ~~uma~~ Biblioteca Setorial, Auditório para 70 pessoas, uma sala de estudos, uma sala de docentes e uma sala da direção do Centro. Acrescentamos a existência do Prédio da Licenciatura

em Linguagens e Códigos/Música com laboratórios próprios, miniauditório, salas de estudos, núcleo de ensino, pesquisa e extensão, salas administrativas e sala de docentes, espaço que pode ser utilizado pelo Curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa quando necessário para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

9.7 Salas de Aula e Espaços de Trabalho

A Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa utiliza as dependências do Centro de Ciências de São Bernardo para a realização das aulas. As salas de aulas são climatizadas, possibilitando maior conforto aos/as discentes e aos/as docentes, tendo em vista as altas temperaturas existentes na região. As salas têm iluminação adequada, além de possuírem janelas que possibilitam o aproveitamento da iluminação natural. Todas as salas têm mobília de trabalho para os/as docentes e cadeiras de estudo para os/as discentes e possuem quadro branco. Na administração do Centro de Ciências de São Bernardo há a disponibilização de notebooks, datashows e caixa de som para serem utilizadas pelos/as docentes em suas aulas. As salas estão em bom estado de limpeza e de manutenção, comportam até 60 (sessenta) estudantes e têm acessibilidade.

O espaço destinado ao trabalho do/a Coordenador/a é o gabinete onde funciona a Coordenação do Curso, situado numa sala do Centro de Ciências de São Bernardo. O espaço possui acessibilidade, é climatizado, bem iluminado e tem boas condições de limpeza e de manutenção. A sala da coordenação do curso possui: três mesas de trabalho com dois computadores, uma impressora, um telefone, uma mesa de reuniões com quatro cadeiras, armários para diversos. No momento estamos no processo de digitalização de toda a documentação dos 1) documentos dos/as estudantes; 2) documentos dos/as docentes, atas das reuniões do Colegiado e do NDE, documentos de parcerias e de projetos; 3) livros e materiais de escritório. Possui um bebedouro de uso coletivo.

Os/as docentes utilizam uma sala de compartilhamento coletivo de trabalho, localizado no Centro de Ciências de São Bernardo, para todos os cursos. O Curso possui ainda uma sala do Núcleo/Laboratório Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa que é usada pelos docentes que possui mesas,

cadeiras, computador, estantes e armários que possibilita a troca de vivências e experiências, espaço adequado para docentes tempo integral, que são espaços compartilhados pelos docentes destinados a realização de atividades acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, recepção de discentes para assuntos diversos e orientações.

Este espaço atende às necessidades institucionais e dispõe de recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantindo privacidade para o atendimento a discentes e orientandos, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Estes espaços atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, climatização, conservação e comodidade necessárias à atividade desenvolvida, permitindo a adequada permanência do corpo docente na Instituição. O que viabiliza um trabalho com comodidade aos docentes.

9.8 Laboratório didático de uso específico pelo curso

O Núcleo/Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão constitui o Laboratório didático-formativo do Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa que é utilizado pelos/as docentes e discentes. Essa sala é de uso coletivo e é utilizada pelos/as docentes para a realização de reuniões, com mesas de estudos, cadeira, computador, internet, climatização e está devidamente adequada para atender as demandas do Curso. A sala do Núcleo/Laboratório responde satisfatoriamente às necessidades do curso, no tocante à infraestrutura física.

9.9 Biblioteca Setorial

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências de São Bernardo tem como missão apoiar a UFMA nas funções de ensino, pesquisa e extensão, bem como preservar a informação, possibilitando a sua recuperação e difusão, através de serviços e produtos ofertados à comunidade na qual está inserida, absorvendo para si a responsabilidade de proporcionar a disseminação de conhecimentos capazes de provocar mudanças individuais, sociais, políticas e econômicas. Sua visão baseia-se em ser uma biblioteca setorial proativa e de referência no que tange ao acesso à

produção do conhecimento científico, técnico e cultural, bem como ao gerenciamento dos produtos e serviços que permeiam os recursos informacionais da Universidade, a fim de agregar valores.

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências de São Bernardo possui área de 160m², apropriada para armazenar e disponibilizar o acervo bibliográfico da instituição, dispõe ainda de uma área para atendimento técnico-administrativo referente à circulação de materiais bibliográficos (empréstimos, devoluções e renovações). Possui espaço específico para pesquisa em cinco computadores, seis mesas para estudo em grupo e nove cabines para estudo individual, conforme Quadro 01 - demonstrativo de infraestrutura. Todo o gerenciamento da biblioteca é realizado por meio do SIGAA.

As disciplinas constantes na estrutura curricular do curso apresentam bibliografia básica, no mínimo 3 (três), compatível com o número de vagas, referendado em Relatório de Adequação feito pelo Núcleo Docente Estruturante do curso. Procura-se manter a bibliografia do ementário do curso atualizada, conforme Relatório de Adequação da Biblioteca, encaminhado pelo NDE do Curso. Os livros encontram-se informatizados na Biblioteca e tombados no patrimônio da UFMA, estando disponível para toda a comunidade acadêmica.

Todas as disciplinas constantes na estrutura curricular do curso apresentam bibliografia complementar de três títulos, que estão disponíveis nas bibliotecas da UFMA – Centro de Ciência de São Bernardo e/ou são acessíveis por meio eletrônico. A quantidade de exemplares é suficiente para atender aos/às estudantes do curso, os livros encontram-se informatizados na Biblioteca e tombados no patrimônio da UFMA. Além disso, é disponibilizado aos/às estudantes a base virtual da Biblioteca, a qual oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Quadro 1 – Demonstrativo de infraestrutura

Equipamentos	Acervo	Acessibilidade	Conservação	Comodidade
9 computadores 42 assentos 8 mesas 9 cabines para estudo individual 1 armário 1 telefone	3.221 títulos 8.428 materiais	Sistema leitor Dosvox	Limpeza do ambiente Manutenção dos equipamentos Campanha de preservação do acervo	4 aparelhos de ar condicionado

Fonte: Biblioteca do Centro de Ciências de São Bernardo (2023)

A biblioteca possui um acervo total de 3.221 títulos e 8.428 materiais, incluindo livros do acervo circulante, periódicos, obras de referência, multimeios, publicações do Maranhão, publicações da UFMA e outros materiais.

A equipe de trabalho da biblioteca é composta por duas bibliotecárias e quatro bolsistas. As atividades, atribuições de competências encontram-se na regulamentação da Biblioteca.

9.9.1 Recursos Informacionais Digitais

Somando-se ao acervo físico, a Diretoria Integrada de Bibliotecas – DIB/UFMA disponibiliza também um acervo digital composto por bases de dados, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Repositório Institucional e o Repositório de Monografias.

Em relação aos acervos virtuais da UFMA, temos:

Bases de dados:

- a) vLex - Informação Jurídica Inteligente;
- b) ScienceDirect;
- c) Audiobook Collection (EBSCOhost);
- d) Target GEDweb (Normas ABNT e AMN).

Livros digitais das editoras:

- a) E-papers - coleção de livros digitais com dezenas de títulos publicados pela editora E-papers cobrindo as mais diversas áreas do conhecimento;
- b) Zahar - coleção de livros digitais com mais de cem títulos abrangendo as áreas de ciências humanas e sociais;
- c) Atheneu - títulos nas áreas de Medicina e Ciências da Saúde.
- d) Springer - cobertura nas principais áreas de Ciência, Tecnologia e Medicina.

Além das bases de dados e editoras virtuais acima citadas, a comunidade acadêmica também possui acesso ao Portal de Periódicos da Capes (conteúdo assinado) e Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA.

O Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão é um projeto do Diretoria Integrada de Bibliotecas, que tem por objetivo promover o acesso e a visibilidade dos periódicos científicos da Instituição.

Infinitum: Revista Multidisciplinar

A Infinitum: Revista Multidisciplinar é uma revista científica criada pelos cinco cursos de graduação do Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de São Bernardo – Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Licenciatura em Ciências Naturais/Química, Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Licenciatura em Linguagens e Códigos/Música e Bacharelado em Turismo, que tem por objetivo divulgar estudos, pesquisas, reflexões e ensaios nos campos da Educação, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Linguística, Literatura, Música e Turismo.

O periódico é dividido em duas seções, uma temática e outra de caráter livre. Na seção temática são aceitos artigos inéditos pertinentes ao dossiê temático. Já a seção livre funciona em fluxo contínuo, estando aberta para submissão de trabalhos inéditos tais como: artigos, resenhas, ensaios e entrevistas. A revista Infinitum possui periodicidade semestral e é avaliada com Qualis B1 (Quadriênio 2017-2020).

O acesso aos itens mencionados é feito através do site da UFMA (<https://portalpadrao.ufma.br/site>), guia Biblioteca, módulo Acervo.

9.10 Outros Espaços Físicos

O Centro de Ciências de São Bernardo conta com outros locais de socialização e permanência dos licenciandos no locus universitário. Espaços como: o hall com bancos e puffs, a quadra esportiva denominada Keliane da Silva Viana, usada para eventos e atividades de formação e lazer, além da prática de esportes; o refeitório universitário, espaço amplo e de apoio a alimentação de licenciandos, docentes, técnicos e comunidade em geral; a praça do Cajueiro, espaço para apresentação de saraus, atividades artística e ambientação dos discentes; campo de grama, para atividades físicas, jogos e parceria com a comunidade, uma extensa área verde, que possibilita espaço de vivência para todos.

10. EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

A seguir, organizamos as ementas e referências que balizam a formação dos licenciandos do Curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa. O ementário está organizado em Núcleos (Formação, Formação Interdisciplinar, Optativas e Eletivas).

10.1 Núcleo de Formação

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL (60h)

Ementa: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros: seminário, resumo, resenha, ensaio, artigo de opinião. A construção do ponto de vista e da argumentação. Organização de parágrafos e uso de conectivos. Autoria e intertextualidade.

Referências básicas

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática Textual:** atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília. **Planejar gêneros acadêmicos.** São Paulo: Parábola, 2005.
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Referências Complementares

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos (org). **Planejar gêneros acadêmicos**: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. **Língua portuguesa**: prática de redação para estudantes universitários. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PLATIN, C. **A argumentação**: História, teorias e perspectivas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: parábola, 2008.

INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA (60h)

Ementa: A natureza da Linguagem Humana. Linguística: conceito e objeto de estudo. Linguagem, língua e fala. Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo linguístico.

Referências básicas

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. (org) et al. **Linguística funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015.

MARTELOTTA, M.E. (org) et al. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Referências Complementares

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística I**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, José Luiz Org. **Introdução a linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 2 v.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2005.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1987.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org). **Introdução a linguística**: domínios e fronteiras. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOCIOLINGUÍSTICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA (45h)

Ementa: Estudo de questões teóricas e metodológicas vinculadas à relação língua e sociedade. Variação e mudança linguística. Pesquisa Sociolinguística. A sociolinguística e o ensino de língua materna.

Referências básicas

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002

LABOV, Willian. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

Referências Complementares

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna**: letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2008.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOLLICA, Maria Cecília; Maria L. Braga. **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: A palavra e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Os mecanismos flexionais e derivacionais. As categorias gramaticais. O problema da classificação das classes: critérios morfológico, sintático e semântico.

Referências básicas

CAMARA Jr., Joaquim M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

KOCH, Ingedore Villaça; SOUZA e SILVA, Maria Cecília Perez de. **Linguística Aplicada ao Português**: Morfologia. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

Referências Complementares

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença**: estudo introdutório. São Paulo: Parábola, 2011.

PETTER, M. M. T. Morfologia. In: J. L. Fiorin (Org.) **Introdução à linguística I**: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2008.

SAUTCHUK, Inez. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo) sintática. Barueri: Manoele, 2012.

SILVA, Maria Cecília Perez de Souza e; Koch, I. G.V. **Linguística Aplicada ao Português :morfologia**. São Paulo: Cortez, 2014.

TEORIA LITERÁRIA I (45h)

Ementa: A constituição da teoria da literatura: breve histórico enquanto campo de saber. Estudo de questões referentes às conceituações de Literatura e de Teoria da Literatura. Os gêneros literários: esquemas classificatórios e ruptura dos gêneros. Prosa e Poesia. Panorama dos movimentos literários: abordagem formalista, psicanalítica e sociológica.

Referências Básicas

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Referências Complementares

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013.
MOISÉS, Massaud. **A literatura através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2012.
STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da literatura**. Coimbra: Almedina, 1997.
EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LINGÜÍSTICA TEXTUAL (45h)

Ementa: Contextualização histórica e objeto de estudo da linguística textual: A perspectiva sociocognitivo-interacionista do processamento textual. Princípios de construção textual do sentido: intertextualidade e polifonia, coerência, coesão, informatividade e situacionalidade. A relação entre texto e hipertexto.

Referências básicas

KOCH, Ingedore Villaça, ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: contexto, 2008.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Referências Complementares

BARROS, Diana Luz Pessoa; Fiorin, José Luiz (orgs). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003.
FAVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística Textual**: introdução. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983
KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina & CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2012.
KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo, Parábola, 2012.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA (60h)

Ementa: Estudo dos processos de significação, focalizando a organização léxico-semântica de textos orais e escritos. Semântica formalista e Semântica contextual. Definição e campo de estudo da pragmática: implicaturas conversacionais, teoria dos atos de fala, teoria da polidez. Relação da Semântica e da Pragmática com o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

Referências básicas

CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: ed. da UFMG, 2012.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. **Arquitetura da conversação**: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Referências Complementares

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: parábola: 2005.

FIORIN, J. L. A (ORG) **Introdução à linguística I**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à linguística**: II. princípios de análise. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003

LEVINSON, S.C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TAMBA-MECZ, I. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.

TEORIA LITERÁRIA II (45h)

Ementa: Estudo de correntes representativas da reflexão crítico-teórica sobre o texto literário, do século XIX à atualidade. Reflexão sobre teorias críticas que orientem a leitura investigativa do texto de feição literária. Leitura de análises apoiadas nas principais correntes críticas.

Referências Básicas

SOUZA, Roberto Acízelo. **Teoria da Literatura**. São Paulo. Ed. Ática: 2007.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. SP: Perspectiva, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Referências Complementares

BRUNEL, Pierre; PICHOS, C. L.; ROUSSEAU, A. M. **Que é literatura comparada?** São Paulo: Perspectiva, 1995.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Petrópolis: Vozes,

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

KERMODE, Frank. O sentido de um fim: estudos sobre a teoria da ficção. São Paulo: Todavia, 2023.

POUND, Ezra. **O ABC da literatura**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: Estudo dos processos de estruturação sintática no português do Brasil, numa perspectiva formal e funcional. Gramaticalidade e uso. Apresentação da relação entre fenômenos sintáticos e fenômenos pragmáticos na estrutura da sentença e do enunciado em língua portuguesa. Sintaxe e o ensino de língua Portuguesa na Educação Básica.

Referências básicas

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, O. M. B.; PAVANI, Cinara Ferreira. **prática textual: atividades de leitura e escrita**. Petrópolis; Vozes, 215.

PERINI, Mário. **A Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

Referências Complementares

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990

KOCH, Ingedore Villaça; SOUZA e SILVA, Maria Cecília Perez de. **Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português: aplicação ao estruturalismo linguístico**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 7.ED. São Paulo: Ática, 1997.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ANÁLISE DO DISCURSO (60h)

Ementa:

Princípios teórico-metodológicos e contextos epistemológicos da Análise do Discurso. Estudo de questões relacionadas ao discurso como prática social, focalizando noções de subjetividade, ideologia, discurso midiático. Estudo de conceitos e metodologias constituídos pelo Círculo de Bakhtin em torno do princípio dialógico da linguagem.

Referências básicas

BAKHTIN, M.M/VOLÓCHINOV. V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da**. São Paulo: Hucitec, 2014

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Referências Complementares

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2019.

POSSENTI, Sirio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GÊNEROS TEXTUAIS E PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA (60h)

Ementa: Os gêneros discursivos/textuais nos estudos contemporâneos da linguagem numa abordagem dialógica e sócio-retórica. Tratamento de questões teórico-metodológicas relativas ao ensino de gêneros textuais na escola. Compreensão de gráficos e índices como gêneros multissemióticos.

Referências Básicas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. São Paulo: Parábola, 2012. Trad.: Judith Chambliss Hoffnagel et al.

Referências complementares

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais tipificação e Interação**. Organização de Ângela Paiva Dionísio e Judith Chamblis Hoffnagel. Revisão técnica de Ana Regina Vieira et al. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BEZERRA, B.G. **Gêneros no contexto brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

ROJO, Roxane Helena R; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo; Parábola, 2015.

LITERATURA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Periodização da literatura portuguesa. A Literatura Portuguesa do Trovadorismo às tendências contemporâneas: obras e autores representativos. Intertextos.

Referências Básicas

ABDALA-JR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo, Ática, 1990.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 25. ed. São Paulo, Cultrix, 1999.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Ed. Porto, 2001.

Referências Complementares

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959.

CORRADIN, FLAVIA MARIA. **A literatura portuguesa em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1992.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro: imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MOISÉS, Massaud. **Pequeno dicionário de literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1987.

NOÇÕES DE FONÉTICA E FONOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: Fonética e Fonologia: conceito, objeto de estudo e abordagens históricas. A fonética articulatória. A descrição do sistema fonológico da língua portuguesa (vogais, consoantes, acento, sílaba). Consciência fonológica: implicações para a aquisição da escrita.

Referências básicas

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica**: introdução à teoria e prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Edição do autor, 1997.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZAROTTO-Volcão, Cristiane. **Para Conhecer Fonética e Fonologia do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

Referências Complementares

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica**: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

CALLON, Dinah; LEITE, Yon. **Iniciação à fonética e à fonologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

HENRIQUES, Claudio Cesar. **Fonética, fonologia e ortografia**. São Paulo: Gen, 2012.

SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e escrita**: fonologia em nova chave. São Paulo: Parábola, 2006.

FIORIN, José Luiz. (org). **Introdução à linguística II**: Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2008.

LITERATURA BRASILEIRA I: DA FORMAÇÃO AO SÉCULO XIX (60h)

Ementa: Manifestações literárias do período colonial. Configuração de um sistema literário. Estudo contextualizado e crítico da produção literária dos séculos, XVI, XVIII e XIX, priorizando as obras consagradas como paradigmas das literaturas de expressão brasileira e os enfoques críticos que se constituíram, historicamente, como interpretações e análises das principais dinâmicas formativas da literatura nacional.

Referências Básicas

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2012.

Referências Complementares

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013.

SAMUEL, Roger (Org.). **Manual da teoria literária**. 14a ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2001.

STALLONI, Yves. **Os gêneros literários**. Trad. de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1997.

THEOBALDO, Carlos Eduardo. **A contribuição Jesuítica na implantação do português do Brasil**. Disponível em: <<https://www.espacoacademico.com.br/087/87theobaldo.htm>>.

LITERATURA BRASILEIRA II: DO SÉCULO XX À CONTEMPORANEIDADE (45h)

Ementa: Estudo contextualizado e crítico da produção literária do século XX e XXI, priorizando as obras consagradas como paradigmas das literaturas de expressão brasileira. Autores e obras da literatura contemporânea: abordagens histórica, estética e cultural. Apresentação das atuais correntes críticas e modelos de interpretação da formação histórica da literatura brasileira.

Referências Básicas

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**.

BANDEIRA, Manuel. **Apresentação da poesia brasileira**. Seguida de uma antologia/posfácio de Otto Maria Carpeaux. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

Referências Complementares

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. V. I. Das origens ao Romantismo. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **História da Literatura Brasileira**. V. II. Realismo e Simbolismo. São Paulo: Cultrix, 2004.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa: a ficção brasileira modernista**. Disponível em: <[file:///C:/37865-44525-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/37865-44525-1-PB%20(3).pdf)>.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira Pinto a Machado de Assis**. 5. ed. Brasília: Ed. UNB, 2005.

LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Visão panorâmica das literaturas produzidas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, por meio de informações básicas sobre os estilos de época, bem como os escritores e obras mais representativas. Ecos e reflexos africanos na literatura brasileira. Discussão, planejamento e aplicação de ação de extensão no contexto da escola-campo/comunidade, dando voz a escritas negras e decoloniais.

Referências Básicas

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: a literatura guineense e a narração da nação. 2005. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
FERREIRA, Manuel. Literaturas africanas de expressão portuguesa. São Paulo: Ática, 1997.

MELO, Elisabete. **História da África e afro-brasileira**: em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Referências Complementares

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**: experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa**: percursos da memória e outros trânsitos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

MOUTINHO, J. V. (org.). **Contos populares de Angola**. Folclore quimbundo. São Paulo: Landy Editora, 2002.

LEITE, Ana Mafalda. Literaturas africanas e formulações pós-coloniais. Maputo: UEM, 2003.

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL (60h)

Ementa: História da literatura infantil e juvenil das origens aos nossos dias. Estudo sobre a representação literária do mundo, a linguagem e a ilustração nos livros contemporâneos para crianças e jovens. Descrição dos subgêneros literários. Texto literário como importante instrumento de formação de leitores e sua importância para o desenvolvimento do senso estético e crítico. Do imaginário ao real. A literatura infantil e juvenil e a educação. Discussão, planejamento e aplicação de ação de extensão no contexto da escola-campo/comunidade, com intuito de disseminar espaços de leitura e conhecimento a partir da Literatura Infantil e Juvenil.

Referências Básicas

CADEMARTORI, Lúcia. **O que é literatura infantil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. Panorama histórico da literatura infanto-juvenil. São Paulo: Ática,

COLOMER, Teresa. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil Atual**. Trad. Laura Sandroni. 1. ed. São Paulo: 2017.

Referências Complementares

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fada**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CADEMARTORI, Lúcia. **O que é literatura infantil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

GOÉS, Lucia Pimentel. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Pioneira, 1991.

KLEIMAN, A. MORAES, S. **Leitura e interdisciplinaridade**: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: Modelos de periodização tradicional do processo de formação do português. Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, considerando aspectos fonológicos, morfossintáticos e pragmático/discursivos.

Referências básicas

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo, Ática, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Referências Complementares

CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

COUTINHO, Ismael. **Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002

SPINA, Segismundo (org.). **História da língua portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014

ESTUDOS LITERÁRIOS MARANHENSES (75h)

Ementa: Literatura maranhense: panorama geral – primórdios, formação, movimentos e agremiações. Poesia maranhense: principais representantes (neoclássicos e românticos, parnasianos, simbolistas, modernistas, contemporâneos da atualidade). A romanesca maranhense: principais autores e obras. Discussão, planejamento e aplicação de ação de extensão no contexto da escola-campo/comunidade, ampliando o conhecimento sobre a Literatura Maranhense, ênfase nas escritas de autores locais e regionais .

Referências Básicas

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. Rio de Janeiro: Alhambra, 2004.

NERES, José; CAVALCANTE, Dino (orgs.). **O século XX e a literatura maranhense**: reflexões sobre a narrativa em prosa. São Luís: EDUFMA, 2016.

Referências complementares

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **“Acorda Ateniense! Acorda Maranhão”!** Identidade e tradição no Maranhão de meados do século XX (1940-1960). São Luís: Edfuma, Ciências Humanas em Revista, v. 3, n. 02, 2005.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: SIOGE, 1977.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados e contos de Valério Santiago**. São Luís: Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, 1972.

CARVALHO, Antônio dos Reis. **A literatura maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2021.

SILVA, Régia Agostinho. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E II (60h)

Ementa: Trabalho de conclusão de curso envolvendo tema de pesquisa em uma ou mais linhas de pesquisa do curso. Percurso teórico e metodológico da pesquisa. Desenvolvimento de orientação, acompanhamento e avaliação da pesquisa. Tratamento da redação do TCC para a defesa, sob a orientação de um docente.

Referências Básicas

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Referências Complementares

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MACEDO, N.D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Loyola, 1994.

NAHUZ, Cecília dos Santos & FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para normalização de monografias**. 3. ed. ver, atual. e ampl. São Luís, 2002.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SALOMON, Dêlcio V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

10.2 Núcleo de Formação Específica e Interdisciplinar

LÍNGUA ESPANHOLA E QUESTÕES IDENTITÁRIAS (60h)

Ementa: Estudo do espanhol, enquanto língua em uso, por meio da integração das habilidades linguísticas. Construção de projetos temáticos e interdisciplinares voltados às questões identitárias de falantes de espanhol tanto no contexto local quanto global.

Referências Básicas

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GALERA, Maria Claudia. **Espanhol**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MASIP, Vicente. **Gramática española para brasileiros**: fonologia y fonética, ortografía, morfosintaxis. São Paulo: Parábola, 2010.

Referências Complementares

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol**. Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011.

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.). **Expresiones idiomáticas**. Valores y usos. S. Paulo: Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 1. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español**: paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.

REYES, Graciela. ¿ **Cómo escribir bien en Español?** Arcos Libros S.L.: Madrid, 1998.

LÍNGUA ESPANHOLA E QUESTÕES SOCIAIS (60h)

Ementa: Estudo do espanhol, enquanto língua em uso, por meio da integração das habilidades linguísticas. Construção de projetos temáticos e interdisciplinares voltados às questões sociais locais dos estudantes e que promovam a participação social deles por meio da língua-alvo e da construção da cidadania global.

Referências Básicas

GALERA, Maria Claudia. **Espanhol**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MASIP, Vicente. **Gramática española para brasileiros**: fonologia y fonética, ortografía, morfosintaxis. São Paulo: Parábola, 2010.

MICHAELIS: **MINIDICIONÁRIO ESPANHOL**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

Referências Complementares

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol**. Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011.

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.). **Expresiones idiomáticas**. Valores y usos. S. Paulo, Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 1. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español**: paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.

REYES, Graciela. ¿ **Cómo escribir bien en Español?** Arcos Libros S.L.: Madrid, 1998.

LÍNGUA ESPANHOLA E QUESTÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (75h)

Ementa: Estudo do espanhol enquanto língua em uso, por meio da integração das habilidades linguísticas. Construção de projetos temáticos e interdisciplinares voltados às questões didático-pedagógicas de falantes de espanhol - na posição de docentes

- no contexto educacional regional. Elaboração de proposta de trabalho interdisciplinar com Artes Visuais e Língua Portuguesa. A extensão universitária como processo interdisciplinar e transdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico com ênfase na capacidade de intervir em benefício da sociedade. Elaboração e aplicação de propostas de ação de extensão através de ensino na Educação Básica anos finais e/ou Ensino Médio, pautadas na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade objetivando o desenvolvimento social, articulando os componentes de Língua Espanhola, Artes Visuais e Língua Portuguesa.

Referências Básicas

GALERA, Maria Claudia. **Espanhol**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MASIP, Vicente. **Gramática espanhola para brasileiros**: fonologia y fonética, ortografia, morfosintaxis. São Paulo: Parábola, 2010.

MICHAELIS: MINIDICIONÁRIO ESPANHOL. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; MEC/SESu, 2006.

RODRIGUES, V. M. O FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DEBATE SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 4, n. 2, 2016. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/34562>. Acesso em: 5 mar. 2023.

JESUS, A. et al. Fundamentação e proposta de um projeto de extensão: construindo saberes através do computador e internet. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, 7., 2016, Ouro Preto. Anais eletrônicos [...]. Ouro Preto: UFOP, 2016.

Referências Complementares

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol**. Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011.

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.) **Expresiones idiomáticas**. Valores y usos. S. Paulo: Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 2. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español**: paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.

REYES, Graciela. ¿ **Cómo escribir bien en Español?** Arcos Libros S.L.: Madrid, 1998.

GRANVILLE, M. A. **Projetos no contexto de ensino, pesquisa e extensão: dimensões políticas, filosóficas e metodológicas**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

CALIGIORNE, D. O. Pesquisa, extensão e conhecimentos: diálogos possíveis. Curitiba: CRV, 2017.

MELLO, C. M. ALMEIDA NETO, J. R. M. PETRILLO, R. P. **Curricurização da extensão universitária: teoria/prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora processo, 2022.

COELHO, Maria Inês; COSTA, Anna Edith Bellico. (Orgs.). **A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

PEREIRA, Vanessa Villardi. **Espanhol interdisciplinar: o ensino que vai além da língua**. Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9GNMSS/1/tcc.vanessa_villardi_pereira.pdf. Acesso em 27 de maio de 2023.

LÍNGUA INGLESA E QUESTÕES IDENTITÁRIAS (60h)

Ementa: Estudo do inglês enquanto língua em uso, por meio da integração das habilidades linguísticas. Construção de projetos temáticos e interdisciplinares voltados às questões identitárias de falantes de inglês tanto no contexto local quanto global.

Referências Básicas

LIMA, Denilso de. **Gramática de uso da língua inglesa: a gramática do inglês na ponta da língua**. 1. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Aquisição de Segunda Língua**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2014.

RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Student book livro intro. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Referências Complementares

CARLISI, Karen & Susana Christie. **Tapestry Listening and Speaking 3**. Heinle, 2003.

CRAIG Thaine. **Cambridge Academic English: an integrated skills course for EAP - Intermediate**. CUP. New York: 2012

DAY, Richard R.; YANAMAKA, Junko. **Impact topics: 30 exciting topics to talk about in English**. Longman, 2001.

LIMA, Diógenes Cândido. O ensino de Língua Inglesa e a questão cultural. In: **Ensino Aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SWAN, C. W. & SWAN, M. **The good grammar book**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LÍNGUA INGLESA E QUESTÕES SOCIAIS (60h)

Ementa: Estudo do inglês enquanto língua em uso, por meio da integração das habilidades linguísticas. Construção de projetos temáticos e interdisciplinares voltados às questões sociais locais dos estudantes e que promovam a participação social deles por meio da língua-alvo.

Referências Básicas

MURPHY, R. **Essential Grammar in use – With answers and CD Room**. Martins Editora: São Paulo, 2010.

RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Student book livro intro. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Workbook. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Referências Complementares

KIMBROUGH, Victoria & FRANKEL, Irene. **Gateways 1** (student book and workbook). USA: Oxford University Press, 1998.

LAROY, Clement. **Pronunciation**. London: Oxford University Press, 1996.

LONGMAN, Básica. Dicionário Longman Escolar para Estudantes Brasileiros. 3. ed. 1995.

ROACH, Peter. **English Phonetics and Phonology**. London: Cambridge, 1999, (2 cds).

SWAN, C. W. & SWAN, M. **The good grammar book**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LÍNGUA INGLESA E QUESTÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (75h)

Ementa: Estudo do inglês enquanto língua em uso, por meio da integração das habilidades linguísticas. Construção de projetos temáticos e interdisciplinares voltados às questões didático-pedagógicas de falantes de inglês - na posição de docentes - no contexto educacional regional. A extensão universitária como processo interdisciplinar e transdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico com ênfase na capacidade de intervir em benefício da sociedade. Elaboração e aplicação de propostas de ação de extensão através de ensino na Educação Básica anos finais e/ou Ensino Médio, pautadas na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade objetivando o desenvolvimento social, articulando os componentes de Língua Inglesa, Artes Visuais e Língua Portuguesa.

Referências Básicas

SULIVAN, Michael. **English Learning Dictionary**. Co-Building Oxford. Grammar in use. Oxford.

RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Student book livro intro. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MURPHY, Raymond & ALTMAN, Roann. **Grammar in use**. London: Cambridge, 1998.

Referências Complementares

COLLINS COBUILD ENGLISH DICTIONARY. London: Harper Collins Publishers, 1998.

KIMBROUGH, Victoria & FRANKEL, Irene. **Gateways 1** (student book and workbook). USA: Oxford University Press, 1998.

LAROY, Clement. **Pronunciation**. London: Oxford University Press, 1996.

ROACH, Peter. **English Phonetics and Phonology**. London: Cambridge, 1999 (2 cds).

SWAN, C. W. & SWAN, M. **The good grammar book**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

TECNOLOGIAS NA CRIAÇÃO ARTÍSTICA E ELEMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL (75h)

Ementa: Análise dos recursos produzidos pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs) como ferramentas no auxílio à pesquisa e produção artística. Estudo das abordagens teóricas e práticas da comunicação visual e dos elementos da linguagem visual na criação de composições artísticas. Elaboração de propostas

de ação de Extensão universitária como processo político educacional, cultural, científico e tecnológico com ênfase na capacidade de intervir em benefício da sociedade com propostas de ações artísticas e culturais.

Referências Básicas

DOMINGUES, Diana. **A arte no século XXI**: a humanização das tecnologias. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

DONDIS, Donis. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. Léo Christiano; EDUFF, 2002.

Referências complementares

AMHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual**: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Ed São Paulo, 1980.

CAGE, John. **A cor na arte**. Martins Fontes. 2012

GUIMARAES, Luciano. **A cor como informação**: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2002.

KANDINSKY, Wassily. **Ponto e linha sobre plano**: contribuições à análise dos elementos da pintura. São Paulo: Martins Fontes: 2012.

PARENTE, André (org). **Imagem Máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: ed. 34 (coleção TRANS), 2008.

HISTÓRIA DA ARTE (60h)

Ementa: Conceitos básicos fundamentais para a leitura e compreensão do fenômeno artístico em diferentes contextos históricos: destaca elementos da arte na Pré-História, Egito Antigo, Oriente Próximo (Assíria /Babilônia/Creta/Fenícia), Arte Grega, Arte Bizantina, Arte Romana, (Românico e Gótico), Renascimento, Maneirismo, Barroco, Rococó, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Impressionismo e Pontilhismo, Pós Impressionistas, Expressionismo, Futurismo, Cubismo, Fovismo, Abstracionismo Geométrico, Dadaísmo, Surrealismo, Expressionismo Abstrato, Pop Art, Op Art, Minimalismo, Arte Cinética, Arte Povera, Hiper-realismo, Instalação, Happening e Arte Conceitual: Body Art; Performance, Land Art, Arte Pós-Moderna, Arte Digital e Arte Contemporânea.

Referências Básicas

ARGAN, G.C. **Arte moderna**: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A História da Arte**. Tradução de Álvaro Cabral. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HAUSER, ARNOLD. **História Social da Arte e da Literatura**. Editora: Martins Fontes, 2000.

Referências complementares

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 6. ed. São Paulo: Martins Pontes, 2014.

ARNHEIM, RUDOLF. **Arte e Percepção Visual**: uma psicologia da Visão Criadora. Editora: Thomson Learning, 2008.

FICHER, Ernst. **A Necessidade da Arte**. Rio de Janeiro: Ed Guanabara, 1970.

JANSON, H. W. e Janson. A. F. **Iniciação à História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. 21 ed. São Paulo: José Olympio, 2022.

ARTE BRASILEIRA E INFLUÊNCIAS DA CULTURA INDÍGENA, AFRICANA E EUROPEIA (60h)

Ementa: Estudo das influências culturais indígenas, africanas e europeias no Brasil, observando a relação arte e sociedade no âmbito dos rituais e espaços das artes visuais. Análise de formas e materiais expressivos da arte dos povos indígenas. Análise da arte africana e sua referência na arte afro-brasileira. Produção cultural em diferentes períodos da História: Período Colonial; Missão Artística Francesa; Semana de Arte Moderna; Arte Pós-moderna e Contemporânea. Arte Maranhense. Cultura material e imaterial com ênfase em expressões artísticas de São Bernardo.

Referências Básicas

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Arte do Maranhão, 1940-1990**. São Luís: Banco do Estado do Maranhão, 1994.
MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. Editora : Global Editora; 2ª edição, 2009.
VIDAL, Lux (org.). **Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel: Universidade de São Paulo: FAPESP, 1992.

Referências complementares

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
PERINI, Janine Alessandra. **Quilombo do Vale do Ribeira: uma contribuição para a formação de docentes**. Curitiba: Appris, 2021.
ROSA, Nereide Schilaro Santa; ROSA, Tatiane Schilaro Santa. **Arte Contemporânea no Brasil: do Final do Século XX ao Início do Século XXI**. Edições Pinakothek, 2015.
SILVA, DM. CALAÇA, M.CF. **Arte Africana e Afro-brasileira**. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

10.3 Núcleo de Formação Pedagógica

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Compreensão da educação como fenômeno político, histórico, social e cultural. História da educação da antiguidade aos nossos dias. A construção histórica das práticas educativas e das ideias pedagógicas no Brasil. Inter-relações entre elementos da História da Educação do Brasil. Educação das relações étnico-raciais.

Referências Básicas

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
MANACORDA, Mario Alighieri. **História da Educação: da antiguidade aos nossos Dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PILETTI, Claudino. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2012.

Referências complementares

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPPIR/INEP, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **História Geral da Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Editora Vozes: São Paulo, 2011.

FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (45h)

Ementa: Filosofia e educação. Concepção e importância da Filosofia para a educação. Filosofia e prática docente. Introdução às teorias filosóficas da educação à luz dos autores clássicos e contemporâneos. Relações entre: educação e trabalho, educação e poder, educação e cultura.

Referências Básicas

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010.

DALBOSCO, Cláudio A.; PAGNI, Pedro A.; GALLO, Sílvio (Orgs.). **Filosofia da educação como práxis humana**. São Paulo: Cortez, 2016.

Referências complementares

LIMA, Adenaidé Amorim; BARRETO, Denise Aparecida Brito; SANTOS, Tamires Dias dos (Orgs.). **Educação e formação docente**: reflexões filosóficas, estéticas, políticas e étnico-raciais. Curitiba: CRV, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEIXOTO, Adão José (Org.). **Filosofia, educação e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2010.

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Psicologia: história, conceito, objeto de estudo e campos de aplicação. A Psicologia como conhecimento científico. Psicologia e sua relação com a educação. Correntes teóricas da psicologia e suas repercussões na educação. O normal e o patológico. Fracasso escolar. Análise de situações-problemas do processo de ensino e aprendizagem com base no suporte teórico da psicologia.

Referências Básicas

BOCK, Ana M. Bahia; et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
CARRARA, Kester (org.). **Introdução à Psicologia da Educação**: Seis Abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Referências Complementares

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia do desenvolvimento humano**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
GOULARD, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
PILETTI, Nelson. **Psicologia da aprendizagem**: da teoria do conhecimento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2019.
RIES, B.; RODRIGUES, E. (Org.) **Psicologia e educação**: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (45h)

Ementa: A educação como processo social. Estudo das relações entre estado, sociedade e educação. A organização da vida social. Análise da relação entre sociedade e educação no Brasil. O objeto e o método da Sociologia em Durkheim, Marx e Weber. As principais correntes teóricas da Sociologia da Educação. A relação entre escola, família e sociedade.

Referências Básicas

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2014.
KRUPPA, Sônia M. Portella. **Sociologia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Referências Complementares

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. -17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
PRAXEDES, Walter; PILETTI, Nelson. **Principais correntes da Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2021.
PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**: da sala de aula aos conceitos gerais. São Paulo: Contexto, 2022.

DIDÁTICA (75h)

Ementa: Dimensões político-sociais, técnicas e humanas da Didática e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. O papel da Didática na formação do educador. A relação ensino-aprendizagem e seus elementos constitutivos. Tendências pedagógicas da prática escolar. A organização do processo didático-pedagógico: planejamento didático, planejamento interdisciplinar, aula como forma de organização do ensino, currículo escolar, planejamento educacional e avaliação educacional. A relação docente/discente no contexto da sala de aula.

Referências Básicas

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 36.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
FAZENDA, I. (Org). **Didática e interdisciplinaridade**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Referências complementares

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 2. ed. São Paulo: 2019.
HAYDT, Regina Célia. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. 17. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2007.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (60h)

Ementa: Aspectos Históricos da Educação Inclusiva. Fundamentos Legais da Educação Inclusiva no Brasil. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão escolar: princípios, fundamentos e políticas.

Referências Básicas

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos "is". 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.
JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
SKLIAR, Carlos; Et al. **Educação e Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

Referências complementares

BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.) **Inclusão e Escolarização**: Múltiplas Perspectivas. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na escola de discentes com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: Dp & A, 2012.

PACHECO, José, EGGERTSDÓTTIR, Rosa, GRETAR, L. Marinósson. **Caminhos para Inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROPOLI, Edilene Aparecida; et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: A estrutura política da sociedade brasileira. O papel do Estado em relação à educação. Políticas Públicas em Educação: definições e questões. A Legislação Educacional: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação e legislação referente ao Estado Federativo. A organização do sistema educacional brasileiro. Programas de gestão, financiamento e avaliação da Educação Básica.

Referências Básicas

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. 2. Ed. São Paulo: Avercamp, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NEY, Antonio. **Política Educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

Referências Complementares

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. 23. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. (org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. 3. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Direito à Educação**: A LDB de A a Z. São Paulo: Avercamp, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (75h)

Ementa: Educação de Surdos. Conceituação de Linguagem e Língua. Origem e características das línguas de sinais no mundo e no Brasil. Introdução aos estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Aspectos Socioculturais da Libras. Intermodalidade Linguística e Semiótica. Estruturas gramaticais da Libras: morfologia, fonética, fonologia, sintaxe, semântica e pragmática. Formação de Docentes com conhecimentos básicos de Libras. Sinalários específicos. Elaboração de propostas de ação de Extensão Universitária como processo político e educacional de inclusão linguística, identitária e cultural junto às comunidades escolares/comunidade.

Referências Básicas

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** *Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. **Tenho um discente surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências complementares

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras**. São Paulo: Parábola, 2012.

LUZ, Renato Dente. **Cenas Surdas: os surdos terão lugar no coração do Mundo?** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROSA, M. C. I. Ensino de Libras a crianças ouvintes como segunda língua e o fator possível de inclusão social. Curitiba - PR: Artêra Editorial, 2020.

TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO (75h)

Ementa: Políticas públicas para Informática Educativa. Classificação/Usos de softwares educacionais. A Internet como tecnologia para construção de conhecimentos. As novas tecnologias aplicadas à educação. Aspectos técnicos necessários ao docente no desempenho das TICs, com ênfase em questões pedagógicas no processo ensino/aprendizagem. Redes sociais na Internet. Elaboração e aplicação de ações de extensão no contexto da Educação Básica e/ou comunidade.

Referências Básicas

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP: 2012.

LEITE, Ligia Silva (coord.) **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: o uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas**. 10. ed. São Paulo: Érica, 2019.

Referências Complementares

BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cossete. **Comunicação Digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008.

COLL, César; et al (Orgs.). **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2006.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas para o docente na atualidade**. 9. ed. São Paulo: Érica, 2012.

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE (75 h)

Ementa: A relação entre Educação e Meio Ambiente. Histórico da Educação Ambiental (EA). Educação Ambiental: Princípios, conceitos, métodos e práticas. Abordagens teórico-metodológicas em Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental: Política Nacional de Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental. As mudanças climáticas e o Antropoceno. Educação Ambiental crítica, conflitos socioambientais e justiça ambiental. A Educação Ambiental e as articulações com o debate de gênero, étnico-racial e classe social. A Educação Ambiental nos espaços formais e não formais. A Educação Ambiental como tema transversal e interdisciplinar. Experiências de projetos interdisciplinares em Educação Ambiental. Estatística para índices humanos e sociais. O meio ambiente nos textos literários e não literários. Elaboração e aplicação de ação de extensão no contexto da Educação Básica e/ou comunidade.

Referências Básicas

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sociedade e Meio Ambiente**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2010.
MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Referências Complementares

FERREIRA, Nadja; TRISTÃO, Martha. **Educação ambiental em diálogo com Paulo Freire, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos**: tessitura de práticas socioambientais de movimentos instituintes de autoformação coletiva. 22. ed. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2015.
LÖWY, Michael Löwy. **CRISE ECOLÓGICA, CRISE CAPITALISTA, CRISE DE CIVILIZAÇÃO**: a alternativa ecossocialista. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.
PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014.
SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.
SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de atuação e educação ambiental. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TEROSSO, Marcos José. **Educação ambiental**: tendências pedagógicas, fontes epistemológicas e a pedagogia de projetos. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2015.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS (75h)

Ementa: Educação em Direitos Humanos: dimensões éticas, pedagógicas e metodológicas. Educação em Direitos Humanos no Brasil. Construção dos Direitos Humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos internacionais e nacionais no campo dos Direitos Humanos. Estatística para índices humanos e sociais. Os processos formativos de educação formal e não formal em Direitos

Humanos nos diferentes espaços educativos. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. Etnocentrismos, relativismos culturais e Direitos Humanos. Direitos Humanos e as questões socioambientais, étnico-raciais, de gênero, de sexualidade e de classe social. Direitos Humanos e laicidade do Estado. Políticas curriculares. Os Direitos Humanos como tema transversal e interdisciplinar. Projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. Elaboração e execução de ação de extensão no contexto da Educação Básica e/ou comunidade.

Referências Básicas:

CASTILHO, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2016.
CANDAU, Vera Maria. **Tecendo a cidade: oficinas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy Silveira; et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
LEMÕES, Tiago. Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegitimidade estatal no Brasil. Portugal: Editora CES. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2020.
MENDONÇA, Erasto Fortes. **Desafios à Educação em Direitos Humanos no Brasil**. N. 24. Brasília: CNTE, 2018.

Referências Complementares:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (orgs.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.
CANDAU, Vera Maria; et al. **Educação em direitos humanos e formação de docentes/as**. São Paulo: Cortez, 2013.
PAIVA, Angela Randolpho. **Direitos humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2012.
ANDRADE, Marcelo. **É a educação um direito humano?** Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.
CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO (75h)

Ementa: Introdução às noções relativas à Linguística Aplicada e Educação Linguística, com vistas a educadores/as críticos/as e éticos/as aos tempos atuais. Projeto interdisciplinar no ensino de línguas/linguagens. Possibilidades de abordagem integrada das habilidades linguísticas (compreensão e produção). Elaboração e execução de ação de extensão no contexto da Educação Básica e/ou comunidade.

Referências Básicas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Referências Complementares

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora**: sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

EGIDO, A. A.; CAMPOS, B. L. G. S. . Profissões em tela: uma experiência de desenvolvimento da consciência crítica em língua inglesa. **Leia Escola**, v. 22, p. 30-49, 2022.

OLIVEIRA, M. B. F.; SZUNDY, P. T. C. Práticas de multiletramentos na escola: por uma educação responsiva à contemporaneidade. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 9, n. 2. p. 184-205, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-45732014000200012>

PESSOA, R. R.; FREITAS, M. T. de de U. “Resistindo na boca da noite um gosto de sol”: pedagogia da pergunta como resistência democrática na educação linguística. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 217–232, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8662108>. Acesso em: 12 maio. 2023.

Rajagopalan, K. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

TONELLI, J. R. A. Do ensino de inglês para crianças à educação linguística em língua inglesa com elas: reflexões teóricas e redirecionamentos epistemológicos sob vozes múltiplas. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(62.1): 58-73, jan./abr. 2023.

NININ, Maria otília Guimarães. **Da pergunta como ato monológico avaliativo à pergunta como espaço para expansão dialógica**: uma investigação à luz da Linguística Aplicada sobre modos de perguntar. São Carlos: Pedro & João editores, 2013.

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS (60h)

Ementa: Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em Ciências Humanas e em Linguagens e Códigos. Tipos de pesquisa. Técnicas/instrumentos de observação e coleta de dados de pesquisa, procedimentos de análises dos dados coletados, etapas lógicas e metodológicas como elementos constituintes do projeto de pesquisa e acompanhamento da elaboração do projeto de TCC.

Referências Básicas

ANDRE, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos docentes**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2012.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Referências Complementares

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de et al. (Orgs). **Entrevista na Pesquisa em Educação – A prática Reflexiva**. 2. ed. Brasília: Líber Livros, 2008.

COSTA, Marco A. da. COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia da Pesquisa – Conceitos e Técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009.

DA COSTA, Robson Xavier; SILVA, Maria Betânia e; CARVALHO, Livia Marques (orgs.). **Pesquisas e metodologias em artes visuais** [recurso eletrônico] / João Pessoa : UFPB ; [Recife] : Editora UFPE, 2015.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Irany N. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Roca, 2007.

PEREIRA, Vanessa Villardi. **Espanhol interdisciplinar: o ensino que vai além da língua**. Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9GNMSS/1/tcc.vanessa_villardi_pereira.pdf. Acesso em 27 de maio de 2023.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (60h)

Ementa: Fundamentos da Metodologia Científica. Ciência e tipos de conhecimento. Métodos de estudo. Métodos e técnicas de pesquisa para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos (Projeto de pesquisa, Relatórios e Artigos). A organização de texto científico: normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (normas ABNT).

Referências Básicas

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 10. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

BASTOS, Cleverson Leite. KELLER, Vicente; MARTIN, Irineu; LENGRAUD, Paul. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Referências Complementares

COSTA, Marco A. da. COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VELOSO, Waldir de Pinho. **Metodologia do trabalho científico: normas técnicas para redação de trabalho científico**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

10.4 Núcleo de Prática como Componente Curricular

OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA DA REALIDADE ESCOLAR (60h)

Ementa: Observação em escolas do ensino fundamental nas anos finais e do ensino médio. Diagnóstico da comunidade. Diagnóstico da escola e seus profissionais. Metodologias de ensino. Análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola. Elaboração de relatório de diagnóstico.

Referências Básicas

ANDRÉ, M. E. D de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
ANDRÉ, Marli E. O papel da pesquisa na formação e na prática dos docentes. Campinas, Papirus, 2001.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Referências Complementares

ANDRE, Marli Elza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995- biblioteca central
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008
VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2001.
DORETO, Shirlei Aparecida; BELOTI, Adriana. CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E CONCEITOS CORRELATOS: A INFLUÊNCIA NO TRATO DA LÍNGUA E DA LINGUAGEM. **Encontros de Vista**, Recife, v. 8, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4470/482484192>.
SZEREMETA, Angélica. Metodologia e abordagem de campo: considerações sobre a utilização da etnografia como instrumento de pesquisa a partir da contribuição teórica de Mainardes e Magnani. **Revista LEVS/UNESP- Marília** | Ano 2017– Edição 19- Maio/2017 – ISSN 1983-2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/7019>.

METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Observações da prática do docente, em sala de aula. Aspectos teórico-práticos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa na integração dos eixos: oralidade, leitura, produção textual e análise linguística. Análise e produção de material didático: sequências didáticas e planos de aula . Análise de livros didáticos, a partir de critérios pré-estabelecidos. Análise de avaliações externas.

Referências básicas

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
ROJO, R; BARBOSA, J. P. Hipernormatização, multiletramentos e gêneros discursivos. São Paulo: Parábola, 2015.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

Referências Complementares

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

POSSENTI, Sirio. **Porque não ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SANTOS, Eliane Pereira, et al. O imaginário do docente na organização de material didático e no uso de metodologias de língua portuguesa no ensino remoto. **Porto das Letras**, Vol. 08, Nº 1, p. 384- 404, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/13168>

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA (60h)

Ementa: Fundamentos históricos, culturais, estéticos e pedagógicos para a metodologia do ensino de Literaturas. Análise de práticas metodológicas, abordagens e recursos no ensino de Literatura, através do estudo e da discussão em sala de aula das estratégias didáticas e problemas observados e socializados na escola. Base Nacional Comum Curricular e ensino de língua e literatura. Diagnósticos do ensino de Literatura no Brasil. O material didático na sala de aula e sua organicidade.

Referências Básicas

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

YUNES, Eliana. **Tecendo um leitor**: uma rede de fios cruzados. Curitiba: Aymará, 2009.

Referências Complementares

BECKER, Gislaíne. **(Re)Pensar a Educação e o Ensino da Literatura**. Revista Espaço Acadêmico, nº 105, fev. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9316/0>.

FARIAS, Alyere Silva; SOUZA, Andréa Grace Silva de; ALVES, José Hélder Pinheiro (orientador). **A literatura no Ensino Médio**: diálogo entre experiências. Associação de leitura no Brasil Anais 16. Universidade Federal de Campina Grande–PB. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anais16/sem11pdf/sm11ss08_05.

MORAES, Denise Rosana da Silva; GOMES, Iara de Oliveira; TERUYA, Teresa Kazuko. **Formação continuada de docentes e docenteas**: o PDE/PR. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n. 43, p. 183-201, set. 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/art13_43

NIERO, Pamela. **Ensino de literatura no Ensino Médio e a (de)formação de leitores**. Revista Língua e Educação. 2. ed. jul./2010. Disponível em: http://www.linguaeducacao.net/press/artigo_025_0710.pdf

SILVA, Ivanda Maria Martins. **Literatura em sala de aula**: da teoria literária à prática escolar. **Anais do Evento PG Letras 30 Anos**. Vol. I. Disponível em:

http://www.pgletras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/5.2_Ivanda. Melhores teses e dissertações/5.2_Ivanda.

OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO) (90h)

Ementa: Observação e pesquisa sobre a prática pedagógica de Língua Portuguesa e de Literatura no ensino Fundamental e Ensino Médio. Análise de materiais didáticos. Investigação sobre os processos de avaliações externas. Elaboração de material didático interdisciplinar, tais como: sequências didáticas, vídeo aulas, podcasts, quizzes, padlets, cruzadas, playlists, jogos de tabuleiro criados a partir de perguntas e respostas, dentre outros, enquanto metodologia de ensino a serem socializados na escola campo, em material impresso ou digital, levando em conta a interdisciplinaridade do curso. Participação em evento científico para socialização dos resultados das pesquisas realizadas durante a disciplina.

Referências básicas

BORDENAVE, J. Díaz; PEREIRA, Adair M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron **Aprendizagem invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Referências Complementares

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DA COSTA, Robson Xavier; SILVA, Maria Betânia e; CARVALHO, Livia Marques (orgs.). **Pesquisas e metodologias em artes visuais** [recurso eletrônico] / João Pessoa : UFPB ; [Recife] : Editora UFPE, 2015.

ELIAS, Vanda Maria (org). **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

GENGNAGEL, Claudionei Lucimar; PASINATO, Darciel. Docente pesquisador: perspectivas e desafios. **Revista Educação por Escrito –PUCRS**, v.3, n.1, jul. p. 53-61, 2012. Disponível:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/11208>.

MARANHÃO. Governo do Estado. Supervisão de Acompanhamento Curricular de Ensino Médio. **Referenciais curriculares do ensino médio do estado do Maranhão**. São Luís: Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, s.d.

<http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/12/ESTRUTURA-CURRICULAR-COM-ELETIVAS-APROVADA-PELO-CEE-10.16.pdf>

_____. Gerência de Desenvolvimento Humano. **Proposta curricular: ensino fundamental – 5ª. à 8ª. Série**. São Luís, 2000.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.). **Docente reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA (PROJETO INTERDISCIPLINAR) (105h)

Ementa: Pesquisa, análise e intervenção sobre o ensino de Língua Portuguesa e Literatura no espaço escolar. Pesquisa sobre o perfil do docente e metodologias usadas no ensino de Língua Portuguesa e Literatura, levando em conta a interdisciplinaridade do curso. A extensão universitária como contribuição nas práticas de leitura e de escrita na Educação Básica. Elaboração e execução de proposta de ação extensionista sobre leitura e produção textual nas anos finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio na Educação Básica.

Referências básicas

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.
ROJO, Roxane, Barbosa, Jacqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo, Parábola, 2015.
KLEIMAN, Ângela; MORAES, Silvia E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver_saofinal_site.pdf.
BRITES, Blanca; TESSLER, Elida (Orgs.). **O meio como ponto zero: metodologia da pesquisa em Artes Plásticas**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
COSCARELLI, Carla Viana. **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. 3.ED. Belo Horizonte: Autentica, 2006
BACICH, Lilian; MORAN, José (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre.
GERALDI, J.W. **A Aula como Acontecimento**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2015
RIBEIRO, A.E; VECCHIO, P.M.M. (Orgs.). **Tecnologias digitais e escola [recurso eletrônico] : reflexões no projeto aula aberta durante a pandemia** São Paulo : Parábola, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44414161/Tecnologias_digitais_e_escola.

SEMINÁRIO TEMÁTICO: VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (75h)

Ementa: Socialização da vivência de pesquisa, análise e intervenções realizadas no espaço escolar, promovendo a conectividade entre Língua Portuguesa e Literatura em associação com outras áreas do conhecimento, como as Artes Visuais. Organização e participação em evento científico para socialização dos resultados de vivências e pesquisas realizadas no contexto de ensino da Educação Básica. Discussão, planejamento e aplicação de ação de extensão no contexto da escola-campo/comunidade.

Referências básicas

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2014.

Referências Complementares

BARBOSA, Ana Mae (org.). **Arte- Educação Contemporânea**: Consonâncias Internacionais. - 2 ed.- São Paulo: Cortez, 2008

DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ELIAS, Vanda Maria. **Ensino de Língua Portuguesa**: oralidade, escrita, leitura. São Paulo: Contexto, 2004.

MENDONÇA, Márcia; BUNZEN, Clécio (Orgs). **Português no ensino médio e formação do docente**. São Paulo: Parábola, 2006.

SANTOS, P.S; RODRIGUES, F.F.S. Formações identitárias e saberes docentes: Alguns apontamentos para pensar a formação docente do ensino superior. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 12, p. 18-26/2010. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/140>

10.5 Núcleo de Optativas

LÍNGUA INGLESA PARA FINS ESPECÍFICOS (60h)

Ementa: Técnicas de leitura instrumental em Língua Inglesa. Leitura, interpretação e tradução de textos clássicos e contemporâneos da área das ciências humanas e sociais, Música, Turismo, Ciências Naturais, conforme a necessidade dos licenciandos.

Bibliografia básica

FIORI SOUZA, A. G.; ABSY, C. A.; COSTA, G. C.; MELLO, L. F. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. 2o ed. São Paulo: DISAL, 2005.

Bibliografia complementar

BRITISH COUNCIL. **English For Specific Purposes**. London: The British Council Press, 1978.

NOGUCHI, J.; BHATIA, V. K.; ANTHONY, L. ESP in the 21st **Century: ESP Theory and Application Today**. 2011. *Proceedings of the JACET 50th Commemorative International Convention*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267631416_ESP_in_the_21st_Century_ESP_Theory_and_Application_Today Acesso em: 20 mai. 2023.

RICE, J. **Best Practices in Teaching English for Specific Purposes**. CAPES. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/62860/1/Best%20Practices%20-%20English%20for%20Specific%20Purposes.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

LÍNGUA PORTUGUESA PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS: NOÇÕES BÁSICAS E CRÍTICAS (60h)

Ementa: Acepções dos conceitos de Língua Portuguesa Para Falantes de Outras Línguas (PFOL), avaliação para a aprendizagem, efeito retroativo, língua em uso. Experiências de produção e compreensão oral e escrita em PFOL. Interações em Teledantem e interculturalidade. Constituição, promoção e aplicação do Celpe-Bras.

Referências básicas

ALMEIDA, L. C. B. O efeito retroativo do Celpe-Bras no ensino de língua portuguesa para estrangeiros. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1, p. 1-19. Uberlândia: EDUFU, 2012.

BUVOLINI, P. C.; MIRANDA, K. R. M.; GARCIA, D. N. M. A emergência de questões culturais no teletandem: perspectivas e reflexões. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 57-73, abr. 2021.

MENDEL, K.; SCHOFFEN, J. R. A avaliação integrada no exame Celpe-Bras e as tarefas de leitura e escrita. **Brazilian English Language Teaching Journal**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 148-170, 2017.

OLIVEIRA, D. M. A materialização do conceito de língua em uso na produção de atividades para o ensino de português para estrangeiros. **Revista EntreLínguas**, Araraquara, v. 7, n. especial, p. 1- 15, 2021.

Referências complementares

BALDIN, F. D. C.; RAMMÉ, V. Expressão oral nas classes de PLE/PFOL: entre teorias e materiais didáticos. **Revista Trama**, Cascavel, v. 17, n. 42, p. 8-23, 2021.

BRASIL. Caderno de tarefas comentadas. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa Para Estrangeiros. Celpe-Bras. 2019/2. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervocelpebras/wp-content/uploads/2021/12/Caderno-de-Tarefas-Comentadas-Edicao-2019-2-2021.pdf>. Acesso em: 20/04/2023.

COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR OSVALDO CRUZ. **Proposta pedagógica curricular - PFOL** (Português Para Falantes de Outras Línguas). 2019. Disponível em:

https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/qas/uploads/4344/ppc_pfol_campo_mourao.pdf Acesso em: 20/04/2023.

LÍNGUA ESPANHOLA PARA FINS ESPECÍFICOS (60h)

Ementa: Técnicas de leitura instrumental em Língua Espanhola. Leitura, interpretação e tradução de textos clássicos e contemporâneos da área das ciências humanas e sociais, Música, Turismo, Ciências Naturais, conforme a necessidade dos licenciandos.

Bibliografia Básica

JÚNIOR, Antonio Ferreira da Silva (Organizador). Línguas para fins específicos: revisitando conceitos e práticas. Editora: Pontes Editores, São Paulo, 2019.

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol**. Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MASIP, Vicente. **Gramática espanhola para brasileiros**: fonologia y fonética, ortografía, morfosintaxis. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.) **Expresiones idiomáticas**. Valores y usos. S. Paulo: Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 1. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira.

Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SEDYCIAS, J. **O que é espanhol instrumental?** 2002. Disponível em: <Disponível em:

[https://pt.scribd.com/document/104528348/O-QUE-E-ESPANHOL-](https://pt.scribd.com/document/104528348/O-QUE-E-ESPANHOL-INSTRUMENTAL)

INSTRUMENTAL >. Acesso em: 10 de maio de 2023.

GUIMARÃES, R. M. **O Ensino de Línguas para Fins Específicos (ELFE) no Brasil e no mundo: ontem e hoje**. Revista História do Ensino de Línguas no Brasil, Ano 8, n. 8, 2014b. Disponível em:

<Disponível em:

<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-8-no-8-12014/227-o-ensino-de-linguas-para-fins-especificos-elfe-no-brasil-e-no-mundo-ontem-e-hoje> >. Acesso em: 21 de maio de 2023.

JÚNIOR, Antonio Ferreira da Silva; POLLI, Maria Camila Bedin. Mapeamento de pesquisas sobre espanhol para fins específicos no âmbito da pós-graduação brasileira. **Rev. bras. linguist. apl.** 22 (3) • Jul-Sep 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbla/a/LPgZXgK7qhnJm5jXyrmq3Ws/#>. Acesso em 27 de maio de 2023.

HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA (60h)

Ementa: Conceitos básicos fundamentais para a leitura e compreensão do fenômeno artístico da primeira metade do século XX ao período atual. Estudo do amplo debate sobre as relações entre a prática artística e a reflexão teórica, histórica, crítica e social da nossa contemporaneidade, entrando em temas como meio ambiente, direitos humanos, tecnologia, entre outros.

Referências Básicas

ANTONACCI, Célia Maria. **Apontamentos da arte africana e afro-brasileira contemporânea**: políticas e poéticas. São Paulo: Invisíveis Produções, 2021.

DOMINGUES, Diana (org.). **A arte no século XXI**: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1977.

JEUDY, Henry-Pierre. **O corpo como objeto de arte**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

KRAUS, Rosalind. **Caminhos da escultura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Referências complementares

COTTON, Charlotte. **A fotografia como arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DE FUSCO, Renato. **História da Arte Contemporânea**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga**: A arquitetura das favelas através das obras de Hélio Oiticica. 3ª Edição. Rio de Janeiro: 2003.

SANTANNA, Renata. PRATES, Valquíria. Frans Krajcberg: a obra que não queremos ver. São Paulo: Editora Paulinas; 5ª edição, 2006.

FIGUEIREDO, Luciano; PAPE, Lygia; SALOMÃO, Waly (org.) **Aspiro ao Grande Labirinto**/ Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

LETRAMENTO DIGITAL E ENSINO: práticas de leitura e produção de textos digitais (60h)

EMENTA: Estudo e discussão de práticas de leitura e produção textual na mídia digital e suas implicações para o ensino. Interação em espaços virtuais. Hipertexto. Multimodalidade. Multiletramentos e gêneros digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Rojo, Roxane Helena R; Barbosa, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo; Parábola, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BEZERRA, B.G. **Gêneros no contexto brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2017.

COSCARELLI, Carla Viana; Ana Elisa Ribeiro (Orgs). Letramento digital. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Hipertexto e construção do sentido. Alfa, São Paulo, 51 (1): 23-38, 2007.

RIBEIRO, Ana Elisa; MOURA, Pollyannade Mattos Vecchio. **Tecnologias digitais e escola** [recurso eletrônico]: reflexões no projeto aula aberta durante a pandemia.

São Paulo: Parábola, 2020. Disponível em: <https://anadigital.pro.br/2020/10/30/tecnologias-digitais-e-escola/>

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (organizadores). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

MORFOSSINTAXE E ENSINO 60h

EMENTA: Apresentação da relação morfologia e sintaxe. Diferença entre frase e enunciado. Período Simples e período composto. Termos da oração. Morfossintaxe na perspectiva da gramática contextualizada. Aplicação morfossintática a partir da linguística textual: a referenciação. Elementos determinantes da coesão e da coerência textual.

Referências Básicas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015

SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe**: como e por que aprender análise (morfo) sintática. Barueri: Manoele, 2012.

Referências complementares

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença**: estudo introdutório. São Paulo: Parábola, 2011.

CARONE, Flavia de Barros. **Morfossintaxe**. 9ED. São Paulo: Atica, 2006

TERRA, Ernani. **Curso pratico de gramatica**. 9.ED. São Paulo: Scipione, 1991.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, O. M. B.; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. Petrópolis: Vozes, 215.

GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA (60h)

EMENTA: Fundamentos da Gestão Escolar. Dimensões do Trabalho Pedagógico na Escola: gestão, supervisão e coordenação. Gestão Democrática da Educação. O Planejamento participativo na escola. Projeto Político Pedagógico. Conselho Escolar: princípios, características, competências e sua relação com o sistema federal, estadual e municipal.

Referências Básicas

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: DP&A, 2013.

MORAES, Lélia Cristina Silveira de; MELO, Maria Alice; MOREIRA, Verônica Lima Carneiro (Orgs.). **Gestão escolar e organização do trabalho pedagógico**. São Luís: EDUFMA, 2019.

Referências complementares

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; PACÍFICO, Juracy Machado; ESTRELA, George Queiroga. **Gestão escolar**: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2009.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**: artes e ofícios da participação coletiva. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa. 2004.

MORASTONI, Josemary. A Gestão Democrática na Escola e a Organização do Trabalho Pedagógico. Paraná, RS: Editora, 2021.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM LÍNGUA MATERNA (60h)

Ementa: O ato de planejar e avaliar a ação pedagógica. Planejamento de Ensino: plano de curso, plano de unidade, plano de aula, sequência didática, projeto pedagógico. Avaliação da aprendizagem na escola: modalidades, funções, instrumentos e técnicas.

Referências Básicas

CUSATI, Iracema Campos; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira (org). **Avaliação educacional**: práticas, desafios e perspectivas. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2018.

LÜCK, Heloisa. **Metodologia de projetos**: uma ferramenta de planejamento e gestão. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 21. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

Referências Complementares

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mito e Desafio**: uma perspectiva construtivista. 46. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção, da pré-escola à universidade. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar, como planejar?** Currículo, área, aula. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Tópicos em Literatura e Cultura: literaturas africanas e afro-brasileiras 60h

EMENTA: Estudo comparativo de imagens da África produzidas nos países africanos de língua oficial portuguesa. Fluxos culturais, hibridismo. As reconstruções da africanidade diaspórica produzidas na literatura e no universo mais amplo da cultura brasileira. Discussão dos conceitos de literatura afro-

brasileira e de literatura negra. A formação de um cânone negro: história da literatura e tradição afro-brasileira. Representações da literatura canônica. Autorrepresentações. Escritores e escritoras afro-brasileiros /brasileiras.

Referência Básica

LEITE, A. M. Literaturas africanas e formulações pós-coloniais. Maputo: UEM, 2003.

MACEDO, T. C; CHAVES, R. Literaturas em movimento. Hibridismo cultural e **exercício crítico**. São Paulo: Via Atlântica; Arte e Ciência, 2003.

MORAES, Claudia Letícia Gonçalves; SOUSA, Rayron Lennon Costa (org.). **Conexões Atlânticas: ensaios sobre literaturas africanas e afro-brasileiras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

Referência Complementar

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 2013.

MELO, Elisabete. História da África e afro-brasileira: em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MOUTINHO, J. V. (org.). **Contos populares de Angola. Folclore quibundo**. São Paulo: Landy Editora, 2002.

MACEDO, T. C; CHAVES, R. Literaturas em movimento. Hibridismo cultural e **exercício crítico**. São Paulo: Via Atlântica; Arte e Ciência, 2003.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2011.

Literatura Portuguesa II 60h

EMENTA: Estudo contextualizado e crítico da produção literária portuguesa do século XX e XXI, priorizando as dinâmicas culturais, movimentos estéticos e obras consagradas como paradigmas da produção literária portuguesa. Autores e obras da literatura moderna e contemporânea em Portugal: abordagens histórica, estética e cultural. Ênfase nas obras de Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, José Cardoso Pires, José Saramago e António Lobo Antunes.

Referências Básicas

ABDALA-JR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo, Ática, 1990.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 25. ed. São Paulo, Cultrix, 1999.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Ed. Porto, 2001.

Referências Complementares:

GUIMARÃES, Fernando. **Simbolismo, Modernismo e Vanguardas**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 1982.

MOURÃO, Luís. Um Romance de Impoder – A Paragem da História na Ficção Portuguesa (Coimbra: Angelus Novus, 1997).

MARTINS, Fernando Cabral (org). **Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português**. Lisboa: Editorial Estampa, 2008.

SEIXO, Maria Alzira. **Para Um Estudo da Expressão do Tempo no Romance Português Contemporâneo**. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

RECCHIA, Márcio Aurélio. Literatura portuguesa contemporânea entre ficções e poéticas. Curitiba: Appris, 2020.

10.6 Núcleo de Eletivas de Outras Licenciaturas Interdisciplinares do Centro de Ciências de São Bernardo

Disciplinas indicadas como optativas/eletivas para o Curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa no PPC do Curso de Linguagens e Códigos/Música

Código	Disciplina	CH	Tipo no Curso de LCM
LCSB0157	Apreciação musical	45	Obrigatória
LCSB0158	Percepção musical I	30	Obrigatória
LCSB0160	Lab. de mús. e interd.: mús. e texto	75	Obrigatória
LCSB0163	Percepção musical II	30	Obrigatória
LCSB0167	Artes, música e culturas populares	60	Obrigatória
LCSB0170	Percepção Musical III	60	Obrigatória
LCSB0174	História da arte, cinema e música	60	Obrigatória
LCSB0175	Lab. de música e int.: mús. e história	30	Obrigatória
LCSB0201	Percepção Musical IV	30	Obrigatória
LCSB0202	Canto coral e técnica vocal I	60	Obrigatória
LCSB0208	Canto coral e técnica vocal II	60	Obrigatória
LCSB0209	Metodologia do ensino da música	60	Obrigatória
LCSB0212	Educ. mus. inclusiva e dir. humanos	45	Obrigatória
LCSB0243	Instrumento complementar I - Piano	60	optativa
LCSB0244	Instrumento complementar II - Piano	60	optativa
LCSB0245	Instrumento complementar I - Bateria	60	optativa
LCSB0246	Instrumento complementar II - Bateria	60	optativa
LCSB0251	História da música popular brasileira	30	optativa
LCSB0255	Musicalização	45	optativa
LCSB0257	Canto coral e técnica vocal III	60	optativa

LCSB0258	Canto coral e técnica vocal IV	60	optativa
LCSB0259	Canto coral e técnica vocal V	60	optativa
LCSB0260	Tópicos especiais em música	60	optativa
LCSB0266	cinema, canção e novas linguagens	30	optativa
LCSB0267	Linguagens e expressões artísticas	30	optativa

Estas disciplinas, que envolvem as áreas do Curso (Sociologia, História, Geografia e Filosofia), comporão o núcleo livre com ementas e referências bibliográficas básicas e complementares, a serem organizadas a partir da necessidade do docente da disciplina, das temáticas e questões dos grupos de pesquisa e das demandas dos discentes do curso.

Área	Código	Disciplina	CH	Tipo no Curso de Humanas
Sociologia	Mudança de PPC	I TÓPICOS ESPECIAIS ANTROPOLOGIA I II - TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II III - TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I IV - TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II VI - TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV I - TÓPICOS ESPECIAIS ANTROPOLOGIA I (60 horas) II - TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II (60 horas) III - TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I (60 horas) IV - TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II (60 horas) V - TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III (60 horas) VI - TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV (60 horas) VII - TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I (60 horas) VIII- TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II (60 horas) VIII - TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III (60 horas) IX - TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV (60 horas)	60h	OPTATIVA
Educação		I - Tópicos Especiais em Fundamentos da Educação I (60 horas)	60h	OPTATIVA

		II - Tópicos Especiais em Fundamentos da Educação II (60 horas) III - Tópicos Avançados em Fundamentos da Educação I (60 horas) IV - Tópicos Avançados em Fundamentos da Educação II (60 horas)		
--	--	---	--	--

REFERÊNCIAS DE DOCUMENTOS OFICIAIS

UFMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE n. 1191/2014, de 03 de outubro de 2014. Aprova o Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/mHdsS5VMRSWYrcx.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2023.

UFMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 1.674, de 20 de dezembro de 2017, que altera a Resolução CONSEPE nº 1.191/2014, que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao §4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21; §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§1º e 2º ao art. 5º. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Ko0HqjfBQjNpEa1.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2023.

UFMA.Universidade Federal do Maranhão. CONSUN. Resolução n.º 138/2010 – CONSUN, de 24 de maio de 2010. Aprova a criação do Curso de Linguagens e Códigos — no Campus de São Bernardo. São Luis (MA), 2010. <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/1wRsZ4hspJAcUYk.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009. Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Docentes em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 5/2011, aprovado em 4 de maio de 2011 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN52011.pdf?query=M%C3%89DIO Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022. Regulamenta a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/8wJ8jgOzYfHA02l.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. PARECER N.º: 67 CNE/CES 67/2003, aprovado em 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Lei Nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília (DF), 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República [EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009](#). Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. [LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004](#). Institui o Sistema nacional de Avaliação da Educação Básica Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](#). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. [DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005](#). Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. [DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017](#). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. [DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017](#). Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file> Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. RESOLUÇÃO Nº 1892-CONSEPE, 28 de junho de 2019. Aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/tITnYagWIHG5N2t.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. Resolução CONSEPE nº 803, de 23 de novembro de 2010. Aprova a inclusão da disciplina Libras nos Currículos dos Cursos de Graduação na Universidade Federal do Maranhão. Disponível em:

<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/VPN6bM2bsl9Fjm8.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

UFMA.Universidade Federal do Maranhão. Resolução CONSEPE nº 1.111, de 31 de março de 2014, que altera o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 803 – CONSEPE, de 23.11.2010 que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação desta Universidade Acesso em: 20 de maio de 2023.

UFMA.Universidade Federal do Maranhão. RESOLUÇÃO Nº. 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014. Altera a Resolução nº 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/mHdsS5VMRSWYrcx.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Portaria MEC nº 96, de 22 de janeiro de 2020, que recria a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo – Saeg. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/01/PORTARIA-MEC-N%C2%BA-96-DE-22-DE-JANEIRO-DE-2020.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Portaria normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380053/do1-2018-09-03-portaria-normativa-n-20-de-21-de-dezembro-de-2017--39379833 Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. PORTARIA Nº 488, DE 8 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - Saeg. Disponível em: <https://educationet.com.br/portaria-no-488-de-8-de-julho-de-2021/> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-

[normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017--39379864](#) Acesso em: 20 de maio de 2023.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. RESOLUÇÃO Nº 1.175-CONSEPE, de 21 de julho de 2014 Aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/UHWlx9Vki3Mo6TI.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Docentes. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces083_07.pdf Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Parecer CNE/CES Nº 280/2007. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, bacharelado e licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces280_07.pdf Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Parecer CNE/CES Nº 266/2011 Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN2662011.pdf Acesso em: 21 de maio de 2023.

UFMA.Universidade Federal do Maranhão. Resolução Nº 104-CONSUN, de 30 de novembro de 2007. Aprova a adesão da UFMA ao Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão da Universidade brasileira (REUNI) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/fFagla28X3olvkG.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em: 21 de maio de 2023.

UFMA.Universidade Federal do Maranhão.Resolução Nº 122 - CONSUN, de 18 de janeiro de 2010. Relatório dos resultados da avaliação institucional relativa ao ano de 2014. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/sCWG5v8snDHrmG4.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm Acesso em: 21 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em: 21 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em: 21 de maio de 2023.

REFERÊNCIAS CITADAS NO DOCUMENTO

BERNARDETE A., GATTI. DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE DOCENTES: PROVOCAÇÕES. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, São Paulo, Brasil. **Caderno de Pesquisa.** v.47 n.166 p.1150-1164 out./dez. 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2013.

- FAZENDA, I. C. A. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade e ideologia. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FERNANDES, Josicélia Dumê; ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTA ROSA, Darci de Oliveira; PONTES, Márcia; SANTANA, Neuranides. Ensinar saúde/enfermagem numa nova proposta de reestruturação acadêmica. Rev Esc Enferm, USP, 41(Esp.): 830-4, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GATTI, Bernadete. Formação de Docentes no Brasil: características e problemas. Educ. soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.
- HEGEL, G.W.F. Ciência de la Lógica. Tradução Augusta e Rodolfo Mondolfo. 3. ed. Argentina: Solar/Hachette, 1974.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2014.
- IMBERNÓN, F. Formação Docente e Profissional – formar-se para a mudança e a incerteza. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- JESUS, A. et al. Fundamentação e proposta de um projeto de extensão: construindo saberes através do computador e internet. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, 7., 2016, Ouro Preto. Anais eletrônicos [...]. Ouro Preto: UFOP, 2016
- LÜCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológico. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAN, J. **O uso das novas tecnologias da informação e da comunicação na EAD – uma leitura crítica dos meios**. Palestra proferida no evento Programa TV Escola – capacitação para gerentes, realizado pela Copead/SEED/MEC, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran>. Acesso em: 21 de maio de 2023.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; MEC/SESu, 2006.
- RODRIGUES, V. M. O FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DEBATE SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2016. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/34562>. Acesso em: 5 maio de 2023.
- NÓVOA, António. "Os docentes: em busca de uma autonomia perdida?". In **Ciências da Educação em Portugal - Situação actual e perspectivas**. Porto: SPCE, 1991, pp. 521-531.
- NÓVOA, António. "Concepções e práticas de formação contínua de docentes". In **Formação Contínua de Docentes - Realidades e Perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, pp. 15-38.

ROMANOVSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. A Filosofia da Educação enfrentando a problemática educacional contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006.

TARDIF, Maurice (2005). **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A REGIMENTO DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

APÊNDICE B REGIMENTO DO NDE DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

APÊNDICE C REGIMENTO DE AAC DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

APÊNDICE D REGIMENTO DE TCC DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

APÊNDICE E REGIMENTO DE EXTENSÃO DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

APÊNDICE F REGIMENTO DO ESTÁGIO DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

APÊNDICE G REGIMENTO USO DOS NÚCLEOS/LABORATÓRIOS DO CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA